

CIBEC/INEP



B0018662

MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
Secretaria de Educação Especial

Educação Especial no Brasil: Perfil do Financiamento e das Despesas

Educação Especial
Um Direito Assegurado
MEC / UNESCO

Série

INSTITUCIONAL

3

6
33e

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Fernando Henrique Cardoso

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

Paulo Renato Souza

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Luciano Oliva Patrício

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Marilene Ribeiro dos Santos

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL:
PERFIL DO FINANCIAMENTO
E DAS DESPESAS

*Candido Alberto Gomes e
José Amaral Sobrinho*

Colaboradores:

Dalva Guaracyara Cardoso
José Erasmo Campello Eliseu
Francisco Calsing Marco
Aurélio Dias Pires

B823e Brasil. Secretaria de Educação Especial.
Educação Especial no Brasil: Perfil do Financiamento e
das Despesas/Ministério da Educação e do Desporto/Secreta-
ria de Educação Especial; pesquisadores: Candido Alberto Go-
mes e José Amaral Sobrinho; colaboradores: Dalva Guaraciara
Cardoso...[etal]. Brasília: MEC/SEESP/UNESCO, 1996.
160p. (Série Institucional, **3**)

1. Educação especial. 2. Financiamento da Educação.
I. Título.

CDD: 376

SUMÁRIO

	Apresentação	5
I.	Introdução	7
II.	A Arena Orçamentária e a Vulnerabilidade da Educação Especial	9
III.	Panorama das Despesas Educacionais	15
IV	A Educação Especial em Destaque	23
V	Metodologia	33
VI.	Os Casos Seleccionados	37
	Região Norte	
	• A Educação Especial no Pará	37
	- A Fundação Pestalozzi do Pará	43
	Região Nordeste	
	• A Educação Especial no Ceará	47
	- A Educação Especial em Fortaleza	51
	- A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Fortaleza	56
	Região Sudeste	
	• A Educação Especial no Estado do Rio de Janeiro	62
	- O Instituto Benjamin Constant (Rio de Janeiro)	68

- O Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES (Rio de Janeiro)	73		
- O Instituto Helena Antipoff	76		
- A Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro	79		
Região Sul			
• A Educação Especial no Paraná	82		
- A Educação Especial em Cascavel	88		
- A APAE de Cascavel	92		
Região Centro-Oeste			
• A Educação Especial no Distrito Federal: o Papel da APAE	97		
• A Educação Especial em Mato Grosso	101		
• A Educação Especial em Cuiabá	106		
VII. Conclusões	111		
VIII. Recomendações	123		
IX. Referências Bibliográficas	127 Anexo	129 Apêndice	151

APRESENTAÇÃO

- 1. A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e do Desporto ressentia-se da falta de informações a respeito das despesas efetivadas no setor da Educação Especial, e de como os recursos nele são despendidos.*
- 2. Nesse sentido, esta Secretaria contratou especialistas para desenvolverem uma pesquisa, buscando analisar as tendências e a composição dos recursos aplicados e das despesas efetuadas pelo Poder Público e pelas organizações não-governamentais em relação à Educação Especial.*
- 3. Assim, este documento consubstancia os resultados dessa pesquisa que reuniu a análise de dados, oriundos de balanços gerais das despesas do Poder Público, com estudos de caso de uma amostra intencional de secretarias de Educação e de organizações não-governamentais das cinco grandes regiões do Brasil.*
- 4. Entende-se assim, que, de posse dessas informações, tornar-se-á possível à Secretaria de Educação Especial do MEC estabelecer uma política de financiamento compatível com a realidade da Educação no País.*

MARILENE RIBEIRO DOS SANTOS
Secretária de Educação Especial

I. INTRODUÇÃO

7

Ao mesmo tempo em que existe constante crítica à escassez de verbas para a Educação Especial no Brasil, registra-se grave desconhecimento sobre o dimensionamento das despesas do setor. Não se tem, ainda, conhecimento pormenorizado de como os recursos são despendidos, nem, em certos casos, de como as despesas são financiadas. Conforme se sabe, a responsabilidade pela Educação Especial é dividida pela União, estados, municípios e numerosas organizações não-governamentais (ONGs). O Poder Público tanto atua diretamente, como repassa verbas a ONGs, enquanto estas conjugam variadas fontes de receita, com recursos públicos e privados, para prestarem seus serviços. Todavia, não se tem idéia, a não ser superficial, de como isso ocorre, das tendências e dificuldades.

Não se pode ter uma política adequada de financiamento sem informações precisas. Diante deste *ponto cego*, não é possível afirmar com segurança se os recursos alocados são muitos ou poucos. Não se sabe, inclusive, quais são os critérios de alocação de recursos tampouco como estes poderiam ser melhor aproveitados.

Em face das lacunas do conhecimento, e da óbvia inviabilidade de se realizar um censo, a pesquisa em tela tem como objetivos:

- identificar e analisar as tendências e a composição dos recursos aplicados pelo Poder Público e por ONGs; e
- identificar e analisar as tendências e a composição das despesas efetuadas pelo Poder Público e pelas ONGs, tendo em vista particularmente as questões de eficiência, equidade e qualidade.

Para alcançar tais objetivos, o estudo reuniu a análise de dados agregados, oriundos de balanços gerais das despesas do Poder Público, com a análise de uma amostra intencional de secretarias de Educação e de ONGs das cinco grandes regiões do Brasil.

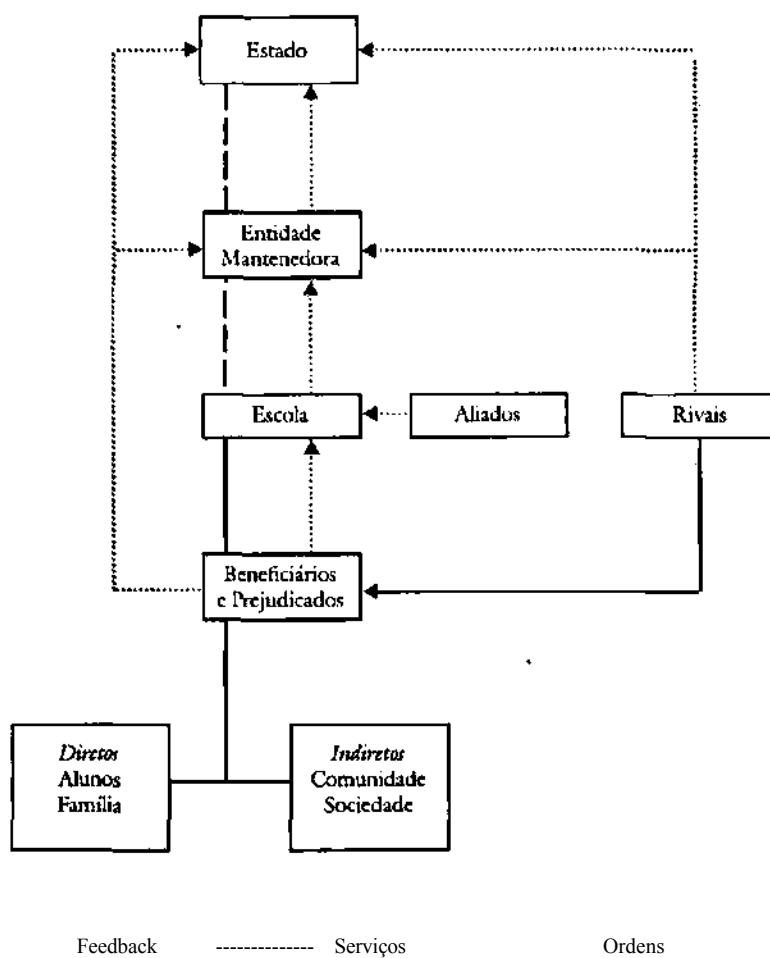
II. A ARENA ORÇAMENTÁRIA E A VULNERABILIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

9

Os processos decisórios sobre recursos financeiros em geral são comparáveis a uma arena, onde competição e conflito são incessantes. A Educação em geral e a Educação Especial particularmente se inserem neste contexto para disputar os respectivos quinhões. A sociologia das organizações oferece algumas luzes para compreendermos estes processos, que assim podemos destacar (Downs, 1967; Sills, 1967):

- Para nascerem e sobreviverem, as organizações formais precisam demonstrar continuamente que seus serviços são necessários a grupos com suficiente influência para garantir-lhes recursos. Portanto, as maiores causas de crescimento e declínio estão em fatores exógenos, que interagem com as força internas.
- A expansão das organizações se faz por meio da invenção de novas funções ou da captação das funções de outras organizações menos dinâmicas. A expansão é limitada, entre outros fatores, porque provoca a hostilidade de outras organizações.
- As pessoas e agências afetadas pela organização formam o seu "contexto de poder", que envolve: a autoridade (agência ou pessoa que tem poder legal sobre a organização); rivais (organizações que competem pelo desempenho das mesmas funções e/ou pelas mesmas fontes de recursos); beneficiários e prejudicados, conforme sejam afetados pelas funções sociais da organização; agências regulamentadas (existentes em

FIGURA 1
A Organização Educacional em seu Contexto



II. A ARENA ORÇAMENTÁRIA E A ...

Nesse sistema de forças as organizações educacionais agem no sentido de alcançar recursos e de cumprir suas amplas funções, prescritas, inclusive, pela Constituição e por lei. Uma secretaria de Educação poderia ser compreendida como uma constelação de organizações, onde cada uma procura disputar recursos, manter ou ampliar o seu espaço, para isso contando com aliados e rivais internos e externos. Quanto maior o poder dos primeiros e da sua clientela, e quanto menor o poder dos últimos, maiores as possibilidades de expansão de recursos e de funções. No caso da Educação Especial, existem ainda relações entre o Poder Público e as ONGs, subvencionadas por aquele para cumprirem determinadas funções, podendo haver uma área de coincidência ou interseção funcional, que admite diversas alternativas para demarcar seus territórios.

Visualiza-se, assim, a arena orçamentária onde ocorre a disputa por recursos em geral e, particularmente, os recursos financeiros orçamentários. Os processos decisórios nesta área são, com efeito, competitivos e conflitivos, distando do paradigma do ator racional, em que o governo é visto como um agente unitário que faz escolhas racionais. As ações são muito melhor explicadas pelos paradigmas político e do processo organizacional. De acordo com o primeiro, os atores localizados em diferentes posições do governo se envolvem em jogos simultâneos, hierarquicamente superpostos. As decisões e ações emergem destes jogos como resultantes políticos, isto é, produtos de compromissos, conflitos e confusão de altos funcionários, com interesses e influências desiguais. Por seu lado, o paradigma do processo organizacional concebe o governo como um conjunto de organizações frouxamente articuladas, em cujo topo situam-se os líderes governamentais. Estes têm como limite de escolha as rotinas existentes para as organizações empregarem suas capacidades (Allison, 1971).

Por isso, a depender dos atores e do seu grau de participação política, os resultados da alocação de recursos serão diferentes. Desse

modo, relações muito assimétricas de poder tornam o setor social menos protegido, precisamente porque as despesas públicas em Educação, Saúde, Saneamento e Nutrição tendem a atender aos grupos menos vocais da sociedade. Estes, muitas vezes, não dispõem de recursos nem de organização para protestar ou para comprar serviços fora do setor público, quando estes se deterioram (Amadeo *et alii*, 1991). No caso da Educação Especial, existe a agravante de se tratar de uma clientela em grande parte oculta por preconceitos. Tanto assim que, no Brasil, o atendimento aos portadores de necessidades especiais dista muito da estimativa do total de tais portadores, segundo organizações internacionais.

A fragilidade da educação e do setor social se deve também ao seu alcance de controle. Se um país tem que pagar o serviço da dívida externa, determinado pelo mercado internacional, será mais fácil a restrição às despesas internas. Além disso, grande parte das despesas sociais tem efeito no longo prazo. Simultaneamente, as parcelas mais vultosas das despesas sociais, como as da Educação, são sujeitas a maiores restrições (Lewin, 1986).

De qualquer modo, capacidade de organização, domínio de recursos financeiros, acesso à informação e à comunicação interna são armas eficazes na luta pelas verbas orçamentárias (Castro & Alfthan, s.d.). Como a distribuição dos meios segue a lógica da política e do poder, os cortes tendem a ser socialmente regressivos bem como a reduzir a eficiência dos serviços públicos.

Por todos esses motivos, a escassez de recursos propende para ser negativa, não só porque os meios são reduzidos, mas também porque os padrões de alocação com frequência se deterioram, sobretudo quando se verificam cortes (ou acréscimos) súbitos e vultosos (Gallagher, 1993). Como evidencia a Figura 2, muitas das despesas mais vulneráveis a cortes apresentam alta relevância, social ou do ponto de vista do custo-qualidade. Se atentarmos para a relação de "ingre-

dientes" aqui situados em relevo e para as constatações sobre as vítimas preferenciais dos cortes orçamentários, concluímos embaraçosamente que muitas das despesas mais vulneráveis a cortes apresentam alta relevância. Assim, despesas com livros-texto, material escolar, bibliotecas e conservação de instalações e equipamentos, apesar de serem percentualmente menores, tendem a estar entre as primeiras a serem comprimidas. O mesmo ocorre com a merenda escolar e as despesas de capital. O Ensino Fundamental, cujo custo unitário é baixo e que inclui a população de menor renda, fica também nesta área. Os salários reais são reduzidos, afastando os trabalhadores mais qualificados, enquanto a quantidade de pessoal pode até mesmo aumentar. A relação alunos/professor pode até baixar, com o aumento do custo unitário. Por seu turno, o Ensino Superior tem grande valor econômico e social, mas não se chega a ele sem passar pelos ensinos Fundamental e Médio. Apesar disso, suas despesas terminam por se tornarem menos vulneráveis às reduções. O Ensino Médio tem vulnerabilidade variada, dependendo do contexto. Por fim, a Educação Especial, pelos motivos expostos, está entre as vítimas preferenciais. Apesar de relativamente cara, abrange em nosso meio geralmente o Ensino Fundamental, possibilitando que grupos de pessoas com determinadas diferenças adquiram pelo menos a educação básica e sejam úteis a si e à sociedade, ao invés de constituírem um ônus para esta última. Segundo a relação custo/benefício, cumpre observar o que a sociedade despende em Educação Especial para não ter que despendar ainda mais no futuro próximo (Gomes, 1994; Gomes, 1995).

FIGURA 2
Importância e Vulnerabilidade das Despesas Educacionais

IMPORTÂNCIA (Social e do Ponto de Vista Custo-Qualidade)		
V U L N E R A B I L I D A D E	MENOR	
	MAIOR	
M	Diversas formas de educação não-formal Educação rural Cerras formas de educação pré-escolar	Livros-Texto Material escolar Biblioteca Conservação de instalações e equipamentos Salários reais Atração e manutenção de gestores e docentes mais capacitados Tempo letivo Ensino Fundamental Educação Especial
N	Relação alunos/professor (dentro de certa faixa) Custo unitário Quantidade de pessoal Manutenção da máquina administrativa Atração e manutenção de gestores e docentes menos capacitados Ensino superior Apoio a estudantes do ensino superior (especialmente internato)	Suprimento de rotina Serviços públicos (água, energia eléctrica, gás, telefone)

III. PANORAMA DAS DESPESAS EDUCACIONAIS

N uma retrospectiva do último decênio, verificamos os reflexos de uma crise fiscal tão profunda e duradoura que abalou as possibilidades de o Estado traçar políticas de longo prazo e de manter adequadamente os serviços públicos, inclusive a Educação. Tendo cumprido o papel de propulsor da industrialização e do crescimento econômico, com uma admirável folha de serviços a partir da Grande Depressão de 1929, o Estado insistiu até às últimas conseqüências no velho modelo, apesar das crises do petróleo de 1973 e 1979. A crescente dívida externa tornou-se um pesadelo quando as taxas de juros voltaram a subir. Em 1982 a rolagem da dívida foi suspensa, com a moratória do México, secando a fonte de recursos externos para financiar a economia. Enquanto isso, diversos fatores abalavam as contas internas. O Estado crescera de tal modo que, mesmo cortando as despesas de capital, bastavam as correntes para conduzi-lo ao déficit público. De 1981 a 1983 promoveu-se modesto e transitório ajustamento econômico. De 1984 a 1986 voltou o crescimento, com base apenas na diminuição da capacidade ociosa da economia. Em 1985 o déficit público se elevou, tendo em vista as pressões sociais liberadas com a redemocratização, na "Nova República". No ano seguinte o Plano Cruzado reduziu temporariamente a inflação. Em 1987 e 1989 dois outros planos não tiveram maior êxito. A nova Carta Magna veio acentuar significativamente a tendência de descentralização da receita tributária em favor dos estados e municípios, sem, todavia, clarificar ou transferir competências. Desse modo, o déficit dos governos subnacionais foi temporariamente aliviado pelo agravamento das condições

do governo federal, "como quem puxa um cobertor curto e deixa alguém de fora".

O novo governo, em 1990, buscou administrar este quadro com Um discurso sobre a reforma do Estado, um "choque" e uma aguda recessão econômica. A despesa pública sofreu um corte abrupto, com redução dos salários e das verbas, inclusive de setores sociais. Em contraste, estados gastaram excessivamente com a folha de salários e com obras naquele ano eleitoral. Com a retomada da inflação, em 1991, o governo federal promoveu mais um "choque" econômico, sem maiores resultados, tendo a agravante, no ano seguinte, da crise de credibilidade provocada pelo processo de *impeachment* do presidente da República. Após este, a economia voltou a crescer, recebendo a inflação, em 1994, tratamento duradouro com o Plano Real.

Os dados financeiros oficiais refletem estes fatos. A Tabela 1 indica que a despesa do Tesouro Nacional em relação ao PIB cresceu de modo significativo, sobretudo em 1989/90, mediante o endividamento e a ampliação do déficit público, mas também em virtude de mudanças de critérios dos balanços. Em 1991 houve uma redução drástica, com nova marcha ascensional a partir do ano seguinte. Quanto à Educação, esta alcançou aumento expressivo a partir de 1985, quando foi regulamentada a Emenda Calmon. Em seguida, em 1990/92, houve um recuo, com a reversão de 1993, quando a despesa em Educação e Cultura retornou à marca de 1983, e a despesa do MEC, aos níveis de 1991 e 1986. Fica claro que, apesar das mudanças de critérios que levaram ao salto das despesas em 1988, o incremento dos dispêndios totais veio a ser maior que o da despesa em Educação e Cultura.

Os mesmos períodos se refletem em outro indicador do esforço financeiro em favor da Educação: o percentual da despesa do MEC sobre a receita de impostos (ver Tabela 2). A partir de 1985, a Emenda Calmon fixou precisamente este critério para o piso de recursos a

HI. PANORAMA DAS DESPESAS ...

TABELA 1
Tesouro Nacional
Despesa Total em Educação e Cultura
em relação ao PIB

(Em %)

Ano	Despesa do Tesouro Nacional/PIB	Despesa na Função Educação e Cultura/PIB	Despesa do MEC/PIB
1980	9,5	0,8	0,6
1981	9,2	1,1	0,7
1982	9,3	1,1	0,8
1983	9,7	1,0	0,7
1984	9,2	0,9	0,6
1985	9,4	1,2	0,8
1986	14,9	1,6	1,1
1987	14,0	1,8	1,2
1988	18,3	1,9	1,5
1989	41,7	2,1	1,4
1990	66,1	1,6	1,4
1991	27,9	1,2	1,1
1992	34,1	0,9	1,0
1993	37,6	1,0	1,1
1994	48,9	1,9	1,3

Fonte dos dados originais: Balanços Gerais da União. PIB: Departamento de Contas Nacionais do IBGE (MPO).

serem aplicados pelas três esferas governamentais. Em 1990 ocorreu abrupto declínio, seguido de pequena recuperação. Devemos destacar que a base de cálculo foi a receita total de impostos, não se confundin-

do com o percentual das despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino (mais restritas que as despesas do MEC, mas também envolvendo outros ministérios) sobre a receita líquida de impostos (receita federal menos transferências aos estados e municípios). Ao mesmo tempo, a Tabela 2, corroborando a Tabela 1, evidencia que a participação do MEC sobre a despesa total do Tesouro Nacional tendeu a diminuir desde 1986. O percentual aumentou em 1991 graças a uma grande contração da despesa total. Em outras palavras, a despesa do MEC acompanhou mais de perto a receita de impostos — critério do piso constitucional — e se afastou da despesa total, que foi financiada também por outras fontes de receita, inclusive contribuições e endividamento.

Passando aos tesouros estaduais e do Distrito Federal, constatamos que a despesa na Função Educação e Cultura foi freqüentemente maior que a participação do Tesouro Nacional, por lhe caberem a maior parte dos ensinos Fundamental e Médio e parte progressiva do Ensino Superior (ver Tabela 3). Para isso contribuiu certamente a descentralização da receita promovida por emendas à Constituição Federal de 1969 e pela Constituição de 1988. Ainda assim, em termos da receita líquida de impostos, o esforço estadual foi considerável (Gomes, 1988).

Em parte, como no caso da União, o percentual da despesa em Educação e Cultura sobre o PIB a partir de 1990 teve um acréscimo significativo. O incremento de 1990 pode estar distorcido por refletir os gastos de um ano eleitoral. Quanto à participação da despesa em Educação e Cultura sobre a despesa total, observada na Tabela 4, detectamos uma tendência ao declínio menos pronunciado que no caso da União. Apesar disso, foi constatado, pela análise das despesas funcionais do setor público, de 1985 a 1994, que a função Educação e Cultura estaria sendo transferida do governo federal para as órbitas estadual e municipal (Mussi *et alii*, 1992).

A Tabela 5 exhibe os números absolutos e o ritmo de crescimento

III. PANORAMA DAS DESPESAS ...

TABELA 2

Participação da Despesa do MEC sobre a Receita Total de Impostos da União e sobre a Despesa Total do Tesouro Nacional (1980-1994)

Ano	% sobre Receita de Impostos	% sobre Despesa do Tesouro
1980	8,1	8,8
1981	9,6	9,7
1982	10,8	10,7
1983	9,1	8,5 8,4
1984	8,8	10,4
1985	12,9	7,2 9,3
1986	13,7	8,2 3,3
1987	17,4	2,1 4,1
1988	20,1	2,9 2,1
1989	21,6	2,7
1990	13,8	
1991	18,0	
1992	15,5	
1993	14,5	
1994	17,1	

Fonte dos dados originais: Balanços Gerais da União.

do PIB, da despesa total e da despesa em Educação e Cultura da União, dos estados e do Distrito Federal. Os números evidenciam que o crescimento das despesas educacionais, apesar de certo paralelismo em relação ao PIB, foi superior ao deste. Embora os reclamos, os cortes em Educação e Cultura sempre foram menores que as reduções do

TABELA 3
Despesa dos Tesouros Estaduais
Realizada na Função Educação e Cultura
(1980-1994)

Ano	% cm relação ao PIB	% cm relação à Despesa Total
1980	1,5	20,2
1981	1,6	20,7
1982	1,7	20,3
1983	1,6	20,1
1984	1,5	18,7
1985	1,6	17,5
1986	2,0	19,8
1987	1,9	20,2
1988	1,8	17,6
1989	1,9	17,6
1990	3,5	17,4
1991	2,9	17,1
1992	2,9	16,3
1993	2,8	15,7
1994	3,1	16,0

Fonte dos dados originais: CIP/MEC, IBGE (MPO) e Ministério da Fazenda. PIB: Departamento de Contas Nacionais do IBGE (MPO).

PIB, em 1991/92. Se houve menor prioridade para a Educação, foi em face da despesa pública total, sobretudo da União — em parte decorrente de mudanças de critérios dos balanços. A despesa total, como sintoma da má saúde financeira do Estado, cresceu muito mais rápido que o PIB, tendo incluído, porém, as despesas resultantes do financiamento do déficit público, numa escalada acumulativa.

III. PANORAMA DAS DESPESAS ...

21

TABELA 4
Tesouros Estaduais
Despesa Realizada por Função
(1980-1994)

Função	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Legislativa	1,1	1,1	1,2	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,6	1,7	1,7	2,1	1,8	1,9	2,1
Judiciária	3,3	3,2	3,2	3,3	3,2	3,3	4,6	4,3	4,3	4,9	5,2	5,8	6,7	8,3	6,3
Administração e Planejamento	27,8	24,9	25,3	27,2	28,2	29,8	25,1	25,2	23,1	24,4	23,7	25,0	27,1	24,2	26,0
Agricultura	2,6	2,6	2,5	2,4	2,4	2,2	2,2	2,2	2,1	2,0	1,7	1,8	1,8	2,1	2,0
Comunicações	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Defesa Nacional e Segurança Pública	8,1	8,1	7,8	7,6	7,1	6,3	6,8	7,1	7,0	6,9	7,1	7,5	6,5	7,1	6,4
Desenvolvimento Regional	4,1	4,9	5,0	4,3	5,3	6,0	6,1	6,2	5,8	7,1	7,0	8,1	7,4	6,6	7,8
Educação e Cultura	20,2	20,7	20,3	20,1	18,7	17,5	19,8	19,1	17,5	17,6	17,4	17,1	16,3	15,7	16,0
Energia e Recursos Minerais	2,9	4,3	4,0	2,9	1,7	1,2	1,3	1,2	1,1	0,8	0,6	0,6	1,0	2,9	1,0
Habituação e Urbanismo	1,1	1,2	1,1	1,2	1,1	0,9	1,2	1,1	1,2	1,2	1,8	1,7	1,9	1,4	1,6
Indústria, Comércio e Serviços	2,4	1,8	1,5	1,5	1,3	1,5	1,3	1,0	1,0	0,9	1,0	1,1	0,8	0,7	0,8
Saúde e Saneamento	7,0	7,4	7,4	7,7	7,0	7,6	7,7	8,2	11,9	12,2	9,8	10,0	9,2	8,5	8,8
Trabalho	0,3	0,3	0,3	10,3	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Assistência e Previdência	8,7	8,9	9,0	-	9,6	9,5	11,1	11,4	10,6	10,9	11,5	11,7	10,7	11,1	11,4
Transporte	10,3	10,5	11,3	10,0	12,4	12,4	11,1	11,1	12,6	9,2	11,2	7,3	8,6	9,3	9,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados originais: CIT/MEC e Ministério da Fazenda (Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais).

TABELA 5
 PIB, Despesas Totais dos Tesouros Nacional e Estaduais
 e Respectivas Despesas na Função Educação e Cultura
 (1980-1994)
 (Em US\$ milhões)

Ano	PIB		Despesa Pública					
	US\$	N. Índice	União			Estados e D.F.		
			Total	N. Índice	Ed. e Cultura	N. Índice	Ed. e Cultura	N. Índice
1980	236,247	100	22,600	100	1,906	100	3,453	100
1981	262,282	111	24,331	107	2,849	150	4,225	122
1982	276,916	117	25,753	114	3,183	167	4,680	136
1983	197,879	84	19,273	85	1,967	103	3,162	92
1984	200,049	85	18,326	81	1,887	99	2,930	85
1985	223,635	95	21,020	93	2,703	142	3,621	105
1986	269,089	114	40,155	178	4,210	221	5,515	160
1987	294,495	125	41,097	182	5,398	283	5,721	166
1988	329,342	139	60,342	267	6,374	334	5,813	168
1989	412,800	175	186,513	852	9,241	485	8,545	248
1990	417,100	177	341,812	1,393	7,405	389	14,577	422
1991	436,800	185	112,273	497	4,664	245	12,563	363
1992	449,900	190	139,432	617	3,721	195	13,073	378
1993	484,900	205	231,183	1,023	6,285	329	13,758	398
1994	556,530	236	239,960	1,062	5,023	263	17,472	506

Fontes dos dados originais: CIP/MEC e Ministério da Fazenda (Execução Orçamentária dos Estados e Municípios das Capitais), PIB - *Conjuntura Econômica e Boletim do Banco Central* (correção dos valores originais com base na taxa oficial do dólar dos EUA).

IV A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM DESTAQUE

Se a Educação sofreu cortes e perdeu prioridade em parte do período histórico, cabe-nos indagar onde incidiram tais cortes, e como se situou a Educação Especial. A Tabela 6 oferece uma aproximação das prioridades dos recursos. Cumpre-nos tratar de aproximação, porque os dados publicados envolvem só a fonte Tesouro Nacional, excluindo as demais e, ainda, porque os programas orçamentários constituem aproximações da realidade, vez que não contêm todos os recursos destinados aos níveis de ensino, e podem também incluir despesas que não lhes são diretamente pertinentes. De qualquer forma, a maior participação é dos programas orçamentários Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. O primeiro perdeu prioridade no início do período, possivelmente em virtude do significativo aumento da folha de pagamentos decorrente da isonomia salarial das instituições federais de Ensino Superior em 1987. A partir daí, o Programa Ensino Superior compareceu com um quinhão cada vez maior. Em outros termos, aumentou a *fatia de um bolo* que, na verdade, a partir de 1990 — com exceção de 1993 e 1994 — se tornou cada vez menor. Assim, o impacto da escassez se fez sentir sobretudo sobre os programas orçamentários que envolvem predominantemente transferências a estados, municípios e ONGs. Mantendo uma rede de instituições de ensinos Médio e Superior, as agruras internas sentidas pelo MEC foram mais imperiosas, como seria de se esperar. Por isso mesmo, o Programa Ensino Médio se manteve com oscilações, indicando diminuição ao final da série histórica.

Subtraindo os programas Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, observamos que os demais têm uma participação

IV. A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM DESTAQUE

TABELA 6
Tesouro Nacional
Despesa na Função Educação e Cultura
por Programas Selecionados
(1985 - 1994)

(Em %)

Programa	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Ed. de Crianças de 0 a 6 anos						0,1	0,2	0,1	0,8	1,1
Ensino Fundamental	48,7	57,8	53,1	46,6	44,2	32,1	32,0	33,8	35,4	38,4
Ensino Médio	7,2	7,2	6,3	7,4	7,9	9,3	10,6	8,3	8,0	7,0
Ensino Superior	43,2	34,1	40,2	♦5,3	47,3	56,9	55,7	56,8	54,5	51,5
Ensino Supletivo	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,7	0,3	0,1	0,8
Educação Física e Desportos	0,2	0,3	0,1	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2
Assistência a Educandos	0,3	0,2	0,1	0,2	0,2	1,0	0,3	0,1	0,3	0,3
Educação Especial	0,2	0,3	0,1	0,3	0,2	0,2	0,4	0,2	0,5	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes dos dados originais: Balanços Gerais da União.

extremamente modesta. O programa Educação Especial, que inclui transferências a outros governos e ONGs, padecendo, portanto, de maior vulnerabilidade, manteve-se relativamente estável até 1990, dobrou sua participação percentual em 1991, voltando à mesma percentagem em 1992 e tendendo a subir até 1994. Nesta análise precisamos levar em conta que os dados retratam as partes de um todo que se reduz e amplia. Por isso, a manutenção ou a queda de um percentual pode significar um declínio abrupto, se os recursos totais alocados ao MEC diminuem, como ocorreu em certos exercícios financeiros. Desse modo, o fato de o Programa Educação Especial ter passado de 0,20% para 0,40% ou 0,50% significa muitas vezes não ter cortado o

IV. A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM DESTAQUE

seu mínimo dos mínimos. Ou então um aumento de 100% pode ter o significado de se passar de uma para duas migalhas.

Tomando como exemplo o ano de 1994, considerado o de maior aplicação na Educação Especial pelo Tesouro Nacional, chega-se a um volume de recursos correspondente a US\$ 55,6 milhões, dos quais 83,90% alocados via FNDE.

A Tabela 7 mostra como o FNDE distribuiu os recursos do Programa Educação Especial por regiões, permitindo concluir que o Sudeste, o Sul e o Nordeste tiveram as maiores participações. Há um volume elevado de despesas cujo destino geográfico não consegue ser identificado pelo FNDE, particularmente em 1993.

O Programa Educação Especial, como indica a tabela, recebe em torno de 2% do total dos recursos orçamentários advindos do salário-educação — quota federal.

TABELA 7
Despesas do FNDE no Programa Educação
Especial, por Região
(1991-1994)

Região	1991	1992	1993	1994
Norte	2,1	4,1	7,9	6,5
Nordeste	8,1	26,5	25,2	20,7
Sudeste	15,1	42,8	18,0	31,2
Sul	32,5	20,0	14,7	22,6
Centro Oeste	42,2	6,6	6,4	12,6
Não especificado			27,8	6,4
%	100,0	100,0	100,0	100,0
Total US\$ (mil)	10.327	14.794	22.326	46.653
% sobre o Total da Execução Orçamentária do FNDE (%)	1,8	2,1	1,8	2,5

Fonte: FNDE/MEC.

No que tange aos estados e municípios (ver Tabela 8), o Programa Educação Especial se manteve relativamente estável, embora seja digno de nota que a participação do Ensino Superior tem crescido e foi mais alta que a do Ensino Médio. Os demais programas também receberam tratamento residual, ficando a Educação Especial em último ou penúltimo lugar. Os municípios, por sua vez, dedicaram mais de quatro quintos dos seus recursos ao Ensino Fundamental, como seria de esperar. Já o Programa Educação Especial conseguiu superar apenas o Ensino Superior.

TABELA 8
Tesouros Estaduais
Despesa na Função Educação e Cultura
por Programas Seleccionados
(1985- 1989)

(Em %)

Programas	Estados						Municípios	
	1985	1986	1987	1988	1989	1990*	1988	1989
Ed. de Crianças de 0 a 6 anos								
Ensino Fundamental	58,2	72,7		68,8	68,8	69,2	85,9	86,0
Ensino Médio	10,2	10,8	11,0	9,1	10,2	10,3	1,9	4,2
Ensino Superior	9,7	12,7	17,2	19,1	21,5	18,7	0,2	0,4
Ensino Supletivo	0,8	0,8	0,8	0,6	0,6	0,4	0,8	0,5
Educação Física e Desportos	0,9	1,2	0,9	0,9	0,9	0,8	6,6	4,2
Assistência a Educandos	1,4	1,6	1,1	1,2	0,4	0,1	4,2	4,3
Educação Especial	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados originais: CIP/MEC.

* Dados preliminares (exceto Acre, Roraima, Amapá, Tocantins, Rio de Janeiro e Mato Grosso).

Considerando as despesas feitas pelo FNDE no Programa Educação Especial em alguns estados selecionados, onde o presente relatório concentrou sua análise, percebe-se que, em 1991, o conjunto dos seis estados recebeu 64,70% do total dos recursos disponíveis para essa modalidade de ensino, decrescendo para 48,70% em 1992 e para 19% em 1993. Já em 1994 a alocação feita volta a subir para 27,90%, como se pode visualizar na Tabela 9.

TABELA 9
Despesas do FNDE no Programa Educação
Especial em Estados Selecionados
(1991-1994)

	(Em %)			
Unidades da Federação	1991	1992	1993	1994
Pará	1,6	5,2	12,1	6,1
Ceará	3,9	6,7	22,0	8,5
Rio de Janeiro	7,6	55,6	12,8	21,2
Paraná	29,1	26,7	38,5	43,9
Mato Grosso	0,6	3,4	9,7	9,1
Distrito Federal	57,2	2,4	4,9	11,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
% das Despesas nos Estados Selecionados sobre o Total das Despesas do FNDE	64,7	48,7	19,0	27,9

Fonte: FNDE/MEC.

Dentre os estados selecionados, o Paraná e o Rio de Janeiro são os que recebem maior alocação de recursos orçamentários.

A Tabela 10 reúne informações sobre as despesas municipais na Função Educação e Cultura de um conjunto de 62% dos municípios brasileiros que responderam à pesquisa sobre financiamento da Educação, Cultura e Desporto, coordenada pelo MEC em 1994, como parte do Censo Escolar.

Apesar das restrições que passam a existir em algumas informações, principalmente no caso da Bahia, que distorcem as médias da região Nordeste e do Brasil, observa-se que a maioria dos municípios gasta em torno de 25% na Função Educação e Cultura, compreendendo todos os programas existentes, de acordo com o que pode ser depreendido a partir da Tabela 11.

As despesas com Educação Especial são muito reduzidas, tanto quando analisadas sobre o total das despesas municipais quanto sobre as despesas na Função Educação e Cultura.

Assim, considerando as prioridades com maior poder vocal, como os ensinos Fundamental e Médio, a Educação Especial se caracteriza por uma posição frágil, para a qual concorrem a pouca visibilidade da sua clientela real e potencial, e os preconceitos do público. Paralelamente, transferências intergovernamentais e a entidades não-governamentais podem ser alvos fáceis de cortes orçamentários se os beneficiados não se articulam, pois as consequências negativas são percebidas menos pelos doadores que pelos receptores.

TABELA 10
Despesas Municipais na Função Educação e Cultura
(1994)

(Em %)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios Declarantes	Despesas com Educação e Cultura sobre o Total das Despesas dos Municípios	Despesas com Educação Especial sobre o Total das Despesas dos Municípios	Despesas com Educação Especial sobre o Total das Despesas dos Municípios na Função Educação e Cultura
Brasil Norte	61,85	5,75	0,02	0,40
Rondônia	39,70	20,89	0,54	2,77
Acre	60,00	24,58	0,00	0,02
Amazonas	31,82	23,32	0,17	0,74
Roraima	24,19	13,62	2,12	8,65
Pará	25,00	14,90	0,10	0,69
Amapá	25,78	40,57	0,02	0,08
Tocantins Nordeste	40,00	3,02	0,01	0,41
Maranhão	57,72	22,27	0,01	0,05
Piauí	48,01	2,71	0,00	0,15
Ceará	29,41	26,44	0,01	0,04
Rio Grande do Norte	47,97	27,90	0,03	0,16
Paraíba	46,20	59,02	0,11	0,23
Pernambuco	44,74	26,82	0,40	0,94
Alagoas	52,05	27,52	0,00	0,02
Sergipe	53,67	25,17	0,04	0,18
Bahia Sudeste	54,00	22,99	0,04	0,37
Minas Gerais	41,33	31,36	0,09	1,47
Espírito Santo	51,81	0,65	0,00	0,01
Rio de Janeiro São	69,41	20,55	0,07	0,37
Paulo Sui	61,38	18,66	0,07	0,40
Paraná	71,83	30,79	0,03	0,08
Santa Catarina	79,01	22,92	0,02	0,15
Rio Grande do Sui	77,60	20,06	0,09	0,47
Centro-Oeste	81,66	26,07	0,17	0,71
Mato Grosso do Sui	77,63	23,29	0,21	1,03
Mato Grosso	78,08	29,19	0,23	0,76
Goiás	87,35	26,27	0,16	0,65
	56,81	24,34	0,06	0,32
	63,64	26,34	0,23	0,59
	67,52	25,72	0,05	0,18
	49,14	22,61	0,09	0,44

Fonte: SEEC - Departamento de Estatística Educacional/SPE/MEC.

TABELA 11
Despesa Realizada pelos Municípios na Função Educação e
Cultura, por Programas
(1994)

(Em %)

Grandes Regiões e Unidades da federação	Programas											
	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Brasil	100,00	6,37	7,51	65,55	2,20	0,27	4,15	1,96	0,40	0,26	9,37	1,97
Norte	100,00	10,91	4,67	73,68	0,26	1,02	1,47	2,05	2,77	0,05	1,21	1,91
Rorondônia	100,00	2,42	1,14	88,22	0,22	3,74	0,89	0,01	0,02	0,00	0,09	3,24
Acre	100,00	0,00	3,71	90,66	0,24	1,74	0,24	1,34	0,74	0,00	1,34	0,00
Amazonas	100,00	17,12	5,44	64,40	0,04	0,00	0,08	4,02	8,65	0,11	0,14	0,00
Roraima	100,00	75,38	0,94	18,86	0,00	0,00	0,39	3,66	0,69	0,00	0,09	0,00
Pará	100,00	11,30	9,79	68,17	0,15	0,04	0,39	2,06	0,08	0,09	4,12	3,82
Amapá	100,00	0,01	1,39	95,33	0,00	0,00	0,07	2,28	0,41	0,00	0,50	0,01
Tocantins	100,00	8,79	1,71	76,34	1,11	0,07	8,37	1,24	0,05	0,01	0,95	1,38
Nordeste	100,00	5,24	4,60	61,98	1,40	0,21	6,13	1,02	0,15	0,17	18,49	0,59
Maranhão	100,00	5,21	2,64	88,48	0,66	0,00	1,61	0,38	0,04	0,01	0,65	0,32
Piauí	100,00	0,90	6,06	81,28	0,61	0,00	7,56	2,18	0,16	0,01	0,70	0,55
Ceará	100,00	6,74	1,77	19,44	0,96	0,01	16,18	0,60	0,23	0,25	53,70	0,12
Rio Grande do Norte	100,00	9,57	19,34	47,71	3,43	0,19	1,81	0,64	0,94	0,01	4,36	11,99
Paraná	100,00	0,39	4,32	91,76	0,23	0,01	2,23	0,36	0,02	0,03	0,62	0,04
Pernambuco	100,00	4,14	4,90	76,63	5,28	0,34	0,96	3,22	0,18	1,20	2,60	0,55
Alagoas	100,00	2,77	7,14	82,09	0,63	0,03	1,10	3,31	0,37	0,00	2,13	0,43
Sergipe	100,00	11,09	18,60	42,63	16,77	0,00	0,04	2,52	1,47	0,00	0,06	6,82
Bahia	100,00	4,43	5,23	86,86	0,75	0,39	0,69	1,03	0,01	0,05	0,48	0,08

(Continua)

(Continua)

j(Continuação)

Grandes Regiões e Unidades da federação	Programas											
	Total	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Sudeste	100,00	7,15	12,14	64,62	1,81	0,40	3,25	3,28	0,37	0,38	3,06	3,53
Minas Gerais	100,00	9,39	5,69	74,35	1,48	0,30	1,67	3,61	0,40	0,43	1,53	1,16
Espírito Santo	100,00	15,54	6,29	70,95	0,27	0,79	1,32	2,66	0,08	0,11	1,44	0,54
Rio de Janeiro	100,00	10,98	0,96	74,43	1,15	0,03	0,89	7,35	0,15	0,03	2,29	1,74
São Paulo	100,00	3,09	20,72	54,12	2,49	0,51	5,34	2,00	0,47	0,49	4,60	6,17
Sul	100,00	4,54	6,47	75,86	4,90	0,17	1,99	2,23	0,71	0,13	1,86	1,14
Paraná	100,00	1,86	5,05	78,49	0,95	0,41	3,24	2,78	1,03	0,25	4,77	1,17
Santa Catarina	100,00	2,00	20,43	60,84	1,12	0,67	5,60	5,82	0,76	0,29	1,80	0,67
Rio Grande do Sul	100,00	5,32	4,82	77,45	6,05	0,07	1,30	1,66	0,65	0,09	1,39	1,19
Centro-Oeste	100,00	11,95	9,95	62,96	2,75	0,10	2,23	1,71	0,32	0,69	1,74	5,60
Mato Grosso do Sul	100,00	56,48	3,52	34,36	0,46	0,02	1,32	1,95	0,59	0,05	0,22	1,04
Mato Grosso	100,00	8,63	5,52	67,37	2,35	0,08	3,20	0,46	0,18	1,30	2,65	8,27
Goiás	100,00	5,35	17,58	64,10	3,86	0,14	1,14	3,36	0,44	0,03	0,89	3,11

Fonte: SEEC - Departamento de Estatística Educacional/SPE/MEC.

Obs. 1) Administração; 2) Educação da Criança de 0 a 6 anos;

3) Ensino Fundamental; 4) Ensino Médio;
5) Ensino Superior; 6) Educação Física e Desportos;
7) Assistência ao Educando; 8) Educação Especial;
9) Ensino Supletivo; 10) Cultura;

V. METODOLOGIA

A pesquisa de campo se realizou em cinco secretarias estaduais de Educação, cinco secretarias municipais de Educação e cinco organizações não-governamentais (ONGs). A amostra foi intencional, escolhida pelos autores em colaboração com a Secretaria de Educação Especial, tendo em vista os seguintes critérios: (1) representação das grandes regiões do Brasil; (2) localização de entidades governamentais e não-governamentais com atividades na área; (3) expectativa de facilidade de acesso a dados financeiros pormenorizados; e (4) no caso das organizações não-governamentais, experiências consideradas por especialistas como bem-sucedidas. Não houve, portanto, intenção de utilizar uma amostra no sentido clássico, para traçar um perfil estatisticamente significativo da realidade do setor no País. Ao contrário, buscou-se diminuir a abrangência para aumentar a profundidade, destacando os casos exitosos. De acordo com esses critérios, foram selecionadas as secretarias de Educação dos estados do Pará, Ceará, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso, e as secretarias municipais de Educação de Belém, Fortaleza, Rio de Janeiro, Cascavel e Cuiabá, isto é, quatro municípios de capitais, e um do interior. Uma organização não-governamental também foi selecionada em cada grande região: a Sociedade Pestalozzi do Pará, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) de Fortaleza, a Sociedade Pestalozzi de Niterói, a APAE de Cascavel (Paraná), e a APAE do Distrito Federal. No caso do Rio de Janeiro, foram incluídas duas unidades do MEC: o Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos. Os trabalhos de campo envolveram visitas, com entrevistas, observação não sistemática e análise de documentos e de dados

agregados. Nas secretarias de Educação as entrevistas foram realizadas com as equipes de Educação Especial, pessoal de Planejamento, Orçamento e Finanças, e com os respectivos secretários de Educação. Foram ainda visitados em cada estado pelo menos dois estabelecimentos que prestassem serviços de Educação Especial, com observação não sistemática e entrevistas. Em caso de inexistência de unidades prestadoras de serviços do próprio Poder Público, as visitas se realizaram a ONGs que mantivessem convênios com o governo estadual ou municipal. Nas ONGs se utilizaram as mesmas formas de coleta de dados, entrevistando-se pelo menos parte da Diretoria e do pessoal técnico. Também foram visitadas unidades prestadoras de serviços, nos mesmos moldes das secretarias de Educação. Os roteiros básicos de entrevistas e o roteiro de observação se encontram no Apêndice. Os dados de cada fonte — entrevistas, documentos, dados agregados e observações — foram checados entre si da forma habitual, expandindo-se as entrevistas com pessoas de diferentes posições e tendências, sempre que as demais fontes se situavam abaixo do desejável. No caso dos dados agregados, há necessidade de cautela quanto à sua interpretação, particularmente quanto aos balanços. Estes, como é sabido, incluem as despesas do Tesouro (e não as demais fontes), apresentam certa flexibilidade quanto à classificação das despesas, e exigem tanto maior cuidado quanto mais alta a inflação. Como representam a soma de valores nominais ao longo do ano, e as despesas educacionais se concentram sobretudo no último trimestre do exercício, lidamos, na verdade, com totais correspondentes a valores diferentes entre si.

A coleta de dados se realizou de agosto a outubro de 1995. Houve ampla facilidade de acesso às organizações selecionadas, e cooperação por parte dessas. O maior obstáculo enfrentado foi a falta ou escassez de dados a respeito de financiamento e custos. Apesar do interesse no assunto, observamos em muitas situações a ausência total ou quase total de dados que pudessem ser utilizados na gerência da coisa pública. Quanto se despende? Onde? Quais os benefícios obtidos e os eus-

V. METODOLOGIA

tos? Essas perguntas muitas vezes não obtêm resposta ou recebem retorno insatisfatório, motivo pelo qual este trabalho se vale mais do conhecimento intuitivo transmitido pelos entrevistados do que de dados estatísticos. A formação deficiente ou inadequada (voltada para a sala de aula, sem visão do todo) de muitos gestores causou as dificuldades esperadas. Embora o pessoal de Educação Especial domine o campo, parte dele, bem como da área de Educação em geral, acredita que os números nada têm a ver com eles. Esta situação indica a necessidade de se agir cientificamente na gestão dos sistemas e estabelecimentos de ensino. Por outro lado, a contabilidade pública, ao não oferecer dados adequadamente desagregados, dificulta aos próprios gestores terem uma visão clara e pormenorizada dos custos e das finanças educacionais. Em certos casos, os pesquisadores encontraram trabalhos relevantes e dispendiosos em Educação Especial, que, no entanto, não se refletiam nos dados financeiros, quer porque estes não eram pormenorizados, quer porque, utilizando instalações, material de consumo e professores dedicados ao ensino regular, figuraram muito subestimados, não se podendo dimensionar nem as despesas nem os custos. Em suma, em determinadas situações havia perguntas sem respostas, em outras, respostas sem perguntas e, afinal, ainda em outras, nem uma coisa nem outra. Os dados financeiros parecem envolvidos num tabu, acessíveis a especialistas que muitas vezes nada entendem de Educação, enquanto o pessoal de Educação raramente entende de finanças. Desse grave desencontro tanto é penosa a gestão dos sistemas como o seu conhecimento por intermédio da pesquisa.

Nas ONGs, o grau de erros possível das receitas e a modéstia dos serviços contábeis, muitas vezes conduzidos por voluntários, tornam praticamente inviável a *orçamentação* anual. Para esta *praticidade* tanto contribui a liberação ciclotímica de verbas governamentais, como também as diferentes formas de arrecadação de meios junto ao público e das reações deste, que variam também com a conjuntura econômica.

VI. OS CASOS SELECIONADOS

Segue-se uma breve exposição sobre cada uma das secretarias e ONGs selecionadas, abrangendo, sempre que possível, a organização e o funcionamento, as modalidades de atendimento, as relações com o governo — ou com outros níveis de governo —, com as ONGs e outras organizações, as despesas e fontes, e os processos de alocação de recursos. Ao longo desta exposição emergirão vários temas que serão analisados na seção seguinte.

A Educação Especial no Pará

A Secretaria de Educação do Estado do Pará definiu como prioridade na atual administração a implantação de uma nova filosofia de trabalho que se resume na arrumação da casa para melhor administrar os recursos escassos. Assim, tem como preocupação a melhoria do processo de gestão do sistema educacional, na busca de maior racionalidade dos procedimentos, sem investir em novos programas. Em resumo, tem como objetivo administrar bem o que está em andamento.

Esta diretriz da Secretaria repercute em todos os setores de sua estrutura, inclusive na Educação Especial. O pessoal técnico conhece os problemas do setor, tem suas propostas, mas sente que a ausência de recursos é fator limitante. No entanto, seguindo as diretrizes da Secretaria o setor Educação Especial colocou como prioridades:

reestruturação organizacional do Departamento de Educação Especial, revertendo seu papel de executor, para o de

formulador, coordenador e avaliador da política estadual de Educação Especial;

- reestruturação das unidades especializadas José Alvares de Azevedo ("deficientes visuais") e Astério de Campos (deficiência auditiva), transformando-as em centros de referência nos campos da educação e da pesquisa;

reestruturação da unidade "Yolanda Martins e Silva" de uma unidade de ensino especializado para uma unidade de preparação profissional, tanto para os portadores de necessidades especiais como também para os chamados "normais";

implantação do Projeto Experimental de Educação Integrada, possibilitando a convivência dos portadores de necessidades educacionais especiais com as pessoas chamadas "normais"; e

- implantação do Projeto Experimental Alfabetização de Adultos com Necessidades Educativas Especiais.

A Educação Especial no estado do Pará é coordenada pelo Departamento de Educação Especial, órgão vinculado à Diretoria de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, ficando, assim, colocada no terceiro escalão da administração educacional do estado. Compete-lhe garantir o acesso, permanência e preparação para o trabalho das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais. Para isso, estrutura-se internamente em duas divisões:

- Divisão de Diagnóstico e Orientação Técnica; e
- Divisão de Programas Especiais.

A Divisão de Diagnóstico e Orientação Técnica é responsável pela triagem, avaliação e diagnóstico da clientela da comunidade que apresenta suspeita de necessidades educativas especiais. A Divisão conta com uma equipe interdisciplinar, composta de assistente social,

VI. OS CASOS SELECIONADOS

fonoaudiólogos médicos (clínico, neurologista, otorrinolaringologista, pediatra, oftalmologista, ortopedista), odontólogo, psicólogo, pedagogo e professor especializado. Quando a equipe técnica conclui que a situação apresentada pelo usuário e avaliada se enquadra nos critérios para Educação Especial, a criança é encaminhada à Divisão de Programas Especiais para efetivação da matrícula.

A Divisão de Programas Especiais é responsável pela coordenação da execução dos programas: ensino fundamental, médio e superior, junto ao sistema de ensino público e particular, nos níveis estadual e municipal. A Divisão conta com uma equipe, também interdisciplinar, composta de assistente social, arte-educador, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo e técnico em psicomotricidade. Para o acompanhamento de suas ações na capital e no interior do estado, a Divisão estrutura-se em três seções:

- Seção de altas habilidades, deficiência mental e portadores de condutas típicas;
- Seção de deficiência auditiva e múltipla; e
- Seção de deficiência física e visual.

As modalidades de atendimento atuais são: classe especial; sala de recursos; ensino itinerante; e atendimento domiciliar. São atendidos nessas modalidades 11.489 alunos, sendo 2.696 no município de Belém e nos distritos de Icoaraci e Mosquiro, e 8.793 no interior.

As tabelas A.1 e A.2 (ver Anexo) mostram a dimensão do atendimento prestado.

Cerca de 90,00% do atendimento em Educação Especial é feito pelo Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação por meio de instituições especializadas: José Alvares de Azevedo (área visual); Astério de Campos (área auditiva); e Yolanda Martins e Silva (formação profissional). Inclui ainda a rede estadual e o atendimento

itinerante. Nesse atendimento encontram-se alunos encaminhados pela Prefeitura Municipal de Belém, vez que a Secretaria Municipal não dispõe de estrutura e pessoal próprios para atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais*. Os outros 10,00% são atendidos por entidades particulares que mantêm convênios de cooperação técnica e financeira com a Secretaria de Educação.

As entidades particulares envolvidas são:

- *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais* - atende aos portadores de necessidades especiais na área mental;
- *Fundação Pestalozzi do Pará* - atende ao portador de necessidades especiais na área mental, mediante programas especializados de pré-escola, habilitação global, oficinas, psicomotricidade, linguagem e fisioterapia;
- *Centro Educacional Ronaldo Miranda* - atende às pessoas portadoras de necessidades especiais nas áreas física, motora e mental;
- *Educandário Eunice Weaver do Pará* - atende a portadores de necessidades educativas especiais;
- *Centro Educacional Arapitanga* - atende a crianças com distúrbios de comportamento e neurológicos, síndrome e/ou dificuldades de assimilação;
- *Centro Integrado de Educação Especial* - atende a portadores de necessidades especiais nas áreas mental e físico-motora;

* A Secretaria de Educação do Município de Belém não desenvolve programas específicos para os portadores de necessidades educativas especiais. Os casos detectados na rede municipal são encaminhados para a rede estadual de ensino e, às vezes, para o Centro Educacional Ronaldo Miranda, sem envolver, no entanto, repasse de recursos. Estas informações foram prestadas pela Professora Irene Savacho, do Instituto de Educadores de Belém (IDEBE), cujo nome foi indicado pela Secretaria Municipal de Educação como fonte de contato e de informação.

VI. OS CASOS SELECIONADOS

- *Instituto Filippo Smaldone* - atende, em regime de externato e semi-internato, a crianças portadores de necessidades especiais na área auditiva;
- *Serviço de Atendimento Básico em Reabilitação* - promove programas para crianças portadoras de necessidades nas áreas físicas, motora e/ou mental; e
- *Centro Catequético de Promoção Humana Santa Isabel da Hungria* - promove atendimento médico, nutricional, psicológico e pedagógico especializado.

E também significativa a parceria com instituições públicas que apóiam e complementam o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Educação do estado. As instituições públicas que participam desse trabalho conjunto são: Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria do Trabalho e Promoção Social; Fundação do Bem-Estar do Pará; Hospital de Clínicas do Estado; Centro Cultural Tancredo Neves da Secretaria de estado da Cultura; Santa Casa de Misericórdia; Universidade Federal do Pará; Escola Técnica Federal do Pará; Legião Brasileira de Assistência; Fundação Papa João XXIII; e Universidade Estadual do Pará.

Além das instituições conveniadas, há outras organizações que colaboram com o trabalho desenvolvido com os portadores de necessidades especiais. Algumas instituições participam absorvendo-os nos locais de trabalho; outras, fornecendo material para os deficientes visuais. Há ainda um grupo de associações que mais se destaca no apoio à Secretaria, como: Associação Paraense de Pessoas Deficientes (APPD); Associação Paraense de Deficientes Visuais (APDV); Associação de Deficientes Visuais do Pará (ADVIP); Associação Pró-Deficientes Visuais (PRO-DV); Associação de Deficientes Visuais do Baixo Amazonas (ADVIBAM); Associação de Deficientes, Pais e Amigos do Município de Ananindeua (ADEPAMA); e Associação dos Deficientes Físicos do Pará (ADFPA).

VI. OS CASOS SELECIONADOS

Estão envolvidas nas três formas de atendimento ao portador de necessidades educativas especiais (escolas da rede, unidades especializadas e unidades conveniadas) 1.183 pessoas. As escolas da rede estadual contam com 805 pessoas, sendo 685 docentes. As unidades de atendimento especializado dispõem de 174 pessoas, sendo 76 docentes. Finalmente, as unidades conveniadas trabalham com 204 pessoas, com 112 docentes.

O departamento tem uma grande preocupação com a formação e aperfeiçoamento dos docentes e técnicos, tendo sido promovidos, em 1995, os seguintes eventos com o objetivo de criar melhores condições para o desenvolvimento da Educação Especial: Curso de Estudos Adicionais no Nível de Segundo Grau; Encontro de Coordenadores de Educação Especial do Interior do Estado; Encontro de Profissionais nas Áreas de Educação e Saúde; Treinamento na Proposta Curricular - Deficiência Múltipla para Profissionais da Capital e do Interior; Encontro de Professores de Deficiência Auditiva do Interior do Estado; Encontro Interinstitucional de Ações Unificadas aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais; e Curso de Atualização em Autismo.

O Departamento de Educação Especial participa da elaboração do orçamento na medida em que anualmente apresenta a proposta de ação para compor o Plano Anual de Trabalho. No entanto, as prioridades não são definidas no âmbito do Departamento, mas do das políticas governamentais (nacional e estadual), o que limita a possibilidade de desenvolvimento das ações que atendam às expectativas da Educação Especial.

Apesar desses aspectos, o estado dispõe de informações específicas sobre as despesas e gastos com Educação Especial, por fonte e por elemento de despesa. As tabelas A.3 a A.5, no Anexo mostram que, de 1992 a 1994, os recursos do salário educação/quota federal representaram mais da metade dos recursos aplicados em Educação Especial, o

VI. OS CASOS SELECIONADOS

que sinaliza a importância do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) no financiamento da Educação Especial no estado. A análise das despesas por elemento mostra que o maior percentual se refere ao material de consumo. Os gastos com pessoal não figuram, vez que o pagamento do pessoal que trabalha com Educação Especial recebe enquanto funcionário do estado, e não do Departamento de Educação Especial. Isto indica que *os* gastos apresentados não representam a totalidade na qual o estado incorre para a manutenção da Educação Especial.

Há ainda um conjunto de despesas difíceis de serem contabilizadas. São as referentes a doações em alimentos, em combustíveis, etc, concedidas por empresas ou pessoas físicas. Tais doações contribuem para o funcionamento dos programas, mas não se tem um cálculo do que de fato significam em termos monetários.

A Fundação Pestalozzi do Pará

A Fundação Pestalozzi do Pará foi instituída em 15 de outubro de 1955 pela Sociedade Paraense de Educação. Seu objetivo é o desenvolvimento das potencialidades do portador de necessidades educativas especiais — na área da deficiência mental —, visando à sua integração na família, na escola e na sociedade.

O atendimento prestado pela Fundação se dá em duas vertentes. A primeira é um programa de reabilitação, sob responsabilidade de uma equipe interdisciplinar, que define a elegibilidade do candidato através de inscrição, triagem e avaliação, englobando estudo de caso em equipe, montagem da programação terapêutica, encaminhamento, atendimento individual em nível interprofissional e atendimento grupai por meio da sistematização de grupos de pais e alunos.

A segunda corresponde a um programa de habilitação, envol-

vendo educação para a criança em idade pré-escolar, de 0 a 6 anos — estimulação precoce e prontidão —; e formação global para alunos de 7 a 14 anos de idade, com habilitação profissional a partir de 14 anos, em pré-oficinas e oficinas pedagógicas e em unidades de produção — marcenaria, artesanato, etc. Incluem-se também no programa de habilitação as atividades complementares e atividades de vida diária, assim como atividades de educação física.

A Fundação Pestalozzi é uma entidade filantrópica, organizada na forma de colegiado, com Diretoria eleita a cada três anos, composta de presidente, Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo. Para o desenvolvimento de seus programas a Fundação Pestalozzi se apoia em seus órgãos operacionais: a Escola Lourenço Filho, em Belém, e o Núcleo Professora Helena Antipoff, no Distrito de Icoaraci. Nessas instituições, a Fundação atende a 259 alunos, distribuídos por programa, conforme a Tabela A.6 (ver Anexo).

Os alunos que participam desses programas participam também dos programas de reabilitação (psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, psicomotricidade, ludoterapia, natação e hidroterapia) e de educação física (jogos, folclore, natação e recreação). Para o atendimento a essa clientela a Fundação conta com 42 docentes, 20 técnicos e 31 administrativos, com um total de 93 servidores para 259 alunos, o que dá uma relação de 2,7 alunos por servidor. Dos 62 servidores na categoria de docentes e técnicos, 71% têm formação de nível superior. Há um treinamento sistemático no início do ano letivo para reciclar o pessoal docente e técnico com enfoque nos aspectos pedagógicos.

Para o alcance de seus objetivos, a Fundação não se restringe às atividades desenvolvidas por seus órgãos operacionais. Há um relacionamento constante e estruturado com:

- *Secretaria Estadual de Educação*, através da Divisão de Educação Especial. A Fundação e a Divisão firmam convênios para selar as parcerias. Assim, a Secretaria de Educação coloca à

VI. OS CASOS SELECIONADOS

disposição da Fundação 80% de seu pessoal administrativo, técnico e docente e de apoio logístico, obtendo, em contrapartida, 120 vagas para alunos encaminhados pela secretaria.

Legião Brasileira de Assistência. Mantém convênio com pagamento/^(/" *capita* mensal, em média para 150 alunos.

Secretaria Municipal de Educação. Executa convênios para transferência mensal de recursos para pagamento de pessoal e de material de consumo.

Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (FUNCAP). Estabelece parceria para atendimento de 10 alunos portadores de necessidades na área mental, que são atendidos no Espaço de Acolhimento Provisório, e para cessão de três assistentes sociais.

Fundação Municipal de Apoio ao Estudante. Fornece ajuda em gêneros alimentícios, através da merenda escolar para a manutenção do lanche diário, e apoio alimentar ao semi-internato para 50 alunos.

Universidade do Estado do Pará. Estabelece parceria para a realização de estágio curricular em fisioterapia e terapia ocupacional, ganhando a Fundação o atendimento da clientela matriculada nessas modalidades.

Escola Técnica Federal do Pará. Colabora na impressão de fichas, *folders*, etc.

Companhia de Desenvolvimento Administrativo da Área Metropolitana de Belém. Coloca à disposição da Fundação um técnico com habilitação em Contabilidade e Advocacia.

CEASA. Doa semanalmente produtos hortifrutigranjeiros.

Fundação Banco do Brasil. Colaborou com 80% do valor de um ônibus escolar, em 1994.

Há um conjunto de empresas e organizações não-governamentais que colaboram com regularidade (semanal, mensal, semestral) com a Fundação Pestalozzi, por intermédio de doação de combustível, cereais, açúcar, o que constitui uma ajuda significativa para que a Fundação possa prestar os serviços e alcançar seus objetivos.

Para o custeio de suas despesas, a Fundação conta ainda com receitas provenientes de cinco fontes: subvenção federal, subvenção estadual e municipal, outras receitas, receitas não operacionais e receita financeira (ver Tabela A.7, no Anexo). Como colocado anteriormente, a Fundação recebe colaboração não em dinheiro, mas em gêneros alimentícios e outras formas, o que não é contabilizado na tabela de receita. Constata-se, dessa maneira, que a Fundação busca parcerias com outros órgãos governamentais ou não, como forma de ampliar e qualificar o atendimento que presta em suas unidades operacionais. Uma prove a Fundação com professores; outra se responsabiliza pelos recursos para despesas com pessoal; outra cede assistentes sociais, outras ainda provêem gêneros alimentícios. Trata-se de um sistema de organização de várias parcerias para o atendimento às necessidades de funcionamento da Fundação. Tais parcerias são muito importantes, pois o comportamento das receitas é muito instável, principalmente quando provenientes de órgãos públicos. A redução da participação do governo federal de 37,8% para 11,1%, no período de dois anos, é uma amostra da instabilidade. Em contrapartida, a participação do estado e dos municípios apresentou sensível aumento — de 45,2% para 81,6% (ver Tabela A.7, no Anexo). Das despesas, a maior parte recai sobre pessoal, ficando as com serviços de terceiros em segundo lugar (ver Tabela A.8, no Anexo).

A despesa média aluno atendido/ano, em 1994, situou-se em torno de US\$ 1,348.23. Convém ressaltar que este valor se refere apenas às receitas em moeda propriamente dita, não se contabilizando as doações em gêneros alimentícios, nem o custo dos professores cedidos pelo estado.

VI. OS CASOS SELECIONADOS

A Educação Especial no Ceará

A Secretaria de Educação do Estado do Ceará definiu três linhas básicas de ação que a atual administração vem priorizando.

A primeira coloca a escola e o trabalho pedagógico nela desenvolvido como a mola mestra do processo de universalização e melhoria da qualidade do ensino. Aluno e professor, principais sujeitos do processo ensino-aprendizagem se tornam o foco de toda a ação escolar. Para isto é fundamental que a escola seja gerida com a participação de todas as partes interessadas e envolvidas — professores, pais, funcionários e alunos. O primeiro passo nesse sentido foi dado com a eleição direta para diretores das escolas estaduais, realizada em setembro de 1995.

A segunda é a organização da rede única de escolas públicas a ser alcançada pela municipalização gradativa da Educação. O Plano Estratégico de Implantação do Processo de Municipalização para a Melhoria da Qualidade e a Universalização do Ensino Fundamental propõe modalidades de cooperação técnica e financeira entre estados e municípios e prevê recursos financeiros para a universalização e a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental nos municípios participantes.

A terceira é a alfabetização de todos os jovens de 7 a 14 anos de idade e a gradual alfabetização de jovens e adultos. A secretaria procura mobilizar a sociedade cearense em torno de programas de alfabetização, prioritariamente de crianças e adolescentes que ainda não tiveram acesso à escola ou que a abandonaram precocemente.

Para a Educação Especial, a Secretaria de Educação definiu como finalidade a coordenação do atendimento aos portadores de necessidades especiais na rede escolar do sistema estadual de ensino, e do oferecimento de atendimento especializado quando o nível de deficiência assim o exigir. Seus objetivos são: redimensionar a gestão

administrativa e pedagógica da Educação Especial; ampliar a oferta de educação especial de boa qualidade aos portadores de conduta típica e de deficiência visual, auditiva, mental, múltipla, física; e fortalecer parcerias para ampliar os mecanismos de apoio aos deficientes.

As prioridades consistem: na elaboração de uma proposta curricular que atenda de forma adequada ao aluno portador de necessidades especiais; na implantação de salas de apoio pedagógico específico para as crianças que não têm condições de frequentar as salas de aula normais; no trabalho de sensibilização nos municípios, com o auxílio das equipes da área de Saúde, para a identificação precoce das necessidades especiais; no diagnóstico das deficiências; no atendimento às crianças em situação de risco, ou seja, as que tiveram problemas durante o parto ou cuja mãe teve problemas durante a gravidez; e na aquisição de computadores para o envolvimento do portador de necessidades especiais com o mundo da informática, cada vez mais freqüente nos locais de trabalho.

A Divisão de Educação Especial da Secretaria de Educação do Ceará é responsável pelo alcance dos objetivos e prioridades da Educação Especial nessa administração, depois de muitos esforços para permanecer como uma divisão específica, uma vez que se pretendia retirá-la da estrutura da secretaria. A divisão continua na estrutura como parte da Diretoria de Desenvolvimento do Ensino que, por sua vez, responde à Coordenadoria de Desenvolvimento Educacional. As atividades da divisão são coordenadas e desenvolvidas pelo Centro de Educação Especial do Ceará, que funciona em prédio próprio. Isto confere ao atendimento ao portador de necessidades especiais uma importância e visibilidade maiores do que se a coordenação estivesse funcionando no mesmo prédio da secretaria.

O atendimento ao portador de necessidades especiais sob responsabilidade da Divisão de Educação Especial é feito de três formas: no Centro de Educação Especial, nas escolas da rede estadual, e em

VI. OS CASOS SELECIONADOS

instituições que mantêm convênios com a Secretaria de Educação. O centro está atualmente atendendo a 445 alunos, distribuídos por área de atendimento. Nas escolas da rede estadual foram atendidas, em 1995, 2.438 alunos (ver Tabelas A. 10 e A.11, no Anexo).

Trabalham no Centro de Educação Especial 54 pessoas, entre professores, especialistas, técnicos e pessoal administrativo: 40 professores; 3 psicólogos; 3 técnicos em educação; 2 técnicos em administração; e 6 agentes administrativos.

Nas escolas da capital e do interior, 251 professores trabalham com turmas que têm alunos portadores de necessidades educativas especiais. Todos os professores têm curso de segundo grau com especialização em Educação Especial. Noventa por cento dos profissionais do Centro de Educação Especial têm pós-graduação nas áreas psicopedagógica, mental e auditiva, e planejamento educacional.

A Divisão de Educação Especial firma convênios com instituições não-governamentais para a ampliação e a diversificação do atendimento ao portador de necessidades especiais. A contrapartida que a divisão oferece é a cessão de professores.

As instituições com as quais a divisão mantém convênios são:

- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais;
- Sociedade Pestalozzi;
- Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos;
- Associação de Pais e Amigos dos Autistas; e
- Associação dos Cegos.

Além das organizações não-governamentais, a Divisão de Educação Especial trabalha em parceria com vários órgãos públicos:

- *Secretaria de Saúde* - os hospitais encaminham para a secretaria casos de necessidades especiais em crianças em idade es-

colar; por outro lado, a secretaria encaminha aos hospitais crianças para o diagnóstico do nível de deficiência.

- *Secretaria do Trabalho* - o SINE - Sistema Nacional de Emprego - encaminha para a secretaria pessoas ainda em idade escolar que apresentam algumas necessidades especiais, e a secretaria encaminha ao SINE pessoas portadoras de necessidades especiais em condições de exercer atividade remunerada.
- *Secretaria de Ação Social* - os meninos e meninas de rua e crianças em idade pré-escolar que apresentam necessidades especiais são encaminhadas pela Secretaria de Ação Social para a Secretaria de Educação.
- *Universidade Federal do Ceará, Universidade de Fortaleza e Universidade Estadual do Ceará* - realizam treinamento de professores e pesquisas, entre as quais uma sobre o número de crianças portadoras de necessidades especiais fora de qualquer atendimento; esta pesquisa está sendo realizada pela Universidade Federal do Ceará (UFCE), enquanto que a Universidade de Fortaleza (UNIFOR) iniciará um curso de pós-graduação em deficiência auditiva para 40 professores.

As atividades da Divisão de Educação Especial não se restringem ao atendimento educacional. A Divisão é também responsável pela triagem/anamnese, estudo de caso, encaminhamento médico, avaliação pedagógica, avaliação de terapia ocupacional, avaliação em fonoaudiologia, e acompanhamento das diversas formas de atendimento (fonoaudiologia, psicomotricidade, fala, pedagógico, etc).

A Divisão de Educação Especial não participa da elaboração do orçamento da secretaria. Faz uma previsão de gastos com os programas que pretende desenvolver, mas não tem conhecimento sobre o total de recursos que receberá durante o ano. Não tem controle de sua

VI. OS CASOS SELECIONADOS

programação, pois os recursos são liberados à medida que ficam disponíveis. Não se tem também um levantamento dos custos com o atendimento ao portador de necessidades educativas especiais, uma vez que a divisão não é unidade orçamentária. As necessidades com o desenvolvimento das ações são atendidas com recursos do Programa 042 — Ensino Fundamental — ou com recursos de outros programas. Assim, quando se necessita de material de consumo, não se compra o material para a divisão. As compras são centralizadas e o material é distribuído de acordo com as requisições dos diversos órgãos da estrutura da secretaria. O pagamento dos professores e técnicos está dentro do Programa Administração. O balanço do estado não traz, portanto, as despesas feitas com o Programa 049 — Educação Especial. As despesas com esta modalidade de ensino estão diluídas em outros programas.

A secretaria conta com recursos do Tesouro do estado e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE/MEC — para financiar algumas atividades da Divisão de Educação Especial. Os recursos do Tesouro são utilizados como contrapartida aos recursos do FNDE/MEC.

Assim, não é possível se ter dados concisos sobre quanto se despende em Educação Especial no Ceará, via Secretaria de Educação. Não há levantamento de custos específicos para a Educação Especial. Tem-se apenas o valor de quanto foi aplicado pelo FNDE e a contrapartida do estado de 1992 a 1994, de acordo com a Tabela A.9 (ver Anexo).

A Educação Especial em Fortaleza

A Prefeitura Municipal de Fortaleza tem como prioridade na área da Educação o atendimento à clientela da Educação Pré-Escolar e do Ensino Fundamental, com ensino de qualidade.

Como estratégia para sua atuação, a secretaria definiu: a integração das redes estadual, municipal e particular para otimizar o uso das instalações existentes; a capacitação e a valorização dos profissionais da Educação; a associação do ensino convencional às iniciativas nos campos da saúde, cultura, desporto e lazer; a integração da escola com a comunidade, sendo a gestão colegiada das escolas e a eleição dos diretores das escolas uma das formas dessa integração; a descentralização administrativa e pedagógica; e o reaparelhamento das escolas e distritos educacionais.

Quanto à Educação Especial, a Secretaria de Educação do município desenvolve um programa com os seguintes objetivos: promoção da integração do portador de necessidades especiais na escola regular; realização de cursos para portadores de necessidades especiais nas áreas visual e auditiva; patrocínio de cursos profissionalizantes para a integração de portadores de necessidades especiais à comunidade produtiva; e implantação de um Núcleo de Atendimento Integral à Criança Especial.

As atividades de Educação Especial são coordenadas pelo Serviço de Educação Especial, subordinado à Unidade de Ensino Básico e Médio do Departamento de Desenvolvimento Curricular. Vale ressaltar que a unidade "serviço" é a última na escala de organização da secretaria. O Serviço de Educação Especial foi criado há apenas quatro anos, e conta com uma equipe de quatro pessoas trabalhando na estrutura central, e um professor para cada sala especial (atualmente oito). O apoio administrativo é dado pela Unidade de Ensino Básico e Médio. A coordenadora do grupo trabalha 40 horas por semana. As outras técnicas apenas 20 horas, pois seus contratos são como professoras com 20 horas semanais. Os oito professores nas salas de apoio pedagógico trabalham 40 horas semanais.

O serviço se ressentia da falta de uma equipe multidisciplinar para que possa fazer uma avaliação diagnóstica. Não há, no entanto,

VI. OS CASOS SELECIONADOS

previsão da ampliação do quadro de pessoal nessa área. Como um dos objetivos da Educação Especial é a integração do portador de necessidades especiais na escola regular, o treinamento de professores para lidar com esse alunado é um imperativo. Exatamente na área de capacitação para os diversos tipos de necessidades especiais o Serviço de Educação Especial iniciou suas atividades.

O atendimento à criança portadora de necessidades educativas especiais é feito em escolas da prefeitura em classes normais; porém, as escolas dispõem de salas de apoio pedagógico. Na realidade, essas crianças acabam tendo horário integral, vez que as salas especiais funcionam em outro período. As salas especiais são utilizadas por todas as crianças com dificuldades de aprendizagem, inclusive as classificadas como portadores de necessidades especiais na área mental. Atualmente são oito as escolas que dispõem de salas de apoio pedagógico e, no início do ano letivo de 1996, serão abertas mais 15 em outras escolas. Cada sala de apoio pedagógico atende em média a 20 alunos. Há uma grande lista de espera, pois, se a família não coopera, o aluno é substituído nas salas de apoio. Os professores que trabalharão nessas salas passaram por um treinamento em outubro de 1995. As salas de apoio pedagógico desenvolvem atividades nas áreas afetiva, psicomotora e cognitiva, utilizando jogos que facilitam a aprendizagem. Essa forma de atendimento tem sido bem aceita pelas famílias, pois as crianças estudam perto de casa, na mesma escola que os irmãos estudam.

A Secretaria Municipal de Educação é ainda responsável pelo atendimento indireto às crianças portadoras de necessidades educativas especiais, ou seja, firma convênio com várias organizações não-governamentais para atendimento específico. Essas instituições se dedicam ao atendimento dos portadores de necessidades especiais na área mental, exceto a última, que trata as necessidades especiais na área auditiva:

- Bem-Me-Quer;
- Sociedade Pestalozzi;
- APAE - deficiente mental;
- Instituto Filippo Smaldone;
- Centro de Reabilitação Infantil;
- Instituto Moreira de Sousa;
- Recanto Psicopedagógico; e
- Grupo de Apoio Voluntário ao Excepcional.

O Instituto dos Cegos do Ceará atende especificamente as crianças cegas, e a Casa da Esperança está atendendo as crianças autistas.

Por meio desses convênios a Secretaria Municipal de Educação cede professores e as instituições, as vagas. Em geral, para cada professor cedido a instituição oferece cinco vagas. A Secretaria de Educação já encaminhou cerca de 300 crianças às diversas instituições, aproximadamente 40 por instituição. Em contrapartida cedeu àquelas instituições 69 profissionais na área de Educação Especial.

São atendidos atualmente 539 alunos, seja nas salas de apoio pedagógico, seja por meio de convênios com outras instituições.

Uma situação enfrentada pela equipe do Serviço de Educação Especial, e que dificulta especialmente a organização do atendimento, é a classificação das crianças com dificuldades de aprendizagem como portadoras de necessidades educativas especiais. Assim, muitas crianças são colocadas sob os cuidados do Serviço de Educação Especial, quando suas dificuldades poderiam ser resolvidas dentro de sala de aula, com métodos de ensino mais apropriados. O resultado dessa interpretação tem sido a concentração dos esforços do Serviço de Educação Especial com as crianças com dificuldades de aprendizagem,

VI. OS CASOS SELECIONADOS

organizando salas de apoio pedagógico, ficando o atendimento mais especializado por conta de outras organizações.

Não há relações estruturadas e permanentes da Secretaria Municipal de Educação com órgãos públicos, sejam estaduais ou municipais, para a expansão e a melhoria do atendimento às crianças portadoras de necessidades educativas especiais. Há uma parceria com a Universidade Estadual do Ceará que permite a professores da rede municipal com formação de ensino médio (curso normal) a frequência a disciplinas específicas (psicologia, por exemplo), importantes para o trabalho nas salas de apoio pedagógico e no tratamento com os portadores de necessidades especiais.

O Serviço de Educação Especial não participa da elaboração do orçamento. A alocação dos recursos é feita sem sua participação. No início do ano elabora seu plano de ação, especificando o que pretende realizar e os recursos necessários para implementar as ações. O serviço é informado da disponibilidade dos recursos e, nesse momento, prepara o projeto para a sua utilização. Como os recursos chegam aos poucos e de forma imprevisível, o Serviço de Educação Especial não tem uma previsão do que será realizado do plano de ação elaborado no início do ano.

O orçamento da Secretaria de Educação do Município de Fortaleza inclui o Programa 049 — Educação Especial — e dentro dele o Subprograma 0252 — Educação Compensatória. A Tabela A. 12, no Anexo, mostra os recursos previstos no orçamento da secretaria para a Educação Especial no período de 1993 a 1995.

Além de recursos próprios, a Secretaria de Educação conta com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE/MEC. Esses recursos são mais utilizados para material de consumo e permanente, enquanto os recursos da própria Secretaria são utilizados para pagamento de pessoal, participação em congressos e seminários, e treinamento.

A Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais (APAE) de Fortaleza

A APAE de Fortaleza foi fundada em 28 de agosto de 1965, com a finalidade de "zelar pelo bem-estar do indivíduo portador de deficiência mental, promovendo seu ajustamento na família e na sociedade".

O trabalho direto com os alunos deficientes iniciou na "Minha Escola Profissionalizante", em casa alugada. Somente em junho de 1981 a associação passou a funcionar em sede própria, com a colaboração da prefeitura, que doou o terreno, e da comunidade, que colaborou com as campanhas para arrecadação de fundos para a construção. Os 16 anos necessários para se conseguir uma sede própria, com condições para um atendimento mais adequado aos portadores de necessidades especiais, mostram as dificuldades que as instituições e as famílias enfrentam para garantir-lhes atendimento educacional.

Os objetivos da associação são variados, destacando-se os seguintes:

- "manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados no tratamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional;
promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares, como colônia de férias, clubes, jardinagem, etc;
estimular o trabalho do deficiente, por meio de exposições, de cooperativas, de oficinas protegidas e da manutenção de uma casa de chá;
- desenvolver a cultura especializada e o treinamento do pessoal destinado a trabalhar no campo da educação do deficiente;

VI. OS CASOS SELECIONADOS

- esclarecer, orientar e auxiliar os pais e amigos na conduta relativa ao deficiente;
- levar o público, por meio de divulgação, a melhor conhecer o problema do deficiente e cooperar com as entidades interessadas nos mesmos problemas; e
- angariar e recolher fundos para a realização dos propósitos da Associação".

Em resumo, a associação procura manter uma instituição educacional para atendimento especializado, diversificar e qualificar o atendimento, e sensibilizar a comunidade para ampliar os meios para uma oferta adequada dos serviços, vez que os recursos provenientes do setor público são escassos.

Os serviços oferecidos pela APAE são:

- *Prevenção - Teste do Pezinho* : A APAE vem realizando o *teste do pezinho* como providência fundamental para se garantir a saúde dos bebês, descobrindo certas doenças antes que elas prejudiquem sua inteligência e seu desenvolvimento. Em 1994 foi coletado sangue de 478 crianças para testes, tendo sido detectados dois casos, um de tireoidismo e outro de galactosemia.
- *Estimulação precoce*: Esta atividade tem como finalidade atender bebês de alto risco, por serem neles que se encontra o maior percentual de casos com lesões cerebrais, e de crianças que apresentam alterações no desenvolvimento neuropsi-comotor, associado ou não à deficiência. Para esse atendimento, a APAE conta com uma equipe composta de pediatra, assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, educador físico, fisioterapeuta e estagiários com formação diversificada. Durante o ano de 1994, esse setor atendeu 72 crianças na faixa etária de 0 a 3 anos. Na maioria

das crianças atendidas diagnosticou-se síndrome de Down e necessidades especiais múltiplas.

Escolaridade: Visa, acima de tudo, ao desenvolvimento de atividades e vivências para a integração pessoal, adaptação social e ocupacional. Foram feitas algumas modificações na proposta curricular especial, uma vez que o potencial limitado da clientela leva a não se ter uma preocupação fixa no "ensino" e/ou estudo de conteúdo acadêmico. Em 1994, a escola contou com 165 alunos, sendo 37 de estimulação e tratamento precoce, e 128 de escolaridade. A *escolaridade* se dá em classes diferenciadas e a perspectiva é a de um número sempre crescente de alunos, especialmente para a estimulação e escolaridade nos níveis de maternal e jardim de infância.

Atendimento Médico: A psiquiatria, no que se refere a necessidades especiais na área mental, direciona suas atividades no sentido de uma integração maior entre o portador de necessidades especiais na área mental, a família e a sociedade. Trabalha-se na APAE com necessidades especiais na área mental associada a distúrbio de conduta, disritmia, epilepsia e uma lesão cerebral pós-TC (paralisia cerebral) ou doença infecto-contagiosa. O trabalho consiste desde uma avaliação inicial para esclarecimento diagnóstico até a solicitação de exames complementares, treinamento ou encaminhamento. A pediatria trabalha com o objetivo de fornecer um atendimento pediátrico adequado no que diz respeito ao acompanhamento do crescimento pondo-estrutural, bem como do desenvolvimento neuropsicomotor, detectando precocemente retardos existentes, na tentativa de corrigir, se possível, as prováveis causas. Objetiva também diminuir a morbi-mortalidade das patologias pediátricas mais comuns na infância, com um diagnóstico adequado, orientações e trata-

VI. OS CASOS SELECIONADOS

mentos corretos. O atendimento médico teve, em 1994, a seguinte dimensão: avaliações (34); consultas (232); revisão (19); e consultas de puericultura (5).

Tratamento Odontológico: A APAE trabalha com o princípio de que saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade. Por isso o atendimento odontológico faz parte do seu atendimento. O número de pessoas atendidas, em 1994, foi de 439, em diversos tipos de procedimentos.

Fisioterapia: Este setor utiliza os meios para tratar seqüelas de diversas patologias com objetivo de restaurar, corrigir e desenvolver a capacidade física do indivíduo, para que realize suas atividades o mais próximo da normalidade e se reintegre à sociedade. Em 1994, em apenas seis meses, foram atendidos 28 alunos, num total de 636 sessões, e foram feitas ainda 21 avaliações.

Terapia Ocupacional: Este setor tem como objetivo preparar e orientar a pessoa portadora de necessidades especiais na área mental para o aprendizado de uma profissão, capacitando-a para a atuação em atividades remuneradas. O atendimento de terapia ocupacional é realizado individualmente ou em grupo. Em 1994 foram trabalhados os seguintes tópicos: percepção visual, espacial, temporal, esquema corporal, noções *direita x esquerda*, coordenação motora fina, dinâmica funcional, atenção e concentração, linguagem receptiva e expressiva, comportamento e socialização. Em 1994, foram atendidas 1.140 pessoas em grupo, 304 de forma individual, e ainda foram feitas 45 avaliações.

Fonoaudiologia: As sessões terapêuticas, desenvolvidas por este setor, têm os seguintes objetivos: estimulação da linguagem, adequação de comunicação oral, e correção das alterações

VI. OS CASOS SELECIONADOS

fonéticas da fala. O número de pessoas atendidas, em 1994, foi de 58, tendo sido realizadas 20 avaliações. O total de sessões foi de 1.658.

Psicologia: O setor de psicologia trabalha as relações grupais (socialização), faz avaliações de futuros candidatos para a escola, contata os pais, realiza reuniões com a equipe multidisciplinar e promove atendimentos individuais. Em 1994, foram realizadas 62 avaliações, 20 contatos individuais com os pais, 29 reuniões com a equipe multidisciplinar, 291 atendimentos grupais e 1.046 individuais.

Serviço Social: Este setor tem por objetivo informar, encaminhar e orientar a clientela em tudo aquilo que se faz necessário à aquisição de bens e serviços oferecidos pela instituição, e contribuir para um relacionamento cooperativo da família com a instituição.

Educação Física: Atende aos alunos nas atividades de psicomotricidade, ginástica, natação, futebol de salão, atletismo e basquete. Avalia os alunos novos, reavalia os veteranos, participa de estudos de caso, organiza os desfiles das semanas do Excepcional e da Pátria, e promove jogos com outras escolas e times de bairros. Foram atendidos, em 1994, 211 alunos nas várias modalidades de atividades.

Profissionalização: O Núcleo de Treinamento Profissional tem como objetivos realizar treinamento e integrar o aprendiz à sociedade, como também ao mercado de trabalho. Como resultado desse treinamento foram integrados, em 1994, como estagiários em empresas de ferramentas, lojas de alimentos, laboratórios e madeireiras, um total de 13 aprendizes, todos com bolsas de trabalho. O total de alunos atendidos nas oficinas (papel reciclado, carpintaria, corte/costura

VI. OS CASOS SELECIONADOS

e bonecos, *silk screen*, embalagem, arte-final e oficina pedagógica) foi, em 1994, de 109 alunos.

- *Casa de Chá Miosotis*: A APAE mantém uma *Casa de Chá Escola* com o objetivo de profissionalizar alunas portadoras de necessidades especiais na área mental e mostrar à sociedade a capacidade de trabalho dessas alunas, adequando a aprendizagem recebida naquela escola com o trabalho prático. A Casa de Chá existe há cinco anos e se conseguiu comprovar a eficiência desse serviço, tanto no aspecto financeiro, quanto administrativo e social. As alunas selecionadas são possuidoras de habilidades manuais satisfatórias, sem maiores comprometimentos emocionais ou outros distúrbios associados à deficiência. Elas são responsáveis por 90% das tarefas da Casa de Chá, ficando o restante para instrutores de culinária e a gerente geral. Em 1994, foram atendidas 6.079 pessoas.

A APAE de Fortaleza conta com um total de 57 servidores para desenvolver as atividades mencionadas. Destes, 20 são professores, 4 são instrutores, 18 são profissionais (médicos, dentistas, assistente social, etc), e 15 estão nas atividades administrativas. Para garantir o atendimento direto em suas instalações a APAE se relaciona com outras instituições públicas, como: Instituto de Previdência do Ceará; Secretaria de Educação do Estado do Ceará; Secretaria de Educação do Município de Fortaleza; Secretaria de Ação Social; e Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Todas as secretarias apóiam as atividades desenvolvidas pela APAE, cedendo recursos humanos mediante convênios.

E digno de registro o fato de a APAE ter como estratégia a busca de parceria com órgãos públicos e não-governamentais como forma de diversificar, qualificar e manter as formas de atendimento para a clientela que busca seus serviços. Essa parceria traz resultados compensadores e insubstituíveis, pois o setor público não dispõe de

recursos suficientes para manter o atendimento diversificado e qualificado aos portadores de necessidades educativas especiais. Os convênios com órgãos públicos, federais e estaduais são responsáveis por cerca de 40,00% da receita da APAE. Os outros recursos provêm de outras receitas (doações, rendas diversas, receitas financeiras).

Ao se analisarem as fontes de recursos da APAE, percebe-se a importância da estratégia de se manterem convênios com várias instituições. Assim, das oito instituições que transferiram recursos para a APAE em 1992, apenas quatro o fizeram em 1994, conforme registra -a Tabela A. 14 (ver Anexo).

As despesas da APAE se concentram na rubrica Pessoal e Outros Custeios, sendo que com pessoal foram gastos 23,00%, em 1992; 42,00%, em 1993; e 29,00%, em 1994. Embora o percentual de 1993 tenha sido atípico, constata-se um aumento com as despesas com pessoal. Estas somente não são mais elevadas porque muitos dos docentes e técnicos são cedidos por outras instituições mediante convênios.

Embora a APAE tenha fornecido os dados sobre as despesas, não é possível estimar o custo aluno atendido/ano, pelo fato de as pessoas atendidas poderem passar por várias modalidades de atendimento, como, por exemplo: escolaridade, tratamento médico, fisioterapia, etc. Além disso, a colaboração das instituições públicas, como Secretaria da Saúde, Secretaria de Ação Social e outras, não é contabilizada em termos financeiros.

A Educação Especial no Estado do Rio de Janeiro

A Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro tem como prioridade a descentralização da gestão educacional. Opera mediante três processos: o de municipalização do Ensino Fundamental, com a transferência da primeira à quarta série para os municípios; pela criação de dez coordenadorias regionais com representação de todos os

VI. OS CASOS SELECIONADOS

setores da secretaria; e pela concessão de maior autonomia para as escolas, com a criação do colegiado escolar e da transferência de recursos diretamente para as escolas.

A Educação Especial poderá ser afetada por todo o processo de descentralização, ficando a secretaria responsável mais pela coordenação das ações e definição de prioridades do que pela execução. As prioridades definidas para a Educação Especial são: expansão da educação precoce; preparação para o trabalho; e implantação de laboratórios de informática.

Dois são os projetos em andamento na secretaria: o Projeto de Informática na Educação Especial: uma Proposta Pedagógica; e o Projeto Síndromes Genéticas e Deficiência Mental, em convênio com a Fundação Oswaldo Cruz.

A Coordenadoria de Educação Especial é o órgão da Coordenadoria Geral Pedagógica responsável pela implementação e execução das atividades e projetos para atendimento à deficiências e altas habilidades no estado do Rio de Janeiro. Prove recursos, técnicas e metodologia específicas às necessidades e diferenças individuais para favorecer e permitir a integração dos alunos portadores de necessidades especiais em geral.

O atendimento é feito sob três formas: em 7 escolas especiais (7) e um Centro Integrado de Educação Especial; em 206 unidades escolares do Ensino Fundamental, 17 das quais com Educação Precoce; e em instituições não-governamentais com as quais a Secretaria de Educação mantém convênios.

As escolas especiais, o Centro Integrado de Educação Especial e as unidades escolares oferecem as seguintes modalidades de atendimento:

- *Classe Especial*. Atende a alunos portadores de necessidades especiais, sob regência de professor capacitado para utilizar

técnicas e recursos pedagógicos adequados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos. Funciona em salas de aula das unidades escolares de ensino regular e das unidades escolares de Educação Especial.

- *Sala de Recursos*. Localizada nas unidades de ensino regular ou nas escolas especiais, dispõe de equipamentos, materiais e recursos pedagógicos. O atendimento é realizado individualmente, ou em pequenos grupos, por professor especializado.
- *Sala de Educação Precoce*. Localizada, preferencialmente, nas unidades escolares do Ensino Fundamental regular ou nas escolas especiais, se destina ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos e meses, diagnosticadas como portadores de necessidades especiais, e àquelas consideradas de "alto risco".
- *Professor Itinerante*. Ação pedagógica desenvolvida em várias unidades escolares, por professor especializado que se desloca, periodicamente, para trabalhar com o educando portador de necessidades especiais e com o professor de classe comum, dando-lhes orientação e supervisão.
- *Escola Especial*. Instituição especializada que presta atendimento educacional aos alunos portadores de necessidades especiais, desde a Educação Precoce até a preparação para o trabalho.
- *Oficina Pedagógica*. Ambiente destinado ao desenvolvimento de aptidões, competência social e habilidades dos portadores de necessidades especiais, por meio de atividades voltadas para o trabalho, orientadas por professores especializados, onde estão disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino-aprendizagem, em diversas áreas.
- *Centro Integrado de Educação Especial*. Organização que dispõe de serviços de avaliação diagnóstica, de estimulação es-

VI. OS CASOS SELECIONADOS

Sendai, de escolaridade, de preparação para o trabalho, contando com o apoio de equipe interdisciplinar.

Essas modalidades de atendimento seguem uma dinâmica própria. O aluno ingressa na Educação Especial a partir da evidência de necessidade desse tipo de atendimento especializado, detectada em diagnóstico médico e psicopedagógico. De acordo com o relatório avaliativo e a faixa etária, o aluno é encaminhado para atendimento em Educação Precoce, em Ensino Fundamental, em Educação de Jovens e Adultos (Ensino Supletivo), ou em Ensino Médio.

Ao atingir a idade de quatro anos, e estando em condições de desenvolvimento adequadas a frequentar uma sala de aula, a criança portadora de necessidades especiais e/ou alto risco que foi atendida na Educação Precoce é encaminhada para a pré-escola. A que for elegível para integração é matriculada na pré-escola do ensino regular, e recebe atendimento paralelo em sala de recursos. A criança não elegível à integração é encaminhada para a classe especial no nível de pré-escola.

Ao completar sete anos, a criança portadora de necessidades especiais é encaminhada, com o registro de avaliação do desenvolvimento psicomotor, socioafetivo, cognitivo e de linguagem, para o atendimento em classe especial no nível de ensino fundamental ou para a classe de ensino regular, recebendo, se necessário, atendimento paralelo em sala de recursos.

Ao completar 16 anos, o aluno é encaminhado para atendimento em Educação Especial vespertino ou integrado ao Ensino de Jovens e Adultos (supletivo), no caso de ainda se beneficiar da escolaridade. O aluno que não se beneficia mais da escolaridade é encaminhado para o programa de preparação para o trabalho, podendo ali permanecer por um período mínimo de cinco anos. Ao completar 21 anos, o aluno poderá ser desligado da Educação Especial, após parecer da equipe pedagógica da Educação Especial.

A Secretaria de Educação firma convênios com instituições não-governamentais como forma de ampliar o atendimento. Por esses convênios a secretaria se responsabiliza pela cessão de pessoal e pelo fornecimento de merenda. As instituições se comprometem a receber um número determinado de alunos encaminhados pela secretaria.

As instituições conveniadas atualmente são: Sociedade Pestalozzi, APAE, Serviço Assistencial São José Operário, Associação Brasileira de Assistência ao Excepcional, Patronato São José, CRACEF, Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA), CEJOP, Instituto de Reabilitação Santo Inácio de Loyola, Instituto Santa Lúcia, Associação de Assistência à Criança Surda, Fundação Beatriz Gama, União dos Cegos do Brasil, Instituto Severa Romana, Instituto Nossa Senhora de Lourdes, Instituto Consuelo Pinheiro, Centro Educacional Deolindo Couto, Instituto Educacional Barão de Macaúbas, e Associação Solidariedade à Criança Excepcional.

São atendidas nas diversas formas (atendimento em escolas e estabelecimentos da rede, e em instituições não-governamentais) cerca de 4.479 pessoas, sendo 3.899 nas escolas estaduais e 580 em instituições não-governamentais. Nas escolas da rede estadual o atendimento aos 3.899 alunos é feito em 191 escolas, envolvendo 87 técnicos e especialistas, 591 docentes, em 389 turmas que utilizam classes especiais, em 126 turmas que utilizam salas de recursos e em 55 turmas que utilizam a oficina pedagógica.

A Secretaria de Educação se comprometeu, nos termos dos convênios, a colocar à disposição das organizações não-governamentais 353 funcionários, entre técnicos, docentes e administrativos, e a fornecer 9.369 refeições. Em contrapartida, encaminhou a essas instituições 580 alunos, conforme a Tabela A. 16 (ver Anexo).

Os dados fornecidos pela secretaria que serviram de base para a montagem da tabela mostram que as vagas previstas nos convênios não estão sendo totalmente utilizadas. O número de pessoas encami-

VI. OS CASOS SELECIONADOS

nhadas pela Secretaria de Educação para as ONGs poderia ser superior às que atualmente são atendidas.

A Secretaria de Educação procura dar aos professores envolvidos no atendimento aos portadores de necessidades especiais a oportunidade de aperfeiçoamento, seja por meio de cursos específicos, seja por meio de seminários e conferências.

A Coordenadoria de Educação Especial não participa da elaboração do orçamento da Secretaria de Educação, que não contempla o Programa 049 — Educação Especial. Assim, a Coordenadoria não faz previsão de recursos nem discute as prioridades e necessidades com os responsáveis pela alocação dos recursos. Elabora projetos que expressam sua expectativa e os apresenta ao(à) Secretário(a) de Educação. Se houver recursos disponíveis e vontade política, os projetos podem ser aprovados e executados. Ela é informada da existência dos recursos e solicitada a apresentar o(s) projeto(s) para a sua utilização. Assim, não controla os processos orçamentário e financeiro referentes à Educação Especial.

Os recursos de que a secretaria dispõe e que são utilizados para a Educação Especial são provenientes:

- *Do Tesouro do Estado.* São utilizados na manutenção, no pagamento do pessoal, material de consumo, permanente, etc. Esses recursos não são alocados especificamente para a Educação Especial. Distribui-se material de consumo para todas as escolas, como também material permanente. O pessoal é pago centralizadamente.
- *Do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC).* Os recursos chegam ao estado para financiar projetos e ações específicos, como, por exemplo, compra de computadores, treinamento de professores, e compra de equipamentos. Os recursos trans-

feridos pelo MEC são muito importantes, pois permitem a execução de ações que qualificam o atendimento ao deficiente, vez que os recursos da secretaria são aplicados quase exclusivamente para despesas de pessoal e de custeio.

- *Da contribuição das famílias e da comunidade.* É canalizada diretamente para as escolas. Não há contabilização desses recursos.
- *Da contribuição de organismos internacionais de atendimento ao excepcional.* Essa contribuição depende mais da iniciativa das instituições do que da Secretaria da Educação.

A descentralização da gestão educacional prevista nas diretrizes da Secretaria de Educação ainda não atingiu a Educação Especial. Isto talvez se deva ao fato de a descentralização da gestão do sistema educacional se encontrar em nova fase, em uma nova administração. A autonomia das escolas poderá, no médio prazo, contribuir para uma aproximação entre gastos e fontes de recursos. O apoio das prefeituras, a ser ainda viabilizado, poderá também alavancar o desenvolvimento de vários projetos na área da Educação Especial.

O Instituto Benjamin Constant (Rio de Janeiro)

O Instituto Benjamin Constant foi fundado em 1854 como Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e foi instituído como a primeira escola para a educação de cegos na América Latina. Em toda a sua história, o instituto acumulou realizações de grande importância para a Educação Especial no Brasil, como: criação da primeira imprensa Braille na América Latina, com impressora do tipo móvel, tendo sido por 80 anos a única responsável pela edição de livros em relevo no Brasil; implantação do curso ginasial para cegos, equiparado ao do Colégio Pedro II; realização do primeiro curso de especialização de

VI. OS CASOS SELECIONADOS

professores em didática de cegos; inauguração de um centro de oftalmologia, à época, o melhor da América Latina; desenvolvimento da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais, posteriormente Campanha Nacional de Educação dos Cegos; e implantação de cursos de informática e acompanhamento de profissionais para o mercado de trabalho (informatização da imprensa Braille). O instituto passou, em novembro de 1986, a ser órgão específico do Ministério da Educação e do Desporto, vinculado à Secretaria de Educação Especial.

O Instituto Benjamin Constant é dirigido por um Diretor Geral e um Vice-Diretor, Assessoria da Direção Geral, quatro diretores de departamentos e divisões, e um Conselho Diretor. Os objetivos do instituto são:

subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação Especial na área visual;

- promover a educação de portadores de necessidades na área visual, através da manutenção de estabelecimento para a educação fundamental, com vistas a garantir o atendimento e a preparação para o trabalho da pessoa cega e de visão reduzida, bem como desenvolver experiências no campo pedagógico na área visual;

promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos;

- promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nos campos pedagógico, psicossocial, oftalmológico, prevenção das causas da cegueira, integração e reintegração da pessoa cega e de visão reduzida na comunidade;

elaborar e produzir material didático-pedagógico para o ensino da pessoa cega e de visão reduzida;

- prestar assistência técnica e financeira aos sistemas de ensino

e instituições que atuem na área, em articulação com a Secretaria de Educação Especial;

manter desenvolvimento pedagógico para aprimorar e atualizar recursos instrucionais; e

- desenvolver programas de reabilitação, pesquisa de mercado de trabalho, e promover encaminhamento profissional, buscando possibilitar à pessoa cega e à de visão reduzida o pleno exercício de sua cidadania.

Para o cumprimento de seus objetivos, o instituto desenvolve atividades nas seguintes áreas:

Pedagógica

- Atendimento pré-escolar e ensino fundamental;
- Estimulação essencial ao desenvolvimento, para crianças de 0 a 3 anos;
- Jardim de infância para crianças de 4 a 6 anos;
- Classes de alfabetização;
- Ensino fundamental completo;
- Educação física e atividades desportivas;
- Ensino musical; e
- Preparação para o trabalho.

Produção e divulgação de material especializado

- Experimentação e elaboração de material didático; e
- Transcrição e distribuição de material impresso no sistema Braille.

Capacitação de Recursos Humanos

- Curso de especialização de professores;

VI. OS CASOS SELECIONADOS

- Curso de informação geral; e
- Realização de estágios.

Estudos e Pesquisas

- No campo psicossocial; e
- No campo oftalmológico.

Atendimento à comunidade em geral

- Apoio a estudantes cegos e de visão reduzida no ensino de segundo e terceiro graus;
- Atendimento a adultos portadores de cegueira adquirida, visando facilitar sua reabilitação;
- Atendimento em biblioteca especializada e com leitores voluntários; e
- Atendimento oftalmológico, em especial da população carente.

Desse conjunto de atividades, recebem tratamento prioritário: ampliação do atendimento aos portadores de visão subnormal; ampliação do atendimento médico-odontológico; implantação do Centro de Pesquisa, Documentação e Informação; preparação de pessoal para atender aos portadores de visão subnormal; preparação profissional para o mercado de trabalho; e desenvolvimento de pesquisas.

Trabalham no Instituto 219 pessoas, assim distribuídas por nível de formação: nível superior, 32; nível médio, 92; nível auxiliar, 5; professores, 90. Do total de professores, 86 têm dedicação exclusiva, ou seja, 40 horas semanais. O pessoal técnico e os professores passam constantemente por cursos de treinamento. O curso mais recente foi o de treinamento na área de informática, realizado no Instituto Militar de Engenharia.

Além das atividades que desenvolve em sua sede, principalmente no que se refere ao atendimento à sua clientela específica, o Instituto Benjamin Constant presta assistência técnica às secretarias estaduais e municipais de Educação. Uma forma comum de assistência técnica é o oferecimento de cursos de especialização de seis meses aos estados e aos municípios. Os candidatos selecionados para os cursos devem se comprometer a trabalhar na instituição de origem por, pelo menos, dois anos. As atividades de assistência técnica são desenvolvidas prioritariamente nas regiões Norte e Nordeste, devendo se ressaltar que a iniciativa parte mais do instituto do que das secretarias de Educação.

Para agilizar processos que levem a uma melhor qualidade dos serviços prestados, o instituto estabelece parcerias com outras instituições como a Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Instituto para o Desenvolvimento do Esporte (INDESP), e a TV Educativa, entre outras. O instituto também recebe apoio e assistência técnica de organismos internacionais, sendo a mais destacada a assistência técnica prestada pela Organização Nacional dos Cegos da Espanha (ONCE) e pela União Latino-Americana de Cegos (ULAC), com sede em Montevidéu, Uruguai.

Como unidade orçamentária do Ministério da Educação e do Desporto, o instituto tem recursos orçamentários, cujo teto é definido de acordo com os critérios da Coordenação de Orçamento e Finanças do Ministério, e não pelas suas necessidades. No entanto, não trabalha apenas com esses recursos. Apresenta projetos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e recebe doações, em dinheiro, administradas pela Caixa Escolar, bem como doações em equipamentos.

Os recursos orçamentários são suficientes para manter o funcionamento do instituto. As inovações, os projetos novos e as pesquisas são financiados com os recursos do FNDE e de doações. Os recursos

VI. OS CASOS SELECIONADOS

de doações são também importantes, pois permitem mais flexibilidade em sua aplicação do que os orçamentários. Assim, as despesas com radiografias, remédios, pilhas, algodão, **etc.** são cobertas **com** recursos provenientes de doações.

O Instituto Benjamin Constant apresentou uma estimativa das despesas para o ano de 1995, na Tabela A. 17 (ver Anexo), a partir da qual pode-se vislumbrar sua composição. Constata-se que a quase totalidade dos recursos (88,90%) são despendidos com pessoal, ficando o instituto com poucos recursos para as outras despesas. A comparação da estimativa das despesas efetuadas até setembro de 1995 mostra que ultrapassaram quase o dobro da previsão.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES (Rio de Janeiro)

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) foi criado em 1857 como Imperial Instituto de Surdos-Mudos, e somente em 1957 passou a ter a denominação atual. Foi por muito tempo a única instituição para a educação de surdos no Brasil, recebendo surdos de todos os estados. Coube também ao INES instituir o Curso Normal para a formação de professores para surdos (1951), bem como o Curso de Especialização (1965). Instituiu, ainda, em 1952, o Jardim da Infância para crianças de 5 a 7 anos com o objetivo de socializar a criança surda. Em 1953, criou o curso de Artes Plásticas para aprimorar as aptidões de surdos jovens com pendor estético.

Dentre outras ações de vanguarda, podem ser citadas: a instalação do Laboratório de Fonética Experimental (1957); o Teatro Educativo (1954); a criação da Associação de Assistência à Criança Surda (1956); a criação do Centro de Logopedia (Fonoaudiologia); e cursos profissionalizantes.

O INES tem um amplo leque de objetivos, dentre os quais se destacam: a capacitação de recursos humanos; a assistência técnica e financeira aos sistemas de ensino; educação de portadores de necessidades especiais na área auditiva, por meio da manutenção de cursos de ensino fundamental e ensino médio; realização e divulgação de estudos e pesquisas; produção de material didático-pedagógico; intercâmbio de experiências e inovações; e encaminhamento profissional. Órgão vinculado ao Ministério da Educação e do Desporto, tem autonomia relativa. Conta, em sua estrutura, com um Diretor Geral, um Conselho Diretor, e um Departamento Técnico-Pedagógico com quatro coordenações.

O instituto oferece os seguintes serviços:

- escolaridade da estimulação precoce ao Ensino Médio;
- avaliação audiométrica, diagnóstico, indicação e adaptação de prótese para alunos e comunidade;
preparação do aluno para sua inserção no mercado de trabalho;
- estágio supervisionado para alunos de universidades, faculdades, e SENACs conveniados com o INES;
- divulgação do Informativo Técnico-Científico ESPAÇO;
publicação e divulgação de trabalhos elaborados pelo instituto; e
- assistência técnica aos estados e municípios.

Atualmente, as prioridades se voltam para as atividades educativas do INES, para a capacitação de recursos humanos, para a prestação de assistência técnica e para o Serviço de Diagnóstico e Prevenção da Surdez (indicação para confecção de molde auricular, indicação de prótese, adaptação e prótese, atendimento a alunos, e atendimento à comunidade).

VI. OS CASOS SELECIONADOS

Apesar dessa preocupação com o educandários o INES tem na cooperação técnica e pedagógica uma de suas atuações marcantes. Atualmente há convênios com a Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Cultura e Desporto de Resende, com a Prefeitura Municipal de Itatiaia, com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio e com a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, tornando-se um centro de referência na área de educação de surdos. No momento, a assistência técnica está restrita aos municípios do estado do Rio de Janeiro, embora na década de 50 vários estados contassem com a assistência técnica do instituto. Há um convênio com a DATAPREV para oferecer apoio educacional e profissional às pessoas surdas que trabalham nessa instituição, bem como para nela abrir oportunidades de trabalho para surdos, preferentemente para os egressos do INES.

Outra instituição conveniada é o Instituto Philippe Pinei, com o qual o INES desenvolve um programa de cooperação técnica, estudos sobre deficiência auditiva, e prove atendimento especializado a portadores de surdez que apresentam comprometimento de ordem psicológica ou psiquiátrica.

No momento está sendo realizado um conjunto de estudos e pesquisas: educação e bilingüismo; educação contínua de professores de surdos; as escolas bilíngües da língua inglesa no contexto da sociedade brasileira; e o processo de integração na educação especial de pessoas surdas — um estudo comparado.

Constata-se, assim, que o atendimento educacional ao portador de necessidades especiais na área auditiva, a assistência técnica, a realização de estudos e pesquisas e a colaboração com outras instituições que beneficiem o portador de necessidades especiais na área auditiva constituem o núcleo central das atividades do INES.

A dimensão do atendimento, por faixa etária, está especificada na Tabela A.21 (ver Anexo).

Para desenvolver suas atividades, o Instituto Nacional de Educação de Surdos conta com 340 servidores, entre especialistas, professores e pessoal administrativo, sendo 30 em regime de 20 horas, 14 de 30 horas, 255 de 40 horas, e 41 em dedicação exclusiva. Todo o pessoal do instituto passa regularmente por cursos de reciclagem e aperfeiçoamento.

O INES elabora o orçamento uma vez por ano, utilizando como parâmetro o teto estipulado pela Subsecretária de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação e do Desporto, o qual é desmembrado por programa de trabalho e natureza de despesa. Para o desenvolvimento de suas atividades, o instituto dispõe de recursos provenientes do Tesouro da União (inclusive do salário-educação), de convênios, de campanhas de arrecadação, de doações em dinheiro e em espécie (pessoas físicas e jurídicas), tanto do Brasil como do exterior.

Para 1995, a receita estimada para o INES está discriminada na Tabela A.22 (ver Anexo).

As despesas do instituto, em 1994, estão descritas na Tabela A.23 (ver Anexo), de acordo com suas estimativas.

Constata-se, pelas tabelas referentes às despesas de 1994, tanto as estimadas pelo INES, quanto as efetivamente realizadas, que as despesas com pessoal consomem a quase totalidade dos recursos disponíveis, restando escassas verbas para o restante.

O Instituto Helena Antipoff

O Instituto Helena Antipoff (IHA) é o órgão da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro responsável pelo trabalho de Educação Especial e que no organograma da secretaria está diretamente ligado ao Departamento Geral de Educação, do qual fazem parte

VI. OS CASOS SELECIONADOS

também a Diretoria do Ensino Fundamental, o Departamento de Regularização Escolar e a Divisão de Mídia e Educação.

O instituto tem como principal objetivo a revitalização do Ensino Fundamental, como um todo, dando prioridade à expansão e à melhoria da qualidade do trabalho nas áreas de Educação Especial e Educação Infantil.

O IHA desenvolve atualmente os seguintes projetos: Centro de Transcrição em Braille — transcrição para o Braille de material didático da literatura infantil e infanto-juvenil e produção de recursos multissensoriais para as turmas que possuem alunos portadores de necessidade visual e para consultas dos profissionais que atuam junto a esses alunos; Laboratório de Informática Educativa em Educação Especial — atendimento a alunos portadores de necessidades especiais auditiva e mental com o objetivo de investigar a influência da informática no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno; Psicomotricidade em Educação — trabalho junto a dez escolas regulares; Ver a Música — iniciação musical para alunos portadores de altas habilidades; teatro para alunos portadores de deficiência visual e auditiva; Centro de Dança — para portadores de necessidades auditiva e visual; e Pesquisa Jogo de Damas — visando analisar a influência do processo de interação dialógica no desenvolvimento dos alunos portadores de deficiência mental, por meio do jogo de damas.

A importância da atualização e da capacitação dos recursos humanos nesta área tem sido enfatizada através da elaboração da proposta Multieducação e dos programas elaborados com a empresa MultiRio (TV Interativa). Vêm sendo priorizadas também a expansão dos atendimentos existentes e a aquisição de material (consumo e permanente) para as escolas especiais e salas de recursos, bem como para os projetos e pesquisas desenvolvidos no Centro de Referência em Edu-

cação Especial do Instituto Helena Antipoff da Secretaria Municipal de Educação -SME/RJ.

Para viabilizar os atendimentos o setor de Educação Especial conta com: nove escolas especiais (múltipla deficiência e deficiência mental severa); 201 classes especiais (deficiência auditiva, visual e altas habilidades); 88 salas de recursos (deficiência auditiva, visual e altas habilidades); e três classes hospitalares. Conta ainda com 18 professores itinerantes que prestam acompanhamento aos alunos de necessidades especiais na área física integrados em classes regulares. Oferecem, por último, atendimento à Educação Infantil de 0 a 5 anos e meses, e ao Ensino Fundamental na faixa etária de 6 a 21 anos, perfazendo um total de 3.022 alunos. Atendem nos turnos matutino e vespertino, no horário de 7:30 às 12:00 horas e de 12:30 às 17:00 horas, respectivamente.

Há 68 profissionais na secretaria; 500 professores, nas escolas; 16 agentes de Educação Especial nas coordenadorias regionais de Educação (nível intermediário); 563 docentes; cinco técnicos, cinco administrativos e dois auxiliares.

Quanto ao número de horas de trabalho, os profissionais que atuam na secretaria no nível intermediário trabalham 25 horas semanais, e os profissionais que atuam nas escolas, 22 horas semanais.

De acordo com as qualificações, estão assim distribuídos: 16 docentes com Mestrado em Educação; 143, com 3º grau; 404, com 2º grau (magistério); cinco técnicos com 3º grau; pessoal administrativo — quatro com 3º grau e um com 2º grau; e dois auxiliares com 1º grau. Tem ocorrido treinamento de forma continuada por meio de cursos, seminários, reuniões e consultorias.

O setor de Educação Especial se relaciona freqüentemente, num sistema de parceria, com universidades — para realização de cursos e consultorias — e com outros setores governamentais e não-governa-

VI. OS CASOS SELECIONADOS

mentais, objetivando obtenção de recursos financeiros, tais como: FNDE, ONCE, ULAC e Fundação VITAE.

A participação do setor na elaboração do orçamento da SME se dá com a apresentação anual, ao Departamento Geral de Educação, de um Plano de Ação de Trabalho para o ano seguinte. Posteriormente se realizam reuniões dos diferentes setores do Departamento Geral de Educação com a Assessoria Técnica de Planejamento (Orçamento), onde são montados os quadros gerais que apontam as necessidades de cada setor, e os quadros são enviados à Secretaria Municipal de Fazenda e ao prefeito, instâncias essas que decidem a dotação orçamentária, com base no planejamento apresentado.

Dentre as principais dificuldades vividas pela área de Educação Especial, foram citados: (a) a dificuldade da integração de alunos portadores de necessidades educativas especiais em classes regulares; e (b) o envio, indevido, pelas escolas, para a Educação Especial, de alunos considerados com problemas de aprendizagem, sem que sejam submetidos a uma avaliação prévia.

A Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro

A Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro presta assistência aos portadores de necessidades especiais em geral, bem como à população carente e a conveniados, nas várias faixas etárias. Tem como principais objetivos o tratamento e a educação de crianças, adolescentes e adultos portadores de necessidades especiais, nas áreas de Educação e Saúde.

A sociedade vem prestando serviços médico-odontológicos; fisioterápico; fonoaudiológico; terapeuta-ocupacional; psicológico; pedagógico (atendimento em gabinete); audiológico; serviço social;

estimulação precoce; oficinas profissionalizantes; e laboratórios de análises clínicas (terceirizados).

A Pestalozzi tem priorizado a prevenção de necessidades especiais através de: medidas educativas para a população, e acompanhamento de bebês de risco; educação e profissionalização dos portadores de necessidades especiais em geral; aperfeiçoamento e implantação de novas terapias em reabilitação, com a criação dos serviços de hidroterapia e reabilitação psicomotora; atualização e aperfeiçoamento dos trabalhos interdisciplinares oferecidos aos portadores de necessidades especiais; e implementação interdisciplinar à clientela em geral, sempre que necessário. Confere prioridade também ao oferecimento sistemático de atendimento médico-odontológico e de reabilitação à população carente da região, e ao investimento em capacitação profissional. A instituição entende que o processo de treinamento de pessoal faz parte da qualificação e do desenvolvimento de seus recursos humanos.

O atendimento de alunos de Educação Especial se dá paralelamente ao atendimento oferecido à comunidade. A reabilitação fisio-terapêutica tem a média mensal de 14 mil procedimentos, beneficiando aproximadamente de 2 a 4 mil pacientes, na faixa etária a partir de três anos, sem limite. A Fonoaudiologia tem mensalmente cerca de 1,7 mil atendimentos a partir de dois anos, sem limite. A Terapia Ocupacional, com 600 atendimentos; serviços médico-odontológicos, aproximadamente 1,2 mil pacientes. O Centro de Estimulação Precoce e o Centro Infantil de Hidroterapia e Reabilitação Psicomotora beneficiam entre 80 e 100 crianças entre 0 e 12 anos, em regime de atendimento sistemático três vezes por semana. As oficinas profissionalizantes (CEICOP) beneficiam entre 30 e 62 adolescentes portadores ou não de necessidades especiais, na faixa etária de 11 a 21 anos. A Escola Especial (CEHA) beneficia aproximadamente 40 crianças, que freqüentam diariamente a instituição, com faixa etária de 4 a 14 anos, e

VI. OS CASOS SELECIONADOS

funciona com 8 turmas. A Psicologia perfaz 1,5 mil atendimentos mensais; o Serviço Social, aproximadamente 500; a Audiometria, 30 pacientes ao mes — faixa etária a partir de três anos, sem limite.

A Sociedade Pestalozzi de Niterói vem se relacionando sistematicamente com: Ministério da Saúde — Convênio com SIA/SUS; Ministério da Previdência e Assistência Social; Ministério da Educação e Desporto — Secretaria de Educação Especial; Ministério da Justiça — Secretaria dos Direitos da Cidadania/CORDE — financiamento de projetos; secretarias de Estado de Educação e Saúde, por intermédio de cessão de professores e técnicos; e com outras organizações não-governamentais por meio de convênios para a prestação de serviços.

A Sociedade Pestalozzi conta com 236 funcionários, dos quais: 75 docentes, 65 técnicos (médicos/dentistas), 71 administrativos, 11 professores (Centro Experimental Helena Antipoff) e 14 auxiliares. Para tanto, conta com recursos financeiros repassados por órgãos públicos conveniados, tais como LBA — Legião Brasileira de Assistência — e SUS — Sistema Único de Saúde. Conta também com doações da comunidade. São cedidos pelo estado três professores que atuam em classe, e cerca de dez professores e técnicos na área de apoio. Recebe ajuda, ainda, do voluntariado (ver Tabela A.27, no Anexo).

Em se tratando de queixas, aliás como a maioria das instituições governamentais ou não, estas sempre recaem sobre: atrasos constantes nos pagamentos das faturas dos convênios com órgãos públicos como SUS e LBA; escassos e inadequados recursos financeiros repassados por órgãos públicos, considerando-se o tipo de atendimento altamente especializado e oneroso; excesso de procedimentos burocráticos exigidos por órgãos conveniados, que comprometem o desenvolvimento do trabalho. Acusam, ainda, a falta de uma política nas áreas de Saúde e Educação em nível municipal e/ou estadual que possa estabe-

lecer de forma prioritária e sistemática um sistema de parceria com instituições beneficentes.

De certa forma a Pestalozzi de Niterói vem prestando um excelente serviço de prevenção, que é, sem dúvida, uma das principais medidas educativas, de suma importância social.

A criação da Escola Superior de Ensino Helena Antipoff veio contribuir de maneira substancial para a sobrevivência e desenvolvimento das atividades a que se propõem a Sociedade Pestalozzi, principalmente no que tange à parte financeira.

A Educação Especial no Paraná

A nova administração estadual continua na rota da descentralização: municipalização do Ensino Fundamental, da primeira à quarta série; transferência direta de recursos às escolas; e avaliação institucional e promoção da expansão e da melhoria do Ensino Médio. Trata-se, portanto, de preservar e aprofundar conquistas e abrir muitas novas frentes de trabalho. Dentre estas, destacam-se: (1) modificações curriculares, incluindo orientação em temas como educação ambiental, sexo e drogas, atividades extra-classe, programas culturais e de incentivo à criatividade; (2) atualização em serviço para professores — entre eles o "Vale Saber", concurso periódico de projetos de investigação pedagógica, estudo independente e qualificação formal; (3) ampliação das parcerias e da participação comunitária, com incentivo aos conselhos escolares e municipais de Educação e a criação dos conselhos regionais de Desenvolvimento Educacional; e (4) transformação dos colégios agrícolas e florestal em centros de referência de ensino, geração e difusão de tecnologias e produtividade.

Apesar das condições relativamente privilegiadas do estado, nem por isso as dificuldades são pequenas. Como a agricultura tem signifi-

VI. OS CASOS SELECIONADOS

cativa participação no PIB do Paraná, o ônus do ajuste econômico se traduz, inclusive, em encolhimento da receita fiscal. Neste contexto, não obstante todos os obstáculos, a Educação Especial tem uma posição muito favorável quando comparada a outras unidades federadas. A secretaria conta com o Departamento de Educação Especial, antes dividido em setores que não chegavam a se articular intimamente. Formou-se recentemente uma só equipe pedagógica, após um seminário integrador. Esta equipe central realiza o acompanhamento dos núcleos da secretaria no estado, estabelecendo uma divisão geográfica do trabalho. Cada núcleo mantém uma equipe de supervisores para cada modalidade de Educação, inclusive a Especial.

O contingente de alunos atendidos é não só proporcionalmente grande, como tem crescido significativamente pelo menos nos últimos três anos, conforme a Tabela A.28, no Anexo. No último ano observado havia 1.183 cargos de docentes que recebiam a gratificação concernente à Educação Especial. E também expressivo o número de alunos atendidos, quer pela rede estadual de ensino, quer em programas especiais mantidos por associações filantrópicas com apoio do estado (ver Tabela A.28, no Anexo). Embora haja uma divisão de trabalho pela qual as ONGs atendem aos portadores de necessidades especiais mais severas que o estado, cabe verificar que o número de alunos a cargo das ONGs tem sido muito maior que o da rede pública, a princípio mais que o dobro, porém declinando proporcionalmente ao ponto de representar, no último ano analisado, 1,6 vez o número de alunos da rede pública, o que indica a expansão desta. Por isso mesmo, informantes afirmaram que as classes especiais ainda são tímidas no estado, e que este deve expandir a sua área de atuação.

O atendimento tem alternativas variadas. A rede dispõe de centros de atendimento para portadores de necessidades especiais nos campos visual e auditivo, desde bebês. É freqüente que, na idade escolar, o aluno tenha ensino especializado seriado ou participe, em dois turnos

diários, de uma classe especial e de uma classe comum. Os professores especializados podem também dar suporte aos professores de classes comuns às quais os portadores de necessidades especiais são integrados. É o caso do Ensino Supletivo. A filosofia de trabalho concebe a Educação Especial como *trampolim* para a integração do aluno. As classes especiais devem dar resultados, promovendo e integrando os alunos, ou serem fechadas por não cumprirem os seus objetivos. Seminários de sensibilização e discussão de resultados têm sido realizados nesse sentido.

Um ponto nodal, entretanto, tem sido a avaliação diagnóstica, sem a qual nenhum aluno pode ingressar na Educação Especial. Em janeiro havia cerca de 3,5 mil alunos indicados e inexistia previsão orçamentária para pagar os profissionais necessários. O departamento promoveu então uma série de cursos gratuitos para pedagogos e psicólogos, tendo estes que efetuar, em contrapartida, a avaliação de 30 alunos. A importância desse processo pode ser aquilatada pelos números: feita a avaliação, pouco mais de um quinto dos alunos realmente deveria transferir-se para a Educação Especial. Por isso mesmo, diversas parcerias estão sendo previstas entre estado e municípios e entre as secretarias de Educação e de Saúde para descentralizar a avaliação diagnóstica.

A relação com os municípios tem suscitado repercussões relevantes para a Educação Especial. Nas escolas municipalizadas os professores de Educação Especial permanecem na escola, pagos pelo estado. Quando estes se aposentam, porém, o município deve assumir a despesa. Desse modo, o professorado estadual de Educação Especial vem diminuindo, pois o docente típico é o normalista com estudos adicionais. Como a faixa da primeira à quarta série tem sido municipalizada e os professores licenciados não se interessam por essa modalidade de ensino, os quadros vêm diminuindo. Outra dificuldade inerente à municipalização é que o repasse aos municípios é de

VI. OS CASOS SELECIONADOS

US\$ 324.00 anuais por aluno (setembro de 1995), independente de a matrícula ser do ensino comum ou especial. Cabe lembrar que o Chile, pioneiro na dotação por aluno no continente, desde o principio do novo sistema de financiamento estabeleceu valores *per capita* diferenciados, inclusive porque o custo da Educação Especial é reconhecidamente mais alto (Castañeda, 1986). Outro problema é que o estado não tem encontrado, em certos casos, exatidão nos dados declarados de matrícula para fins de transferências financeiras, e está buscando outros critérios, como a área dos prédios escolares, que certamente também apresentam inconveniências.

Outra importante parceria se faz com as ONGs. Tem-se considerado que a secretaria não deve ter funções executivas em todas as áreas, mas deve valer-se da capacidade executiva e gerencial das ONGs. Por isso mesmo havia, em setembro de 1995, 272 convênios na área da Educação Especial, dos quais 210 com APAEs. Tais convênios envolvem não só a transferência de recursos financeiros, como também a cessão de funcionários docentes e não docentes, além da capacitação de pessoal. Um entrevistado estimou que, em 1995, o estado destinou cerca de US\$ 1,094 mil para as ONGs (fora a cessão de pessoal), que atende a aproximadamente 23 mil alunos, correspondendo à despesa média anual de US\$ 47.57. Comparado com o repasse anual de US\$ 324.00 por aluno para os municípios e com o custo aluno/ano do estado de US\$ 390.00, mesmo que aquele valor esteja subestimado, observamos que essa espécie de "terceirização" é financeiramente vantajosa para o estado.

Aqui surgem alguns pontos de vista divergentes. Em geral as ONGs consideram que o estado deve auxiliá-las a construir os prédios e equipá-los, vez que estas são despesas mais vultosas, que não poderiam depender só das campanhas de arrecadação junto à comunidade. Funcionários do estado, por sua vez, consideram que, pelo montante dos pedidos, a receita própria das ONGs é pequena. Cabe então

ao estado evitar constituir patrimônio privado e cobrir as despesas fixas, que mais oneram tais entidades. Um argumento citado nesse sentido foi o fato de uma ONG do setor educacional, ao longo de décadas, ter recebido do Poder Público no País significativas verbas para despesas de capital, e hoje ter capacidade ociosa. Cumpre, então, ao estado investir na constituição de classes especiais na sua rede. O que parece subjacente é uma competição territorial: por um lado, tanto ONGs quanto o estado desejam, em princípio, expandir suas áreas de atuação, disputando recursos escassos; por outro lado, os funcionários entrevistados parecem levar em conta que, quanto mais as ONGs construírem, mais demandarão do estado recursos para as despesas fixas, o que pode levar à formação de uma *bola de neve*.

Outra questão, certamente um dos fatores do custo aparentemente mais baixo do atendimento das ONGs, vem a ser o professorado destas últimas. E alta a sua rotatividade, com perda de talentos especializados, pois estes acabam por receber menos que os do estado e não dispõem das vantagens do quadro de funcionários públicos. Sem dúvida, também há evasão de professores da rede pública; porém, estes têm uma carreira, estabilidade e salários pagos em dia. Ao transferir recursos para as ONGs pagarem pessoal — afirmou-se que, em média, 10,00% dos professores das ONGs são cedidos e 90,00%, contratados —, o estado ganha flexibilidade e reduz os custos — o que é de alto interesse —, mas o mercado coloca os professores das ONGs em desvantagem, com perda da qualidade dos serviços prestados e evasão de talentos.

Decisões sobre tais assuntos, de alocação de recursos, têm como eixo, na secretaria, o Grupo de Planejamento Setorial, junto ao qual os departamentos têm um funcionário como elo de ligação. Em junho ou julho de cada ano a Secretaria de Planejamento encaminha à Secretaria de Educação o teto orçamentário para a programação. Os órgãos centrais da última detalham o orçamento e o encaminham à

VI. OS CASOS SELECIONADOS

Secretaria de Planejamento, conforme o plano de governo. Numa segunda etapa, a superintendência realiza a discussão com os departamentos, e passa informações ao Grupo de Planejamento Setorial. Efetua-se então o detalhamento operativo com cada departamento, enquanto a discussão do projeto de lei do orçamento ocorre na Assembléia Legislativa. Os pleitos ao Orçamento Geral da União são apresentados pelos departamentos por meio dos órgãos de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Educação, que os compatibilizam e aprovam. Vem a ser, portanto, um processo centralizado e burocrático, pelo qual escolas e núcleos tem que fazer solicitações *ad hoc* a Curitiba.

As despesas educacionais do estado têm sido crescentes. Entretanto, o maior ritmo de crescimento corresponde ao Ensino Superior, que fica aos cuidados da Secretaria de Ciência e Tecnologia. O incremento do volume de recursos evidentemente não impede cortes. Assim, o Ensino Fundamental regular fica na posição mais alta da hierarquia de prioridades da Secretaria de Educação, o mesmo não ocorrendo com a Educação Especial. Segundo entrevistados, esta "despende muito com pessoal", de modo que "é preciso cortar as despesas de outros Custeios e de capital". Além do pessoal, os pleitos de recursos para construção, sobretudo da parte das ONGs, não encontra opinião favorável junto a alocadores de recursos, pelos motivos expostos neste documento.

Como as relações alunos/professor e alunos/funcionário, estas tendem a ser mais baixas que no ensino comum; não ficou claro o que seria excesso de despesas com pessoal. Como os equipamentos são também indispensáveis ao atendimento e contribuem de alguma forma para reduzir o pessoal, pode estabelecer-se um círculo vicioso.

As informações disponíveis evidenciam que cerca de três quartos das despesas cobriram subvenções sociais a instituições diversas, sendo inferior a um quinto a despesa de pessoal do próprio estado. Com isso, o Poder Público reduz encargos e aumenta a flexibilidade

gerencial. As despesas de pessoal do próprio estado, apesar de os salários serem tendencialmente mais altos, não chegaram a um quinto do total. Parcelas muito pequenas foram dedicadas ao material de consumo e a outros **serviços** e encargos (energia elétrica, água, esgoto, reparos de bens imóveis, processamento de dados, vale-transporte, telefonia, etc). Por sua vez, a maior parte das despesas de capital foi incluída em investimentos em regime de execução especial. Novamente constatamos transferências a instituições privadas, o que fez o seu percentual, ao todo, variar entre 73,90 e 78,50% da despesa. Consoante a política enunciada, observamos que o estado se encarrega das despesas fixas de custeio, deixando às ONGs a tarefa de levantar recursos de outras fontes (públicas e privadas) para atender às suas despesas de capital.

É interessante destacar que essas despesas estaduais são cobertas por três fontes: o Tesouro Estadual, a quota estadual do salário-educação, e transferências do MEC. O orçamento de 1995 previu a participação de 88,80, 7,40 e 3,80%, respectivamente, das três fontes. Apesar do nível de desenvolvimento do estado, constata-se que as transferências federais são significativas.

A Educação Especial em Cascavel

Cascavel destaca-se não só por ser o segundo município paranaense em termos de matrículas da rede municipal, como também pelo trabalho realizado em Educação Especial, subsetor caro, que, com frequência, fica para os estados. Aliás, a atenção à Educação Especial e o forte espírito comunitário se traduzem no trabalho de várias ONGs. Trata-se de um município de 192.884 habitantes (1991), com o total de 20.646 alunos matriculados e 272 alunos em Educação Especial na rede municipal, enquanto a rede estadual alcançava 17.777 alunos no total, e 162 alunos em Educação Especial (setembro de 1995).

VI. OS CASOS SELECIONADOS

A estrutura central da Secretaria Municipal de Educação é bastante pequena, e aparentemente ágil. Em todos os momentos verificamos disponibilidade e uso de dados para a gestão. Com grande habilidade, vários eventos são planejados de modo a tornar públicos os resultados escolares e destacar os alunos, conseguindo apoio popular e político para a Educação. O transporte escolar, a diversificação curricular e da merenda, a capacitação de professores em cursos e seminários, bem como os salários pagos aos docentes, aliados a outros fatores, conduzem a um visível empenho, que se expressa, entre outros resultados, em 1,00% de evasão escolar (até agosto de 1995), segundo informes mensais das diretoras dos estabelecimentos de ensino.

O atendimento aos alunos de Educação Especial se fazia em 22 turmas, 21 para alunos portadores de necessidades especiais na área mental, e uma para portadores de necessidades especiais na área física (setembro de 1995). Havia 28 funções docentes (21 professores), correspondendo à média de 9,7 alunos por função.

O trabalho começa com uma rigorosa avaliação dos candidatos à Educação Especial pelo Centro de Atendimento à Criança (CEACRI), fundado em 1992. Com 25 técnicos e a média de 120 alunos/dia, o centro oferece atendimento pediátrico, odontológico, oftalmológico, fisioterapêutico, psicológico, pedagógico e fonoaudiológico às crianças da rede municipal. A indicação de candidatos à Educação Especial recebe o parecer da supervisora pedagógica da área geográfica em que se situa a escola. Confirmada a indicação, a criança vai ao CEACRI passar pela avaliação diagnóstica. Se não ficam evidenciadas necessidades especiais, mas apenas dificuldades de aprendizagem, o aluno passa a receber apoio na própria escola, freqüentando o contraturno. Se a criança é encaminhada a uma classe especial, recebe acompanhamento psicológico. Depois que aprende a ler, escrever e calcular, é gradativamente integrada à classe regular, freqüentando-a por um período semanal cada vez mais longo. Quando o aluno é considerado

"pronto" para iniciar essa integração, a equipe aplica um exame, que regulariza a sua situação no regime seriado. As classes são orientadas por duas supervisoras pedagógicas, fazendo jus ao nome, porque lhes cabe ter a visão ampla e geral do setor. Coube a estas educadoras organizar um seminário para os professores no ano passado, tendo em vista que grande número de alunos com dificuldades de aprendizagem era indevidamente encaminhado para avaliação diagnóstica em Educação Especial. Compete também às supervisoras zelar pela qualificação dos professores de Educação Especial, que têm em geral curso de estudos adicionais ministrado pela UNIOESTE, universidade estadual da região.

O trabalho da Secretaria Municipal de Educação envolve uma parceria complexa com o estado. Muito antes da política de municipalização, foi acordado que o município aumentaria as matrículas de primeira a quarta série, ao passo que o estado expandiria as matrículas das demais séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Hoje, no entanto, a despesa média aluno/ano é superior a US\$ 550.00, de tal modo que a dotação estadual *per capita* não compensa a municipalização das cerca de 3 mil matrículas até a quarta série. Continua a haver convênios pelos quais os prédios são cedidos ao estado para as séries ulteriores. Não se espera, por isso, apoio financeiro estadual.

O relacionamento com o MEC teve grande melhoria nos últimos anos, segundo foi assinalado. Além de o município ser chamado a participar de discussões, houve descentralização administrativa, inclusive na área da merenda escolar, que deixou de ter o estado como intermediário, poupando recursos. No que tange às ONGs, devemos assinalar que nove funções docentes eram cedidas à APAE, e três à Associação Cascavelense de Amigos dos Surdos.

Apesar dos bons resultados, o financiamento da rede escolar municipal não se faz sem dificuldades. A região está passando por grave

VI. OS CASOS SELECIONADOS

crise fiscal, decorrente do impacto do ajuste econômico, particularmente sobre o setor primário da economia. No entanto, além da gerência, da informatização e da parcimoniosa estrutura central, a secretaria tem contado com um meio imaginoso para captar recursos. Trata-se da Fundação Educacional de Cascavel (FUNDEVEL), fundada em 1987 e que conta com a secretária executiva e mais três funcionários. Foi então realizada uma campanha para que os empresários contribuíssem com o salário-educação junto ao Sistema de Manutenção do Ensino Fundamental (SME), tendo, em contrapartida, garantia de vaga para os seus empregados e respectivos dependentes. O município doou as escolas à FUNDEVEL, e estas se credenciaram para vender as vagas. Os funcionários estatutários da prefeitura são cedidos, mediante convênios, às escolas da fundação. Com isso, desde o ano da sua fundação, existe transferência direta de recursos do salário-educação às escolas, sendo tal fluxo sistematizado desde 1993, para que os diretores e as associações de Pais e Mestres (APMs) recebam 45% do resultado da venda de vagas proporcionalmente ao número de alunos matriculados. Ademais, a fundação assegura flexibilidade para adquirir bibliotecas escolares e equipamentos, contratar pessoal celetista/temporário, etc. Além dos recursos do salário-educação, oriundos tanto da SME quanto da quota estadual, administrados pela FUNDEVEL, o Tesouro Municipal entra com o seu aporte.

O processo de elaboração do orçamento, por sua vez, é relativamente simples, cabendo ao contador da prefeitura compatibilizar as propostas das secretarias e apresentá-las ao prefeito, que envia o projeto de lei à Câmara Municipal.

Lamentavelmente, a distribuição das despesas do município dimensiona o esforço financeiro em favor da função Educação e Cultura, mas não em favor do programa Educação Especial (ver Tabela A.29, no Anexo). Suas despesas são incluídas no Programa Ensino Fundamental, já que prédios, pessoal docente e transporte são com-

partilhados. Assim, salvo pequenas dotações, a despesa se distribui pelos programas Ensino Fundamental, Assistência a Educandos, e Educação Física e Desportos. A crise fiscal se reflete sobre a Educação, com a liberação de grande parte das verbas orçamentadas no último trimestre do exercício. Apesar da crise, contudo, é realizado um trabalho relevante, com grande participação comunitária, que tem o cuidado de evitar que a Educação Especial seja repositório de alunos estigmatizados, com dificuldades de aprendizagem.

A APAE de Cascavel

Fundada em 1971, a APAE de Cascavel começou as suas atividades com a escola especializada que hoje tem o nome de Valéria Meneghel. Dez anos depois conseguiu a sua sede própria e, em 1992, mudou-se para um conjunto de prédios novos e amplos. No entanto, a procura tem sido tão grande que a APAE decidiu manter as duas unidades: (1) o Centro Especializado no Desenvolvimento Infantil Dr. Luis Pasternak, que atende a crianças com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, oferecendo estimulação essencial, educação pré-escolar (jardim de infância I, II e III) e orientação familiar; e (2) a Escola Especializada Valéria Meneghel, cuja clientela tem sete anos de idade e mais e é portadora de necessidades especiais nas áreas mental, auditiva, visual e física, oferecendo programas de educação pré-escolar, ensino fundamental, treinamento básico e profissionalização. A APAE também desenvolve programas de sensibilização e prevenção junto à comunidade, de reabilitação e de inserção no mercado de trabalho. Pretende também criar residências para pessoas de idade cronológica avançada.

Ao todo eram 360 alunos (setembro de 1995), assim distribuídos: 62 alunos de estimulação essencial, com até três anos de idade; 78 alunos de educação pré-escolar, com 3 a 9 anos; 70 alunos de ensi-

VI. OS CASOS SELECIONADOS

no fundamental, com 9 a 14 anos; 81 alunos de atividades básicas, com 7 a 25 anos; 69 alunos de 15 a 30 anos. Esses alunos perfaziam 53 turmas atendidas no turno matutino ou no vespertino, com a média de 6,8 alunos por turma. A evasão anual era estimada em cerca de 10%, e a espera por uma vaga, em média, de seis meses.

O atendimento se faz pelos setores pediátrico, neurológico, ortopédico, fisioterápico, odontológico, pedagógico, psicológico, fonoaudiológico, de terapia ocupacional e de serviço social. O setor profissionalizante tem oficinas de estopinha, malharia, horticultura, criação de pequenos animais, jardinagem, cartonagem, acabamento em madeira, serigrafia e floricultura. São oferecidas ainda as seguintes atividades complementares: educação física, educação musical, educação artística, iniciação à oficina pedagógica e equoterapia. Funciona também um clube de mães em cada escola. A instituição oferece ainda transporte adaptado a grande parte dos alunos, em um ônibus e uma perua.

Trata-se de uma organização complexa, embora de administração simplificada. Além da diretora e vice-diretora, havia três secretários; 14 técnicos, dos quais dois voluntários; 46 docentes, quase todos qualificados em Educação Especial, e 45 auxiliares de serviços gerais. O quadro de funcionários incluía 34 docentes, dois secretários e quatro auxiliares de serviços gerais cedidos pelo estado; dez docentes, seis técnicos e cinco auxiliares cedidos pelo município; seis técnicos, 23 docentes e 36 auxiliares contratados pela instituição e dois técnicos voluntários. Portanto, os voluntários correspondiam a 1,60% do quadro de pessoal, mesmo numa região com acentuado sentimento comunitário; o pessoal cedido pelo estado, a 31,20%; o pessoal cedido pelo município, a 16,40; e o pessoal contratado pela instituição, a 50,80%. Como a maior parte dos professores e metade dos técnicos eram cedidas, a APAE ficava com a parte menor da folha de pagamento, que, apesar disso, tem sido a principal preocupação. Para

isso contribuem não só os cortes de pessoal e recursos em geral do Poder Público, co-mo a própria incerteza das fontes de financiamento da ONG. Cabe acrescentar que a entidade reúne grupos de estudo por duas horas semanais ou quatro horas mensais, no caso do programa .profissionalizante.

Estabelecendo as médias em relação ao número de alunos, tínhamos 2,8 alunos por funcionário, 25,7 por técnico, 7,8 por docente e 8,0 por auxiliar. Tais relações se explicam pela divisão de trabalho estabelecida com o setor público, pelo qual cabem às APAEs os portadores de necessidades especiais mais severas.

A entidade tem uma diretoria de 26 membros voluntários, eleita por dois anos, que abre um amplo leque de contatos e apoio, a fim de fazer face às permanentes escassez e instabilidade das fontes de recursos. Uma lista não exaustiva das organizações com que a APAE se relaciona para obter apoio é a seguinte: (1) Secretaria Estadual de Educação, para obter cessão de profissionais e recursos financeiros para pagamento de professores; (2) Núcleo Regional de Educação, da mesma secretaria, para cursos e demais ações que visem à melhoria dos serviços; (3) Prefeitura Municipal, para cessão de técnicos e professores, participação em cursos e encaminhamento de alunos da rede escolar municipal à APAE; (4) Secretaria Estadual de Saúde, para atendimento, envolvendo o Centro Regional de Especialidades sustentado por um consórcio do estado e municípios da região; (5) MEC e •Coordenadoria Nacional para a Integração de Portadores de Necessidades Especiais (CORDE), para obter recursos por meio de projetos; (6) LBA (ou entidade sucessora) para obter recursos de manutenção; (7) outras ONGs dedicadas aos portadores de necessidades especiais e organizações comunitárias — como o Rotary Club e a Loja Maçônica — que oferecem importante apoio financeiro; e (8) Programa de Voluntariado do Paraná, para obtenção de donativos, junto com as demais entidades filantrópicas do município.

VI. OS CASOS SELECIONADOS

Como sobrevive e se expande uma organização que presta integradamente serviços tão diferentes e de alta complexidade? Esta pergunta foi apresentada aos próprios dirigentes, que apontaram como fatores de sucesso: (1) a continuidade administrativa; (2) a coesão de um núcleo da equipe, que consegue fazer face sobretudo à rotatividade dos professores; (3) a capacitação do pessoal; (4) a diversidade de fontes de recursos, combinadas com agilidade; e (5) a resposta rápida da comunidade nas campanhas de levantamento de fundos diante da seriedade do trabalho realizado.

Na verdade, apesar de as fontes privadas serem significativas, a entidade, como as demais, depende amplamente do setor público. Uma estimativa até certo ponto otimista da composição da receita da entidade no primeiro semestre de 1995 aponta para uma participação de 58,00% do Poder Público (32,60% da União, 24,20% do estado e 1,20% do município), de 5,00% das oficinas profissionalizantes e de 37,00% das campanhas junto à comunidade, esta última uma cifra que espelha tanto o esforço arrecadador quanto o espírito comunitário. Entretanto, o relacionamento com o Poder Público chega a ser tenso, dadas a incerteza dos recursos e, segundo entrevistadas, a visão de alguns de que estão fazendo um favor às ONGs e nem se sentem no dever de dar resposta aos pleitos. Sem dúvida, é preciso fazer uma alquimia de diferentes fontes para manter a instituição, num exercício de *caminhar sobre a corda bamba*. Por exemplo, a aquisição de uma perua Besta teve como ponto de partida uma kombi, doada pelo estado, que se revelou imprópria para o transporte de alunos. A empresa vendedora recebeu o veículo, fez um abatimento e a APAE complementou com recursos privados. Por isso mesmo, não se faz orçamento anual, mas se tem em mente uma hierarquia de prioridades: primeiro, a folha de pessoal, depois uma parte de recursos reservada para a construção e, por fim, a manutenção e o equipamento. Não é, pois, de estranhar que a entidade tenha alcançado este porte. Para isto contribuem seu prestígio e visibilidade, realçado agora pela "Semana

do Excepcional". De outro modo não seria possível arcar com uma despesa anual de US\$ 176,253.00 (estimativa baseada no período de janeiro a setembro de 1995), o que representa uma média de US\$ 489.60 por aluno matriculado — excetuado o pessoal cedido, prédios que não pagam aluguel, etc.—, valor muito mais baixo que o da Educação Especial em estabelecimentos públicos bem equipados e dotados de pessoal.

A despesa média aluno/ano foi de US\$ 334.36 em 1994. Apesar das limitações de praxe, para obtenção dos dados, a Tabela A.30 apresenta a composição aproximada das despesas, com apreciáveis variações de um ano para outro. As despesas com pessoal são de longe as mais altas, daí a angústia revelada em face da folha de pagamentos e do décimo-terceiro salário. Destacam-se também o material de consumo, os gastos das oficinas, as instalações e o transporte e viagens. Este último item inclui não só a compra e manutenção de veículos para o transporte dos discentes, como também viagens de funcionários a serviço, sobretudo para participarem de eventos da área. Participações significativas, ainda que reduzidas, são as do material didático e desportivo e os cursos de aperfeiçoamento, que indicam preocupação com a qualidade.

A incerteza de recursos e a administração das mais variadas fontes, compondo um complicado mosaico, certamente causam grandes dificuldades e um esforço gerencial até mesmo ciclópico. Tudo isto é feito não por administradores graduados ou pós-graduados no Brasil ou no exterior, mas por voluntários, enquanto a diretora e a vice-diretora, além da especialização em Educação Especial, são, respectivamente, licenciadas em Letras e Matemática. Todavia, a luta incessante deixa a organização afinada com as forças da comunidade, voltada para os resultados dos seus serviços e preocupada com a sua imagem pública, que, uma vez arranhada, lhe faria fugir o chão debaixo dos pés.

VI. OS CASOS SELECIONADOS

A Educação Especial no Distrito Federal: o Papel da APAE

Fundada em 1970, a APAE do Distrito Federal tem um perfil diferente, dedicando-se a manter núcleos cooperativos, destinados à preparação para o trabalho. A rede escolar pública do Distrito Federal mantém um trabalho destacado no que se refere a classes especializadas ... e centros de Educação Especial, de tal modo que, ao contrário de outras unidades federadas, não se justificaria a manutenção de escolas como as que se encontram em outras partes do país.

Os núcleos cooperativos da APAE, tendo estrutura organizacional semelhante à de uma empresa, ocupam este vácuo, buscando preparar os educandos para um papel produtivo na comunidade e, ao mesmo tempo, oferecer-lhes recursos para obter certa autonomia financeira. Assim, os núcleos dividem a produção em etapas, onde cada aprendiz executa uma parte do trabalho, conforme suas aptidões, habilidades e ritmos próprios. Acompanhados por instrutores que têm formação técnica específica, os aprendizes são solicitados, nos seus limites, a observar os cuidados básicos de segurança e a ser pontuais, assíduos, dedicados e preocupados com a produtividade. O alunado é de 18 anos de idade ou mais, egressos ou não das oficinas pedagógicas, que não apresentem condições imediatas para o ingresso no mercado de trabalho, mas demonstrem aptidões para realizar atividades produtivas sob supervisão. Os núcleos funcionam das 8 às 15 h, em período destinado à produção, seguindo-se um programa composto por atividades artísticas, recreativas, esportivas e acadêmicas. Os alunos recebem almoço e lanche.

Um dos núcleos é uma manufatura de flores e ornamentos para festas, outro se dedica a produzir balas, e um terceiro, inaugurado em 1995, com uma panificação, localizada na cidade satélite de Ceilândia. O primeiro, com cerca de 60 alunos, tem dificuldades para vender dire-

tamente ao público, por funcionar num prédio governamental cedido, que não constitui ponto de venda adequado. Por isso, a produção é vendida a diversas lojas interessadas no produto. O segundo, com 22 alunos, funciona num prédio construído com recursos do FNDE e está mudando para o ramo de fornecimento de refeições, vez que as balas têm alto custo de produção e não constituem produto de primeira necessidade. O terceiro é uma panificação e lanchonete diferentes, localizadas numa cidade satélite de renda média baixa. Além de um jardim à volta e horta nos fundos, a área de fabricação é inteiramente visível ao público, com uma limpeza excepcional e produtos de excelente qualidade. O prédio era um galpão abandonado de propriedade da Administração Regional, cuja área construída a APAE duplicou com recursos da União.

Havia em agosto de 1995 o total de 20 aprendizes, em dois turnos (8 à 15 h e 12 à 19 h), selecionados pelo Centro de Educação Especial mais próximo dentre os portadores de necessidades especiais leves e moderadas, com o equivalente à primeira ou segunda série do ensino fundamental, que não podem ir diretamente para o mercado competitivo. Em vista do sucesso e das comodidades oferecidas (refeitório, armários, eventos, etc), já existia uma fila de cerca de 30 candidatos à espera de uma vaga, uma das quais surgiu três meses após a abertura da panificação, quando a primeira aprendiz conseguiu colocação no mercado de trabalho local. A integração é de tal ordem que alguns clientes chegam a indagar "onde estão os deficientes".

O pessoal se compõe de quatro professores cedidos pela Fundação Educacional do Distrito Federal — um dos quais cuida do *marketing* e outro da coordenação administrativa —, um padeiro-ins-trutor, e um vigia. A unidade está contando com a assessoria do SEBRAE, vez que, em virtude de limitações, a receita estava cobrindo apenas cerca de metade da despesa mensal de US\$ 4,500.00 (agosto de 1995). Dentre as limitações se destacam a não organização do esta-

VI. OS CASOS SELECIONADOS

belecimento para abrir nos fins de semana e a opção de não vender cigarros e bebidas alcoólicas, importantes fontes de receita dos estabelecimentos da área. Ademais, os professores, conquanto extremamente dedicados, têm um regime de trabalho pouco compatível com o funcionamento de uma indústria, motivo pelo qual a APAE pensa em buscar recursos para contratar instrutores profissionais. Em suma, a instituição está buscando conciliar educação e negócio auto-sustentável.

Do ponto de vista do financiamento, a ONG padece de grande incerteza quanto aos recursos, utilizando as estratégias de combinar várias fontes, fazer projetos de acordo com a disponibilidade de cada uma delas e solicitar verbas esporádicas quando estão disponíveis, o que depende de boa rede de informações. Ainda assim, a diretoria, toda composta de voluntários, elabora um orçamento anual. Do lado da receita, a entidade conta com o aporte mensal da LBA (US\$ 3,039.00 em agosto de 1995), que mantém os salários dos funcionários, mas não pode ser utilizado para férias e encargos, pagos com outras fontes. Há convênios com a CORDE, para montagem das oficinas, aquisição de equipamentos e de material de consumo. A Coordenação de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal prove material de consumo para secretaria e oficinas, inclusive alimentação. O FNDE, como foi observado, prove recursos para a construção do prédio de uma das oficinas. A Fundação Educacional do Distrito Federal cede oito professores. Uma observação interessante quanto ao relacionamento com o DF é que as intrincadas burocracias oficiais geram custos com que a APAE tem dificuldade de arcar. Uma forma de ajuda sem dinheiro seria a própria simplificação burocrática, poupando custos tanto dos governos quanto das ONGs.

As fontes próprias incluem a renda de um painel de propaganda, contribuições dos pais e duas festas beneficentes por ano, uma necessariamente para fazer face às despesas do décimo-terceiro sa-

lário dos funcionários. Costuma haver campanhas esporádicas. As contribuições dos pais são enfatizadas, mas não têm valor fixo. Alguns não pagam. As doações de sócios atingem pequeno percentual. Como disse uma entrevistada, "estamos sempre correndo atrás do prejuízo".

Uma tentativa de analisar a composição da receita e da despesa originou a Tabela A.31. Como já foi referido, a contabilidade das ONGs em geral é muito precária e depende de serviços voluntários para poupar custos. Apesar da boa vontade e disponibilidade da APAE-DF, como das demais entidades, selecionamos, dentre os balancetes fornecidos, os de julho de 1994 e 1995, dois meses menos atípicos. Ainda assim, em 1994 houve uma olimpíada e gastos extraordinários, com a presumível transferência dos salários para outro período. Podemos observar que a receita das oficinas foi variável — certamente o movimento foi afetado pelas olimpíadas em 1994 —, bem como a das campanhas. O poder público concorreu com cerca de um terço do total, a receita das oficinas com um quinto, as famílias também com um quinto e a comunidade com cerca de um quarto. É evidente que os dados, em sua simplicidade, não incluem o valor de imóveis e equipamentos eventualmente doados ou cedidos, e os salários de pessoal cedido. Também são excluídas as despesas de construção, efetuadas com recursos do FNDE e outros.

Quanto à despesa, destacam-se: pagamento aos discentes que trabalham nas oficinas, pessoal e encargos, despesas próprias das oficinas, e energia elétrica, água, esgoto e telefones. Observamos ainda que a despesa mais que duplicou entre os meses verificados, em virtude da abertura da panificação de Ceilândia. O déficit (de 2,90 e 34,50% da despesa total, respectivamente, em julho de 1994 e 1995) costuma ser coberto com um fundo de reserva e/ou com o remanejamento de pagamentos.

É interessante notar que a contribuição dos pais conduz a uma

VI. OS CASOS SELECIONADOS

redistribuição em favor dos discentes de menor renda, já que as famílias destes (especialmente residentes em Ceilândia) contribuem muito menos e os alunos recebem, como nas outras oficinas, remuneração pelo seu trabalho.

Outro aspecto digno de nota, ainda que tenhamos dados fragmentários, é a estimativa da despesa média aluno/ano. Com efeito, a matrícula final dobrou entre 1990 e 1994, passando de 30 para 60, e novamente duplicou entre 1994 e 1995, chegando a 120 alunos. Uma aproximação com base em parte dos balancetes indica que estes valores poderiam girar em torno de US\$ 1,174.61 e US\$ 1,169.82, em valores nominais de 1994 e 1995, respectivamente.

A Educação Especial em Mato Grosso

A nova gestão do estado iniciou-se com uma ampla proposta de renovação do setor educacional, que destaca entre suas tônicas a descentralização e a avaliação institucional. As responsabilidades firmadas incluem: (1) a reorganização do sistema de ensino, tendo como foco das ações a unidade escolar; (2) a diminuição da estrutura material e humana da administração central; (3) a desativação das superintendências regionais de Educação; (4) a ação cooperativa com os municípios, visando à racionalização das atividades; (5) a democratização da gestão, com diretores eleitos e conselhos escolares para assessoramento e sustentação comunitária; e (6) a criação de um ousado programa de qualificação de educadores, utilizando inclusive a educação a distância (Estado de Mato Grosso, 1995).

A nova política educacional enfrenta, entretanto, um quadro macroeconômico desfavorável. Além da maior cheia dos últimos vinte anos, Mato Grosso, preso à monocultura da soja, faz face a uma inédita queda de preços no mercado internacional e, conseqüentemente, ao

agravamento da crise fiscal em que todo o país está mergulhado há uma década e meia. Ademais, a dívida pública consome 21,00% da receita líquida, e a despesa nas funções Legislativa e Judiciária alcançam elevada participação. Por isso mesmo, cortes corajosos têm sido realizados, inclusive na Secretaria de Educação.

No contexto de um estado agrário, vivendo profunda crise, a Educação Especial tem atendimento muito modesto. A nova estrutura da secretaria tem cinco pequenas equipes de coordenação, que se dividem em Educação Especial, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental e Ensino Médio, todas integrantes da Coordenação de Política Pedagógica. A equipe de Educação Especial, antes composta de 25 pessoas, hoje totaliza nove técnicos: um grupo de avaliação diagnóstica (um pedagogo, um psicólogo e um assistente social) e um grupo de assessoramento pedagógico (especialistas em portadores de necessidades especiais nas áreas auditiva, visual, mental, física, e um especialista em profissionalização).

Cabe a essas equipes centrais apoiar o assessoramento pedagógico no estado. Não havendo mais as superintendências regionais, prevê-se um assessor pedagógico "generalista" para cada seis escolas. As equipes centrais devem viajar periodicamente ao interior para dar apoio, embora as distâncias e as dificuldades de transporte sejam significativas num estado que integra a Amazônia Legal.

Em face dos problemas do estado, inclusive a escassez ou ausência de pessoal qualificado no interior, a rede estadual ofereceu atendimento em Educação Especial, em 1994, ao total de 56 escolas. Os 628 alunos se dividiam em 89,80% em classes especiais, 1,10% em salas de recursos, 5,90% em oficinas pedagógicas e 3,20% em classes comuns com serviço de apoio especializado. Do total de alunos, 5,50% estavam na Educação Pré-Escolar, e os demais no Ensino Fundamental. O total geral dos alunos de Educação Especial não chegava a 2,00% dos alunos da rede estadual. O número de professores era de 67, dos

VI. OS CASOS SELECIONADOS

quais 40,30% tinham curso específico, resultando numa relação bruta de 9,3 alunos por professor. Todos esses números, entretanto, são provisórios, pois estava sendo feita uma demorada revisão geral das estatísticas, tendo em vista o diagnóstico setorial.

O trabalho inclui, portanto, parceria com os municípios e com as ONGs. No primeiro caso falta ainda se delinearem melhor as ações de colaboração. O objetivo é fazer com que os municípios assumam responsabilidades proporcionais aos seus recursos, a começar pela sua atribuição constitucional no campo da Educação Infantil. Em seguida, serão estimuladas a abertura de escolas próprias de Ensino Fundamental, as ações de alfabetização de adolescentes e adultos, e o atendimento aos portadores de necessidades especiais (Estado de Mato Grosso, 1995).

Além do estado, cerca de 65 dos 117 municípios têm alguma atuação no setor, com aproximadamente 84 classes especiais e apoio a APAEs e outras ONGs.

No caso das ONGs, não há subvenções financeiras do estado, mas cessão de pessoal docente e não docente (agentes administrativos, motoristas, etc.) por cuja capacitação o estado se responsabiliza. Nessa área as dificuldades são muitas, pois há cortes decorrentes da situação financeira do estado, sobretudo do pessoal não docente, que é muito importante para a Educação Especial. Paralelamente, os técnicos que estão desviados da função e recebem como professores têm um trabalho importante, embora fiquem desestimulados, pois sua remuneração está abaixo dos níveis de mercado. Como consequência desses fatores, as ONGs acabam por solicitar menos pessoal ao estado e ficam com atendimento abaixo dos padrões das instruções normativas pertinentes.

A política de Educação Especial do estado consagra, desde a gestão anterior, o princípio da integração, e prevê o atendimento em classes comuns do ensino regular e supletivo, classes especiais do ensi-

no regular, salas de recursos do ensino regular e supletivo, unidades de ensino itinerantes, oficinas pedagógicas e/ou protegidas e instituições especializadas, públicas e privadas (Resolução nº 38/93, do Conselho Estadual de Educação). A nova política educacional acentua ainda mais a integração dos alunos às classes comuns e, ao mesmo tempo, a articulação entre as áreas de Educação, Ação Social e Saúde (Estado de Mato Grosso, 1995). Alguns entrevistados manifestaram sua preocupação com a ainda pequena participação do Poder Público no setor, que depende em grande parte das ONGs. Significativo contingente de crianças pode estar sendo encaminhado a instituições especializadas quando a escola deveria estar preparada para recebê-las, e não para expulsá-las. Manifestou-se a intenção de combater a tendência de considerar o aluno com dificuldades de aproveitamento como portador de necessidades especiais, numa atitude sectária e segregacionista. Para isso, a avaliação diagnóstica deve ter papel de mais alta relevância.

Para atender às novas linhas da política de atuação, a secretaria começou, este ano, novo processo de elaboração do orçamento. Foi declarado que, ao invés de pilhas de processos com solicitações *ad hoc*, acompanhadas de pedidos de políticos que as escolas muitas vezes desconheciam, estabeleceu-se este ano um fluxo de baixo para cima, pelo qual as escolas solicitaram recursos em consonância com o seu "projeto político-pedagógico", elaborado ou em elaboração. Cerca de 40,00% dos estabelecimentos apresentaram suas demandas para o orçamento de 1996, formadas de despesas de capital. Tais demandas foram sistematizadas e compatibilizadas pela Assessoria de Planejamento, inclusive com base no microplanejamento, que está sendo implantado. As despesas de manutenção são contempladas com transferências bimestrais diretas de recursos às escolas. A proposta orçamentária da secretaria é então encaminhada à Secretaria de Planejamento, conforme o teto estabelecido, seguindo os trâmites usuais.

VI. OS CASOS SELECIONADOS

O perfil aproximado das despesas, segundo a Assessoria de Planejamento, é de 75,00% para salários e encargos, 10,00% para repasses bimestrais sistemáticos às escolas — que cobrem a manutenção e projetos inovadores —, 6,00% para a modernização da gestão, 5,00% para a melhoria da rede física, 2,00% para o funcionamento da máquina administrativa, e 2,00% para a publicação de documentos. O perfil estimado segundo os níveis e modalidades de ensino é de 47,00% para o Ensino Fundamental, 20,00% para o Ensino Médio, 15,00% para a Educação de Jovens e Adultos, 10,00% para a Educação de Crianças de Zero a Seis Anos e 8,00% para a Educação Especial.

No caso da Educação Especial, as prioridades são, pela ordem, a expansão de prédios, a aquisição de equipamentos e a capacitação de docentes. Na orçamentação, segundo os entrevistados, cada equipe da Coordenação de Política Pedagógica participa da análise e compatibilização das demandas de recursos, esperando-se que este processo proteja a alocação de recursos para setores mais vulneráveis, como a Educação Especial. No entanto, mais de um entrevistado considerou insuficientes estas salvaguardas, declarando haver necessidade de os repasses não serem tão "soltos" e "aleatórios".

No que se refere às fontes, foi observado que a Educação poderia dar um salto de qualidade caso a quota estadual do salário-educação permanecesse no estado arrecadador, em vez de seguir uma longa *via crucis*. Quanto às transferências federais voluntárias, são muito importantes, sobretudo para a Educação Especial. Todavia, várias sugestões foram formuladas para melhorar a atuação do MEC: (1) reduzir ainda mais as transferências aos estados com base em pequenos projetos e planos de trabalho anuais (PTAs), estabelecendo critérios técnicos de alocação de recursos, como o número de alunos matriculados; (2) flexibilizar as opções de financiamento na Educação Especial — as limitações de cobrir este ou aquele tipo de despesa causam dificuldade —; e (3) enfatizar a avaliação de projetos e programas.

A Educação Especial em Cuiabá

A Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá encontra-se há alguns anos em processo de mudanças, que inclui um programa de qualidade total para as escolas, um processo de descentralização de decisões, com autonomia da escola e a aprovação das Leis Orgânica do Magistério e da Gestão Democrática. Foram implantados os conselhos Escolares Comunitários junto aos estabelecimentos de ensino e a eleição de diretores, sendo que os candidatos passam por um processo de capacitação, ao fim do qual elaboram e apresentam um plano de trabalho à comunidade escolar.

Para a implantação da gestão democrática, foram destinados 8,50% dos recursos educacionais, dos quais 4,00% para repasse direto, com fins de cobertura dos custos de manutenção, e 4,50% alocados ao Fundo de Fomento à Criatividade, voltado para o gerenciamento de projetos que visem ao incremento da qualidade do ensino. Estes projetos são apresentados por escolas ou grupos de escolas, de acordo com o seu plano pedagógico e o plano da secretaria, e são julgados por uma comissão. Além disso, estão sendo executados, entre outros, projetos de reorganização curricular, de informática educativa e de formação continuada de professores. Um importante projeto de orientação aos professores visa diagnosticar e encaminhar alunos com dificuldades de aprendizagem para uma equipe interdisciplinar capaz de lhes dar apoio. Apesar da relevância, vez que parte ponderável dos alunos era encaminhada como "deficientes mentais", o seu andamento está atrasado pela falta de recursos. Como resultado, entretanto, nessa rede de 96 escolas, a reprovação reduziu-se até agora de 27 para 15,00%.

Nesse contexto de mudanças, a ampliação da presença do município no campo da Educação Especial é uma das prioridades. Considerando a insuficiência da atuação da Secretaria Municipal de Educa-

VI. OS CASOS SELECIONADOS

ção, que transfere recursos e cede pessoal às ONGs, está sendo construído, com recursos do MEC, um centro de atendimento ao portador de necessidades especiais na área auditiva. Foi declarado que a despesa com a construção em 1994 foi de US\$ 144,941.90, mais 10,00% de verbas do Ministério. O equipamento é objeto de outra solicitação de recursos ao MEC. Além disso, o município pretende instalar salas especiais nas escolas, sempre visando integrar o alunado ao ensino regular e, no futuro, atender a outras necessidades especiais, entrosando as secretarias de Educação e Saúde.

Como parte das ações nesse campo, a secretaria realizou um seminário com o título "Inclusão para o Crescimento", de tangíveis repercussões. Portanto, a atuação direta do município é um projeto que marca a mudança de papel do setor público, ou, conforme a definição de um entrevistado, "a Secretaria está tirando uma máscara em relação à Educação Especial", porque até há pouco o assunto era omitido ou tratado em termos de apoio, como se não fosse também Educação.

No entanto, a situação financeira do município não é mais privilegiada que a do estado. A arrecadação mensal de US\$ 6,5 milhões deve fazer face a uma população que cresce cerca de 6,00% ao ano, ritmo superado só por Macapá e Rio Branco, entre as capitais. Uma das formas de combate à crise é um projeto de engajamento da população no combate à sonegação fiscal e, ao mesmo tempo, de participação nas decisões de alocação de recursos. A secretaria tem se preparado, nos termos da gestão democrática das escolas, a disputar parte deste quinhão de recursos, apresentando trabalho e elementos para a defesa de prioridades educacionais.

A elaboração do orçamento e a alocação de recursos em geral tornaram-se, portanto, não só bastante descentralizadas, mas passaram a contar com o treinamento do pessoal dos órgãos envolvidos, isto é, a Coordenação de Planejamento, a Diretoria Executiva do Fundo Municipal de Educação, o Departamento de Ensino e Pesquisa, e

os diretores das escolas. A distribuição de recursos obedece a padrões mínimos de oportunidades educacionais e teve como ponto de partida o diagnóstico para elaboração dos planos de Desenvolvimento das escolas. A Coordenação de Planejamento recebeu os planos e compatibilizou as necessidades de curto, médio e longo prazos enunciadas com as necessidades de atendimento à demanda escolar com base no microplanejamento — iniciado com o Projeto Monhangara. No caso das ONGs, estas apresentam a despesa por aluno e o número de alunos atendidos e declaram quanto recebem do estado, solicitando uma dotação mensal. A secretaria avalia o percentual da despesa e da contribuição possível, atribuindo a subvenção. Cabe observar que as solicitações dessas entidades antes eram diretamente encaminhadas ao prefeito por políticos, presidentes de associações, etc. Este pediu que as ONGs procurassem diretamente a secretaria e lhe apresentassem os projetos.

Deste processo tem resultado, nos últimos anos, segundo os entrevistados, um perfil de despesas que inclui, aproximadamente, 65,00% para pessoal e encargos, 8,00% para custeio em geral, 8,50% para manutenção, fomento e capacitação, e cerca de 18,50% para investimento e inovações educacionais. A tendência nesta gestão tem sido a de reduzir os recursos para construção e aumentar a parcela para capacitação.

A despesa da secretaria em 1992, 1993 e 1994 foi, respectivamente, de US\$ 7,570 mil, US\$ 12,682 mil, US\$ 21,251 mil, ou seja: 19,90; 31,60; e 33,50% da receita total do município, isto é, um reforço financeiro crescente e substancial.

Além da citada alocação de recursos para a Educação Especial, a subvenção a cinco ONGs foi de US\$ 51,240.31 no ano passado (0,24% da despesa da secretaria), enquanto 31 docentes, com 20 horas semanais de trabalho, e dois funcionários administrativos foram cedidos a seis entidades, ascendendo os salários e encargos a US\$ 17,286.70

VI. OS CASOS SELECIONADOS

(0,08% da despesa da secretaria), o que representa ao todo 0,32% da despesa executada.

Uma das dificuldades observadas foi a falta de sinalização de recursos pelo MEC no mês de junho, quando se prepara a proposta orçamentária para o exercício seguinte. Outros obstáculos apontados foram a mudança de prioridades e o esgotamento de recursos para certas finalidades. Por exemplo, ao buscar recursos para equipar o centro de atendimento a portadores de necessidades especiais no campo auditivo, o Ministério só tinha verbas para despesas de outros Custeios, e não de capital.

VII. CONCLUSÕES

Os dados **aqui** reunidos mostram que a Educação Especial não é especial só no nome. Trata-se de setor atípico que, no entanto, padece de pelo menos um problema típico da Educação como um todo no Brasil: a falta de dados para a gestão. Resumimos nos tópicos a seguir os principais problemas que se delineiam na realidade estudada.

Um Setor Atípico com o Pano de Fundo do Ajuste Econômico

Os casos estudados revelam um cenário doloroso de ajuste econômico (ou até de falta ou insuficiência dele), caracterizado por cortes de recursos e toda a sorte de dificuldades. A inflação, que ensejava arranjos ilusórios, foi reduzida e não permite mais o acerto das contas públicas com base no aumento numérico das receitas e das despesas. No entanto, a crise fiscal persiste, bem como se mantêm basicamente os modos de atuação, a estrutura e as competências do Estado. Não havendo um surto de expansão econômica, a receita fiscal pode manter-se estacionária, decair em termos reais ou, na melhor das hipóteses, crescer pouco acima da inflação. Com isso, sem a pirotécnica dos valores nominais corroídos pela inflação alta, os cortes das despesas públicas parecem mais visíveis e mais drásticos. A Educação e, particularmente, a Educação Especial têm sofrido grandes restrições de recursos nos estados e municípios, cada nível de governo tentando enfrentar o ajuste a seu modo. Nessa luta, a Educação se tem mostra-

do ativa, buscando adaptar-se às novas circunstâncias. O panorama encontrado pelos pesquisadores foi de reformas ou tentativas de reformas mais ou menos profundas para vencer a crise. Como já referido, a descentralização administrativa em suas várias formas (o incentivo e o fortalecimento da autonomia das escolas; a administração participativa, com o envolvimento de professores, funcionários em geral, alunos, pais e comunidade; e a avaliação institucional) tem sido remédio buscado ou aplicado, com diversas nuances, em várias partes do País, independentemente do nível de desenvolvimento relativo.

Em meio a este fluxo de mudanças, a Educação Especial constitui um setor atípico. Ao contrário do ensino regular, o setor se caracteriza por ampla participação do que alguns chamam de escolas e instituições públicas não estatais, com forte tendência de expansão em certas regiões. O alto custo e a necessidade de competência técnica especializada têm conduzido a uma divisão de trabalho entre o Poder Público e as ONGs: nos estados de menor desenvolvimento relativo existe uma ampla "terceirização", em que o Poder Público subvenciona as ONGs, e estas buscam outros recursos para a manutenção e desenvolvimento dos seus serviços. Já nos estados de maior desenvolvimento relativo, as ONGs são subvencionadas para atenderem aos portadores de necessidades especiais mais severas, enquanto a rede escolar pública recebe os demais alunos, segundo uma política pelo menos formalmente integracionista, efetuando o atendimento em centros especializados, em classes especializadas e em classes comuns. Neste leque de alternativas, a proporção maior de atendimento público localiza-se no Distrito Federal, que, ao longo das décadas da sua existência, constituiu uma rede complexa de estabelecimentos e classes, deixando às ONGs tarefas complementares, como a preparação para o trabalho. É evidente que esta divisão de trabalho é perpassada pela discussão, com argumentos econômicos ou não, a respeito do papel do setor público: cabe-lhe delegar funções ou exercê-las plena ou par-

VII. CONCLUSÕES

cialmente? Em suma, nas áreas de maior desenvolvimento relativo, a diversidade da oferta é maior, com presença mais significativa dos estados, de municípios em melhores condições técnicas e financeiras de prestar estes serviços, e de algumas escolas particulares. Em contraste, nas áreas de menor desenvolvimento relativo, as ONGs, apesar de menos numerosas, têm uma responsabilidade maior, enquanto estados, municípios e escolas particulares têm menor participação.

A Síndrome da Ingenuidade ou Como Fazer Vão Cego em Noite de Tempestade

Como já foi assinalado na metodologia, o maior obstáculo à realização deste trabalho foi a escassez geral de dados indispensáveis à gestão educacional. Faltam números e até noções gerais de despesas, custos, benefícios, efetividade, etc., o que não se refere só à Educação Especial, mas à Educação em geral. Os poucos dados existentes são falhos, não revelando o que efetivamente é despendido em Educação Especial e em outros programas orçamentários. Um exemplo já citado é o de um município que realiza amplo trabalho no setor, mas que, pelas estatísticas da despesa, não gasta quase nada com Educação Especial. O grande problema é que prédios e pessoal são compartilhados com o Ensino Fundamental regular, e equipamentos especializados são indevidamente incluídos neste último. Dessa forma, a contabilidade pública antes prejudica do que ajuda.

As secretarias de Educação constituem organizações complexas, com milhares de funcionários e alunos, porém são dotadas muitas vezes de contabilidade e controles mais parecidos com os de uma oficina de "fundo de quintal". As ONGs, com a sua falta de recursos e a ajuda voluntária, não ficam atrás. Sem dúvida, se empresas de certo porte contassem com este tipo de dados para serem administradas, provavelmente teriam fechado em face dos prejuízos.

Embora possa eventualmente existir má fé — não foi constatada em nenhum dos casos estudados —, o que se verifica é uma gestão rudimentar, intuitiva, empírica. Conforme Gomes (1995), é freqüente a ingenuidade de educadores, inclusive do setor de Educação Especial, que possuem informações incorretas sobre a orçamentação e liberação de recursos das suas próprias secretarias, e com isso perdem preciosas oportunidades. Parece haver uma espécie de tabu dos números ou das finanças, como se a Educação se fizesse magicamente, sem recursos, ou como se a problemática pudesse ser reduzida a uma genérica "falta de verbas", espécie de caixa preta ou de Pandora que a maioria dos educadores se recusa a abrir, preferindo atribuir os problemas à "má vontade dos governantes" ou "à baixa prioridade da Educação". Com isso não se geram ou se utilizam os dados necessários à gestão, podendo ocorrer pelo menos duas situações típicas: (1) o poder e a informação se concentram no topo das secretarias de Educação, em setores de Planejamento e/ou Orçamento, sem que haja adequado debate na organização, envolvendo todas as questões e argumentos técnicos necessários; e (2) as secretarias de Educação deixam escapar poder de decisão para outros órgãos, como a folha de pessoal para as secretarias de Administração, e a construção, reforma e recuperação de prédios escolares para as secretarias de Obras. Desse modo, órgãos -fim das secretarias de Educação, ou mesmo estas como um todo, se tornam incapazes de tomar decisões relevantes para enfrentar a crise; porém, são responsáveis ante o público pelos problemas do setor. Cabe concluir então que o recurso mais escasso pode não ser o dinheiro, mas a capacidade administrativa.

E possível que isso decorra em parte da trajetória de muitos gestores em Educação, que partem da sala de aula — em princípio uma experiência altamente relevante —, mas não conseguem alargar suficientemente a sua visão. Conforme um clássico, pode ser que uma grande competência acumulada na sala de aula nem sempre se traduza em competências para organizar e gerir. Por conseguinte, pelo

VII. CONCLUSÕES

menos parte dos educadores se arrisca, em tempos de crise, a realizar um voo cego sem instrumentos. Não sabe com quanto conta, como pode chegar a algum lugar — quando este lugar não é escolhido por outrem —, como enfrentar os múltiplos obstáculos da sua rota.

A Fragilidade da Clientela Invisível

A Educação Especial recebe parcela notoriamente reduzida dos orçamentos públicos, embora seja considerada cara. Com efeito, a única pesquisa localizada sobre o custo aluno/ano da Educação Especial encontrou para o Distrito Federal, em 1986, o valor de US\$ 1,165.00, em contraste com US\$ 301.50 e US\$ 391.00 para o Ensino Fundamental comum, respectivamente nas escolas urbanas e rurais (Distrito Federal, 1987). Este custo relativamente mais elevado se devia em grande parte à média de 8,1 alunos/turma, inerente à sua especificidade. Ainda assim, o custo/aluno da Educação Especial era mais baixo que a despesa média aluno/ano do Ensino Técnico e Superior federal, pela ordem de US\$ 1,759.00 e 4,301.80 (Gomes, 1995).

E evidente que o caro ou barato tem a ver não só com os custos e os benefícios alcançados, mas também com a capacidade de barganha dos grupos em disputa na arena orçamentária. A fragilidade relativa da Educação Especial tem a ver precisamente com pelo menos quatro aspectos, identificados a partir de numerosas entrevistas realizadas para esta pesquisa. Em primeiro lugar, se não existem dados de custos e benefícios, não se sabe, a rigor, se a Educação Especial é cara ou barata. Prevalece então a crua capacidade de barganha na competição pelo orçamento, onde o ensino regular tem vantagens, já que seus custos e benefícios são menos desconhecidos.

Em segundo lugar, trata-se de uma clientela de baixo grau de visibilidade, oculta muitas vezes pela própria família e, em grande parte por isso, de escasso ou nulo poder vocal. É expressivo que diver-

sos recenseamentos encontraram até hoje apenas uma parcela de portadores de necessidades especiais muito inferior ao estimado para a faixa de desenvolvimento do Brasil por organizações internacionais.

Em terceiro lugar, coloca-se a questão dos resultados. Parece ainda idéia corrente de parte do público que as necessidades especiais têm um caráter estático, ou seja, que a Educação nada pode fazer para melhorar a qualidade de vida e a contribuição econômica e social dos seus portadores. E claro que instituições segregacionistas ou que, em qualquer caso, apresentem resultados pobres, contribuem para reforçar esta imagem de altos custos e poucos benefícios. Com isso, não é difícil defender que é melhor aplicar os recursos destinados a um portador de necessidades especiais em favor de vários alunos da educação comum. Aos "coitadinhos" resta então o tratamento pietista e "caritativo".

Por fim, existe na Educação Especial uma "zona cinzenta" formada por alunos com graves dificuldades de aprendizagem, mas que não são portadores de necessidades especiais. Conforme evidências de pesquisa, alunos considerados especiais receberam em escolas tratamento tão discriminatório que tiveram o seu fracasso gerado ou reforçado (Schneider, 1974). Esta estereotipia e o seu impacto sobre o aluno, segundo uma profecia que se autocumprir, de acordo com a teoria da rotulagem (Rist, 1978), serve como meio de o sistema escolar manter sua legitimidade e se absolver do fracasso, atribuindo-o ao próprio discente. Apesar de o tratamento estudado por Schneider já ter sido abolido há muito, em todos os estados e municípios aqui estudados pelo menos um entrevistado declarou que numerosos professores continuam prescrevendo a Educação Especial para crianças que, no dizer de um secretário de Educação, são vítimas apenas de problemas de "ensinagem". Por isso mesmo, vários dirigentes educacionais manifestaram salutar preocupação em garantir a avaliação diagnostica rigorosa antes da admissão de qualquer aluno à Educação Especial. Esta

VII. CONCLUSÕES

avaliação se paga muitas vezes ao impedir a indevida transferência de alunos, evitando, assim, tanto que a sociedade arque com maiores custos educacionais, como que se comprometa, pelo preconceito, o futuro destes alunos.

Esta preocupação não chega, porém, a ser muito freqüente. A fragilidade da clientela se estende aos órgãos de secretarias, que são encarados por muitos não em termos dos seus custos e benefícios, mas segundo uma abordagem pietista. Do ponto de vista da estrutura das secretarias de Educação, o departamento ou coordenação de Educação Especial em certos casos reflete a filosofia da sociedade em relação aos portadores de necessidades especiais: é o recanto dos "coitadinhos"¹. Muitas vezes aparece em terceiro escalão; tem poucos funcionários, não raro de tempo parcial; faltam recursos próprios, estrutura de apoio e informações. Em alguns lugares e períodos de governo, reformas administrativas tentaram eliminar o departamento ou coordenação e fizeram grandes cortes de pessoal. À falta de burocracia, no sentido weberiano, o que se consegue no setor depende com freqüência da liderança carismática de uma ou mais pessoas.

A Pirâmide Invertida do Financiamento Público

O último ano para o qual dispomos de estatísticas completas para os três níveis de governo indica que a maior parte do financiamento da Educação Especial se devia à União e, em seguida, aos estados e municípios (US\$ 31,628 milhões, com a participação das esferas governamentais, respectivamente, de 48,20; 37,70; e 14,10% em 1988). As entrevistas realizadas para esta pesquisa revelaram que grande parte do que se faz em Educação Especial continua a dever-se ao Ministério da Educação e do Desporto. Apesar do dever consti-!

cional de a União prover assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, ainda mais num setor tão complexo quanto este, não se pode negar que, além de a pirâmide estar invertida, a maior parte dos investimentos depende de uma fonte vulnerável: as transferências voluntárias da União, não só aos governos subnacionais, como às ONGs. Cortes neste fluxo de recursos significariam afetar a disponibilidade e a qualidade de atendimento a milhares de alunos.

Com efeito, em face da crise fiscal e do ajuste econômico, os estados e os municípios só conseguem, quando conseguem, cobrir as despesas de pessoal e, em certos casos, de custeio em geral, com os recursos dos seus respectivos tesouros. As despesas de outros Custeios e de capital, mesmo em regiões de maior desenvolvimento relativo, ficam à espera da quota estadual do salário-educação e de transferências federais. pela relevância destas últimas, consoante opiniões expressas por entrevistados, é preciso simplificar a burocracia, evitar o financiamento de pequenos projetos casuísticos e estudar as limitações de várias linhas de financiamento, que não chegam a contemplar coerente e complementarmente os projetos, como ocorreu no caso de Cuiabá.

Entretanto, esta teia intrincada de transferências financeiras não se esgota com as transferências federais. Existem também as transferências estaduais de verbas e/ou recursos em geral dos estados para municípios e ONGs, e dos municípios para ONGs. No processo de descentralização em curso, vários estados estão realizando convênios com seus municípios no sentido de transferir encargos educacionais, inclusive na Educação Especial. Geralmente esses convênios são feitos sob medida, dificultando generalizações. Há casos de cessão de prédios, pessoal, equipamentos, doação de terrenos, transferência de recursos financeiros, de material de consumo, etc.

O grande risco para a Educação Especial neste processo de

VII. CONCLUSÕES

descentralização é que a sua posição se enfraqueça ainda mais. Alguns perigos detectados e temidos nos casos que estudamos são: (1) a maior parte dos municípios tem significativamente menos competência técnica e menos recursos financeiros que os estados para prestar os serviços, com isso havendo provável perda de qualidade dos serviços; (2) na alocação direta de recursos às escolas, a Educação Especial pode ser relegada a segundo plano em face das prementes necessidades do ensino regular; e (3) o fim da supervisão regional nas delegacias de Ensino ou equivalentes pode deixar a Educação Especial sem referência ou recentralizada na sede da Secretaria Estadual de Educação. O futuro dirá se os temores se confirmam. Todavia, para evitar problemas ainda maiores, cumpre salientar que a descentralização não é uma panacéia. Ela pode elevar a eficiência, mas não necessariamente a qualidade e a equidade. Ao contrário, à semelhança dos dois pratos de uma balança, o modo como é conduzida pode enfatizar a eficiência em detrimento da equidade e qualidade, ou o contrário. Pior ainda, pode servir apenas para aliviar o déficit de um nível de governo, sem elevar coisa nenhuma.

As ONGs: Potências na Corda Bamba

O quantitativo da clientela atendida e a complexidade dos serviços prestados patenteia a importância das ONGs para o setor. A realidade é heterogênea e os casos aqui estudados representam o seu topo, não a sua média. Apesar disso, porém, as ONGs têm realizado na prática o que o setor público se vê impedido de fazer, como se fossem Davi e Golias. Andando na corda bamba da busca de recursos, as ONGs fazem constante exercício de equilíbrio para pelo menos se manterem. Para isso contribuem alguns fatores vitais para a disputa de recursos: capacidade de organização, acesso à informação e comunicação, capa-

cidade gerencial mínima, empenho em atingir objetivos (geralmente claros e precisos), unidade de pelo menos uma parte ativa da diretoria e, sobretudo, a agilidade e a flexibilidade das pequenas organizações para enfrentar o aguilhão da incerteza. Sua contabilidade é muitas vezes rudimentar e sua noção de custos é meramente intuitiva; porém, pelo menos parte delas parece bem-sucedidas indústrias de "fundo de quintal", onde o pequeno pode ser bonito.

Este conhecimento intuitivo não chega a ser uma grande deficiência porque as informações prioritárias se referem às fontes de receita. E aqui que elas tecem a sua rede para combinar uma pluralidade de formas e origens de recursos — federais, estaduais, municipais, das famílias e da comunidade —, de tal modo que, se uma porta se fecha, batem a outras e tornam mais tarde a bater à porta que se fechou. A sua arena orçamentária e a sua flexibilidade são, pois, muito maiores que as do setor público. Sua competição por recursos se estende à comunidade e até à sociedade, disputando uma fina fatia do orçamento de pessoas físicas e jurídicas dedicada à filantropia. Para isso, sua visibilidade e prestígio, decorrentes da demonstração a grupos influentes de que seus serviços são necessários, constituem uma espécie de capital, cuidadosamente preservado de arranhões.

Caminhando no rumo certo, elas têm procurado tornar visível a clientela de Educação Especial e, sobretudo, o seu trabalho para melhorar a qualidade de vida e a inserção desta última na sociedade. A Semana do Excepcional, realizada em cooperação com o Poder Público, tem sido uma oportunidade inestimável para isso. Em outras palavras, apesar da precariedade das fontes de recursos e até por causa desta, as ONGs tem seguido freqüentemente o rumo certo para oferecer os seus serviços. Por isso mesmo, os governos tornaram-se seus clientes, pelas facilidades que a "terceirização" oferece.

Entretanto, nem tudo são flores. Alguns entrevistados manifestaram a sua preocupação com a possível tendência de certas ONGs,

VII. CONCLUSÕES

como quaisquer organizações formais, se expandirem e ampliarem os seus objetivos. Poderíamos dizer que isso se faz de maneira "salutar" quando elas buscam atender a uma faixa etária mais ampla e prestar serviços cada vez mais diversificados e complexos. Na realidade brasileira geralmente ainda não faltam clientes a serem atendidos. No entanto, a expansão também se faz por meios inadequados, como a retenção da clientela por mais tempo que o necessário, sem perseguir consistentemente o princípio da integração de portadores de necessidades especiais. Como, ao contrário da rede escolar, essas ONGs são especializadas, torna-se ainda mais difícil promover tal integração, correndo-se o risco da formação de guetos, segundo uma ótica paternalista. Aqui reside talvez a maior vantagem do setor público na Educação Especial: ter como alunos portadores de necessidades especiais ou não, de modo a poder integrar os primeiros.

Independentemente de como cumprem as suas funções, o vulto alcançado pelas ONGs as torna, ao mesmo tempo, aliadas e rivais da Educação Especial na arena orçamentária das secretarias. Por um lado, a sua visibilidade e prestígio podem contribuir, e em certos casos contribui para aumentar os recursos à disposição do setor. Por outro lado, tornam-se rivais funcionais da rede escolar pública, vez que o Poder Público pode considerar melhor para si a "terceirização" dos serviços. Nesse caso, pode aumentar a eficiência, mas a escolha do papel do Estado é política e obedece não só a considerações econômico-financeiras.

Dessa forma, em face da crise do Poder Público, as ONGs emergiram como alternativa que pode primar pela qualidade e produtividade. A natureza do setor evidentemente exige relações de confiança e de responsabilidade de ambas as partes. Em um dos estados visitados foi defendida a posição de só financiarem os custos fixos das ONGs, tomando precauções já aludidas para evitar uma expansão indis-

criminada e o surgimento de capacidade ociosa. Cumpre notar, contudo, que tais providências têm efeitos relativos, posto que, como vimos, a incerteza dos recursos leva estas entidades a combinarem uma pluralidade de fontes. Assim, se certa classe de despesa não é atendida por um nível de governo, existe a possibilidade de ser atendida por outro.

Viii. RECOMENDAÇÕES

Embora a diversificação da realidade não admita formulários, algumas direções gerais, mais ou menos óbvias e reiteradas, emergem das conclusões apresentadas:

- 1) A administração pública em geral precisa melhorar verticalmente a sua gestão, incluindo a compreensão clara e aprofundada dos aspectos econômicos e financeiros. Esta verdade acadiana requer vários remédios que vão do treinamento em serviço até as modificações dos cursos de variadas modalidades, em geral de pouca eficácia.
- 2) Gerir requer dados. Para isso, tanto o setor público como as ONGs precisam gerá-los e organizá-los. O primeiro necessita de profundos aperfeiçoamentos na sua contabilidade, inclusive na classificação funcional-programática da despesa. A União, com o seu dever constitucional de prover assistência técnica e financeira aos governos subnacionais, além de cuidar com urgência da sua própria seara, auferirá significativos benefícios ao colaborar com estados e municípios para terem dados de melhor qualidade. Alguns projetos-piloto, abrangendo condições diversas de desenvolvimento relativo, poderiam servir como ponto de partida.
- 3) É preciso políticas claras e consistentes de Educação Especial. Tocam-se várias músicas ao mesmo tempo, às vezes não se toca música nenhuma, há apenas ruídos enquanto os atores não sabem como dançar. O perfil constitucional da Federação confere ao Ministério da Educação e do Desporto o

papel de coordenador. Conquanto o quantitativo das suas transferências seja pequeno em face da sua despesa total, sua influência, como vimos, é de notável magnitude. Não lhe cabe, portanto, perder a oportunidade, mas a participação dos governos subnacionais precisa crescer.

- 4) Para alcançar tais políticas, deve ser revista a posição da Educação Especial na estrutura das secretarias de Educação. Conforme um entrevistado, reforma administrativa é muito mais que reduzir despesas de pessoal e encargos. Se o departamento ou coordenação de Educação Especial se reduz ao "recanto dos coitadinhos", dele não se pode esperar profissionalismo e resultados palpáveis.
- 5) Políticas claras e consistentes incluem critérios técnicos — e, portanto, claros — de alocação de recursos. Talvez a maior diferença entre países mais e menos desenvolvidos seja a capacidade de alocar os recursos. Se a Alemanha hoje começa a colher os frutos da unificação, foi porque, a despeito de eventuais enganos, soube aplicar bem o que foi exigido a mais dos contribuintes. Países menos desenvolvidos tendem a aplicar mal, prolongam as crises e muitas vezes só distribuem ônus aos cidadãos, de preferência aos menos favorecidos. Sem sementeira não pode haver colheita. No caso da Educação Especial, os recursos devem ser distribuídos de maneira menos pontual e mais abrangente. As complicações burocráticas nas transferências devem ser minimizadas, combatendo-se a lerda "cultura do balcão". Se se conta com recursos escassos, cumpre que estes sejam aplicados com agilidade e adequação para não se tornarem ainda mais escassos.
- 6) Políticas claras e consistentes, além de critérios técnicos de alocação de recursos, incluem definição do papel do Poder Público e das ONGs. Aspectos políticos, econômicos e ou-

tros devem ser ponderados, mas não se pode prosseguir sem papéis definidos. No entanto, quaisquer que sejam estes, a alocação de recursos deve contemplar as ONGs que apresentem resultados efetivos para a integração dos portadores de necessidades especiais. Isso pressupõe avaliação, necessária aos setores público e privado.

- 7) A descentralização, reiteramos, não é panacéia. Tem luzes e sombras a serem habilmente tratadas. A Educação Especial exige salvaguardas para não ganhar eventualmente em eficiência e perder em qualidade e equidade. O antimodelo neste campo é um País do continente que transferiu por decreto todas as escolas federais para os governos subnacionais, atendendo não exatamente para a competência técnica ou a capacidade financeira, mas para a redução do déficit das suas contas públicas.

- ALLISON, Graham T. *Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis*. Boston: Little, Brown & Co., 1971.
- AMADEO, Edward J.; CAMARGO, J. Márcio & CASTRO, Cláudio de Moura. *The Political economy of budget cuts: a suggested scheme of analysis*. Genebra: International Labour Office, 1991.
- CASTAÑEDA, Tarcisio. *Inovações no financiamento da educação: o caso do Chile*, s.n.t., 1986.
- CASTRO, Cláudio de Moura & ALFTHAN, Torkel. *Budget cuts in education: policy or politics?* s.n.t.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. *O custo/aluno*. Brasília: 1987.
- DOWNS, Anthony. *Inside bureaucracy*. Boston: Little, Brown & Co., 1967.
- GALLAGHER, Mark. A public choice theory of budgets: implications for education in less developed countries. *Comparative Education Review*, v. 37, n. 2, p. 90-106, maio 1993.
- GOMES, Candido Alberto. Os quatro anos da Emenda Calmon: qual o seu impacto? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 69, n. 162, p. 237-55, mai./ago. 1988.
- _____. Os caminhos e descaminhos dos recursos financeiros em educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (no prelo).
- _____. *Prioridade da educação nos recursos públicos: discurso ou realidade? O que dizem os dados sobre aplicação de recursos e seus resultados no*

- Brasil a partir de 1980*. Brasília. Universidade Católica de Brasília, 1995. Trabalho realizado com a colaboração dos discentes do Mestrado em Educação (1994).
- HALSEY, A. H. (orgs.). *Power and ideology in education*. Nova Iorque: Oxford, 1978, p. 292-306.
- LEWIN, Keith. El financiamiento de la educación en periodo de recesión. *Perspectivas*, v. 16, n. 2, p. 226-42, 1986.
- MATO GROSSO. Secretaria do Estado de Educação. *Política educacional para o estado de Mato Grosso: uma proposta*. Cuiabá: 1995.
- MUSSI, Carlos; OHANA, Eduardo F. & GUEDES, José R. M. *Análise da estrutura dogastopúblico no Brasil: 1986-90*. Brasília: IPEA, 1992.
- OLIVEIRA, Maria Helena Alcântara de. *Núcleos cooperativos: uma perspectiva profissional para o portador de deficiência*. Brasília: APAE do Distrito Federal, 1995. mimeo
- RIST, Ray C. On understanding the process of schooling: the contributions of labeling theory. In: KARABEL, Jerome e HALSEY, A. H. (orgs.). *Power and ideology in education*. Nova Iorque: Oxford, 1978, p. 292-306.
- SCHNEIDER, Dorith W *As Classes esquecidas: os alunos excepcionais do estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.
- SILLS, David L. A modificação de objetivos. In: ETZIONI, Amitai (org.). *Organizações complexas: estudo das organizações em face dos problemas sociais*. Rio de Janeiro: Atlas, 1967, p. 148-159.

ANEXOS

TABELA A. 1
ESTADO DO PARÁ
Alunos Atendidos pela
Secretaria de Educação, por Modalidade
Capital e Interior
(1995)

Estabelecimento	Nº Escolas	Classe Especial	Classe de Recurso	Itinerante	Domiciliar	Total
Rede de escolas	342 5	7.686	454	610	21	8.771
Unidades Especiais		682	-			682
Conveniadas	16	2.036	-	-		2.036
Total	363	10.404	454	610	21	11.489

Fonte: Departamento de Educação Especial/Secretaria de Educação do Estado/PA..

TABELA A.2
ESTADO DO PARÁ
Alunos Atendidos por Faixa Etária, Segundo Categorias
Capital e Interior
(1995)

Categoria	0/3	4/6	7/10	11/14	15/18	19/20	+ 20	Total
DA	37	190	493	543	335	105	110	1.813
DMU	86	71	68	60	29	11	25	350
DM	90	315	1.999	3.519	1581	308	229	8.041
AH	02	07	35	63	39	10	03	159
PCT	-	15	36	26	06	-	-	83
DV	16	41	205	228	148	53	81	772
DF	14	43	71	53	29	20	41	271
Total	245	682	2.907	4.492	2.167	507	489	11.489

Fonte: Departamento de Educação Especial/Secretaria de Educação do Estado/PA. Observações: DA: deficiência auditiva; DMU: deficiência múltipla; DM: deficiência mental; AH: altas habilidades; PCT: portadores de conduta típica; DV: deficiência visual; DF: deficiência física.

TABELA A.3
ESTADO DO PARÁ
Recursos para Educação Especial, por Fonte
(1992-1994)

Fonte	(Em US\$)			
	1992	%	1993	%
Orçamento do Estado	105,833.05	28,4	173,105.56	39,3
Convênios	29,328.95	7,8	21,949.48	5,0
Salário-Educ. Q/F	237,815.66	63,8	246,122.46	55,7
Total	372,977.66	100,0	441,177.50	100,0

Fonte: Secretaria de Educação do Estado/PA.

TABELA A.4
ESTADO DO PARÁ Recursos para
Educação Especial, por Elemento de Despesa
(1992-1994)

Elemento de Despesa	(Em US\$)			
	1992	%	1993	%
Diárias	2,566.09	0,7	1,816.23	0,4
Material de Consumo	314,551.74	84,3	429,948.40	97,5
Remun. Serviços Pessoais	32,403.08	8,7	-	-
Outros Serviços e Enc.	23,459.16	6,3	9,412.87	2,1
Equipam. e Mat. Permanente	-	-	-	-
Total	372,980,07	100,0	441,177.50	100,0

Fonte: Secretaria de Educação do Estado/PA.

TABELA A.5
ESTADO DO PARÁ , Demonstrativo
das Despesas Realizadas pelo Governo do Estado e pela
Secretaria de Educação (1992-1994)

(Em US\$)

Grupo de Despesa	1992 Gov. Estado	1992 SEDUC	%	1993 Gov. Estado	1993 SEDUC	%	1994 Gov. Estado	1994 SEDUC	%
Despesas Correntes	598.700,870	120.473,020	20,1	721.835,490	154.569,860	21,4	1.045.546,300	212.334,880	20,3
Despesas de Capital	185.264,460	2.866,910	0,2	202.751,450	4.963,333	2,4	125.991,470	6.967,442	5,5
Total	783.965,330	123.339,930	15,7	924.586,940	159.533,193	17,2	1.171.537,770	219.302,322	18,7

Fonte: Balanço Geral do Estado/PA.

TABELA A.6
FUNDAÇÃO PESTALOZZI DO PARÁ
Distribuição de Alunos por Programas

Programa	Faixa Etária	Nº de Alunos
Pré-Escolar (estimulação precoce, prontidão)	0 a 12 anos	40
Habilitação Global (pré-alfabetização, adaptação, distúrbios de conduta)	7 a 16 anos	68
Habilitação Profissional (pré-oficinas, oficinas pedagógicas)	13 cm diante	68
Unidade de Produção (artesanato, marcenaria)	17 cm diante	27
Educação Ambiental	17 cm diante	9
Atividades complementares (limpeza, leitura, etc.)	7 cm diante	41

Fonte: Fundação Pestalozzi do Pará.

TABELA A.7
FUNDAÇÃO PESTALOZZI DO PARÁ
Fontes de Receita
(1992-1994)

(Em US\$)

Receita	1992	%	1993	%	1994	
Subvenção Federal	5,420.53	37,8	34,123.50	9,6	39,316.63	11,1
MBES/LBA	47,119.62		34,123.50		38,645.46	
FNDE/MEC	18,300.91				67.17	
Subvenção Estadual/Municipal	78,367.77	45,2	264,032.77	74,6	288,085.88	81,6
Secret. Estadual de Educação	75,966.66		263,706.41		267,548.72	
Governo Estado/Fundo Rotativo	693.68		303.95		214.73	
Prefeitura de Belém	1,707.43		22.41		17,470.03	
Prefeitura de Barcarena					2,852.40	
Outras Receitas	13,700.20	7,9	48,236.68	13,6	14,591.69	4,2
Doações Pessoas Jurídicas	894.01		21,675.64		2,735.30	
Doações Pessoas Físicas	12,482.93		26,291.78		7,193.55	
Contribuições	323.26		269.26		4,662.84	
Receitas Não-Operacionais	13,498.62	7,8	7,434.47	2,2	9,841.10	2,8
Receita Financeira	2,201.02	1,3			1,012.19	0,3
Total	173,188.14	100,0	353,827.42	100,0	352,847.49	(10,1)

Fonte: Fundação Pestalozzi do Pará.

TABELA A.8
FUNDAÇÃO PESTALOZZI DO PARÁ
Despesas Realizadas
(1992-1994)

(Em US\$)

Item	1992	%	1993	%	1994	%
Pessoal	119,396.61	76,5	293,033.18	94,2	308,676.69	88,4
Material de Consumo	13,303.53	8,5	7,345.57	2,4	14,472.91	4,1
Serviços de Terceiros	10,836.01	6,9	9,041.49	2,9	22,303.26	6,4
Outros Encargos	2,669.62	1,7	1,051.20	0,3	2,170.67	0,6
Despesa Financeira	1,574.72	1,0	618.88	0,2	1,567.05	0,5
Despesas de Capital	8,354.65	5,4				
Total	156,135.14	100,0	311,090.32	100,0	349,190.58	100,0

Fonte: Fundação Pestalozzi do Pará.

TABELA A.9
ESTADO DO CEARÁ
Recursos Aplicados em Educação Especial
(1992-1994)

(Em US\$)

Fonte	1992	%	1993	%	1994	%
FNDE Contrapartida Estadual	24,025.07	90,3	19,015.80	80,1	179,445.95	97,3
	2,576.49	9,7	4,712.93	19,9	5,021.70	2,7
Total	26,601.56	100,0	23,728.73	100,0	184,467.65	100,0

Fonte: Secretaria de Educação do Estado/CE.

TABELA A. 10
ESTADO DO CEARÁ
Centro de Educação Especial
Alunos por Área de Atendimento
(1995)

Fonoaudiologia Terapia	44 48
Ocupacional Psicologia	54 39
Psicomotricidade Treinamento da	15
Fala Aconselhamento	133
Psicológico Informática Oficina	77 35
Pedagógica	
Total	445

TABELA A. 11
ESTADO DO CEARÁ
Rede Escolar Estadual
Alunos por Área e Modalidade de Atendimento
(1995)

<i>Por área de atendimento</i>	74
Visual	618
Auditiva	1.205
Mental	7
Múltipla	54
Condutas Típicas	133
Problemas de Aprendizagem	347
<i>Por modalidade de atendimento</i>	
Officinas Pedagógicas	
Total	2.438

Fonte: Secretaria de Educação do Estado/CE.

TABELA A. 12
MUNICÍPIO DE FORTALEZA
Previsão de Despesas com Educação Especial
(1993-1995)

(Em US\$)

Ano	Educação Compensatória
1993	1,352,519.60
1994	1,315,193.70
1995	345,505.37

Fonte: Departamento de Orçamento do Município/Fortaleza/CE.

TABELA A. 13
MUNICÍPIO DE FORTALEZA
Atendimento aos Portadores de Necessidades
Educativas Especiais
(1995)

Instituição	No.de Alunos
1. Secretaria Municipal de Educação	
• Salas de Apoio Pedagógico	160
2. Organizações Não-Governamentais	
• Bem-Me-Quer	15
Sociedade Pestalozzi	10
• APAE	30
Instituto Filippo Smaldone	70
• Centro de Reabilitação Infantil	60
Instituto Moreira de Souza	60
Recanto Psicopedagógico	67
• Grupo Apoio Voluntário Exccp.	67
Total	539

Fonte: Secretaria de Educação do Município/Fortaleza/CE.

TABELA A. 14
 APAE DE FORTALEZA
 Fontes de Receita
 (1992-1994)

(Em US\$)

Fontes	1992	1993	1994
Convênios	39,876.42	33,606.75	45,286.87
LBA IPEC	12,655.12	11,533.70	19,089.46
FCBIA	5,180.83	12,789.47	1,690.87
MAS/CORDE	23,070.04	8,534.22	180.42
Secret. Ação Social	16,188.17	3,028.73	9,641.11
Subvenções Parlamentares	61.52		
SENEB/MEC	216.86		
FNDE/MEC	878.86		
Federação Nacional APAEs			
Outras Receitas	5,521.10	1,855.51	1,143.05
Doações Diversas Rendas	85,085.00	78,524.47	99,401.22
Diversas Receitas	53,627.77	14,796.13	2,648.53
Financeiras Doação Nair			321.36
Nota Premiada da Sorte			30,251.61
Promoção J. Macedo			17,074.42
Total	242,361.69	164,668.98	226,728.92

Fonte: APAE/Fortaleza/CE.

TABELA A.15
 APAE DE FORTALEZA
 Despesas por Elementos
 (1992-1994)

Fonte: APAE Fortaleza/CE.

Elementos	1992	1993	1994
Ordenados e Salários	42,778.90	53,575.12	37,206.62
Despesas Diversas	850.89	1,093.76	-
Cons. Manut. Veículos	4,774.67	5,111.78	13,786.23
Gratificação Empregados	1,129.02	3,673.57	8,474.09
Serviços Contábeis	926.98	544.63	1,251.89
Material Cirúrgico	630.56	400.44	396.99
Festividades/Promoções	135.19	633.23	263.74
Correios e Telefone	1,339.67	1,704.80	1,727.49
Água e Energia	4,358.93	6,993.89	7,761.32
INSS	2,594.95	2,904.56	3,336.78
PIS	92.92	99.00	113.97
FGTS	2,916.20	3,082.96	3,313.44
Exame de Laboratório	10,523.37	359.36	10,683.33
Alimentação	18,942.39	18,505.60	17,678.00
Cons. Manutenção Bens	60,260.32	7,422.78	20,532.23
Passagens e Estadas	3,899.26	7,007.31	10,424.25
Material Escolar	1,969.36	6,502.73	8,148.70
Vale-Transporte	4,263.14	4,133.10	4,839.12
Serviços Prestados	18,850.92	6,928.27	3,765.64
Material Escolar	2,254.12	-	-
Drogas e Medicamentos	27.19	4.21	35.55
Auxílio-Natalidade	13.74	5.14	4.91
Taxas e Emolumentos	57.65	529.26	274.36
Instrução e Fardamento	1,573.62	52.87	666.68
Copa e Cozinha	291.13	334.23	250.62
Programa Bolsa Trabalho	2,027.09	2,500.09	2,042.65
Aluguel	9,468.43	10,189.49	13,841.50
Frete	10.90	-	-
Rescisão de Contrato	1,850.83	2,641.40	1,383.40
Contr. Sindical	30.43	31.89	49.16
Carteira de Estudante	23.99	86.63	95.50
Adiantamento	260.36	17.73	71.05
Material de Limpeza	454.36	82.30	931.77
Férias	1,152.28	1,455.06	2,911.74
Federação Nacional APAEs	1,098.57	29.57	30.25
Material de Escritório	-	949.73	2,265.77
Cursos	-	6,162.56	-
13º Salário	-	-	5,166.99
Despesas Diversas	-	-	1,444.23
Superávit Verificado	40,529.36	8,919.93	41,558.96
Total	242,361.69	164,688.98	226,728.92

(Em US\$)

TABELA A. 16
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Pessoal à Disposição, Alunos Encaminhados e Refeições
Fornecidas às ONGs
(1995)

Instituição	Pessoal à Disposiçã o	Alunos Encaminhados	Refeições Fornecidas
Sociedade Pestalozzi	134	277	2483
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	92	202	2974
Serviço Assist. S. Jose Operário	11	31	1100
Associação Bras.Assist.Excepc.	2	30	80
Patronato São José	35		
Cruzada de Recuperação e Assistência aos Cegos	54		75
Fluminenses	3	10	
Associação de Pais e Amigos dos Deficientes	1		150
Auditivos	3	1	182
Centro Juvenil de Orientação Pedagógica	10	5 1	60 170
Instituto de Reabilitação Sto. Inácio Loyola	3	20	807
Instituto Santa Lúcia	5	2 1	40 190
Assoc.Assist.Criança Surda			50
Fundação Beatriz Gama			88 350
União Cegos do Brasil			120
Instituto Severa Romana			450
Instituto N.S. Lourdes			
Inst. Consuelo Pinheiro			
Centro Educac.Deolindo Couto			
Inst.Educac.Barão de Macaúbas			
Assoc. Solidariedade à Criança Excepcional			
Total	353	580	9369

Fonte: Secretaria de Educação/RJ.

TABELA A. 17
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
Estimativa de Gastos
(1995)

Item	US\$	Total Ano US\$	%
Pessoal			
Docente	93,825.69(1)	1,172,821.00	
Téc.-Admin.	130,665.29(1)	1,633,316.00	
Concurso Simpl.	3,261.44(1)	40,768.00	
Plano de Saúde	34,100.00(1)	426,250.00	
Vale-Refeição	10,531.62(1)	131,645.25	
Vale-Transporte	10,531.62(1)	131,645.25	
Subtotal		3,536,445.50	88,9
Cursos			
Especial.Prof.	2,370.00(2)	2,375.00	
Musicografia	3,125.00(2)	3,125.00	
Didática Ciências	900.00(1)	11,250.00	
Supervisão Visão	700.00(1)	8,750.00	
Subtotal		25,500.00	0,6
Contratos			
Limpeza	12,829.55(2)	12,829.55	
Feitura Alimentos	5,809.08(1)	72,613.50	
Manut. Frigorífico	658.35(1)	8,229.38	
Xerox	1,378.95(1)	17,236.88	
Manut. Aparelhos	1,106.04(1)	13,825.50	
Coleta de Lixo	495.15(1)	6,189.38	
Subtotal		130,924.19	3,3
Outros Gastos			
Telefone	969.35(1)	12,116.87	
Luz	4,647.27(1)	58,090.88	
Água e Esgoto	3,477.68(1)	43,471.00	
Gás	1,283.89(1)	16,048.62	
Combustível	50.00(1)	625.00	
Correios	146.66(1)	1,833.25	
Alimentação	16,449.79(3)	68,540.79	
Subtotal		200,726.41	5,1
Consumo			
Livros	4,700.00(4)	14,687.50	
Material Didático	2,000.00(4)	6,250.00	
Material Esportivo	550.00(4)	1,718.75	
Subtotal		22,656.25	0,6
Material Permanente			
Mesa Telefônica	29,166.66(2)	29,166.66	
Rede de Informática	31,250.00(2)	31,250.00	
Subtotal		60,416.66	1,5
Total Geral		3,976,668.80	100,00

Fonte: IBC/MEC.

Obs.: (1) valor mensal; (2) valor anual; (3) valor por trimestre; (4) valor por quadrimestre.

TABELA A. 18
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
Pessoas Atendidas, por Atividade
(1994)

Atividade	Faixa Etária	Pessoas Atendida
Jardim de Infância	4 a 7 anos 0 a 3	20 29 56
Estimulação Essencial	anos 8 a 14	46 71 21
Classes de Alfabetização	anos 10 a 21	151 721
Ensino Fundamental-1a.fase	anos	12.000
Ensino Fundamental-2a.fase		200
Múltipla Deficiência		45
Internato		1896
Reabilitação		
Prevenção à Cegueira		
(consultas)		
Cirurgias		
Gravação de Livro Falado		
Ledores Voluntários		
Total	-	15.262

Fonte: IBC/SEESP/xMEC.

ANEXOS

TABELA A. 19
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
Despesas Efetuadas por Subprograma
(1994)

(Em US\$)

Subprograma	Especificação	Fonte	Total
Administração Geral	Coord, e Manut. Serviços Adm. Coord, e Manut.	112	2,369,355.00
	Serviços Adm. Contribuição ao Fundo para Deficientes	199	1,677.165.80
Edificações Públicas	de Visão	150	75,364.34
	Construção e Recuperação das Instalações Capacitação de	112	8,381.40
Educação Compensatória	Rec.Humanos	112	46,651.16
	Instrumento para Ensino e Pesquisa Coordenação e	112	41,914.73
Assistência Social Geral	Manut. Ensino Produção de Programas e Materiais	112	2,279,178.20
	Educativos Coord, e Manutenção da Pesquisa	112	44,389.15
	Auxílio ao Servidor Público Auxílio ao Servidor Público	112	65.114.73
		112	80,527.13
		199	195,229.45
Total			6,883,270.80

Fonte: QDD/MEC/1994.

TABELA A.20
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
Despesas Executadas por Fonte (1)
(1995)

(Em US\$)

Fonte	Especificação	Total p/Fonte
112	Desenv. Manut. Ensino	2,827,051.90
199	Fundo Social Emergência	3,950,073.30
Total		6,777,125.20

Fonte: IBC/SEESP/MEC. (1)
 Até 21/9/95.

TABELA A 21
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Atendimento, por Programa e Faixa Etária
(1994)

Programa	Faixa Etária	Nº de Alunos
Educação Precoce	9 meses a 4 anos	30
Pré-Escolar/Maternai	3 a 6 anos	35
Jardim I e II	5 a 8 anos	29
Atendimento Diferenciado	14 a 20 anos	22
CA 1	7 a 10 anos	26
CA 2	8 a 17 anos	40
Ensino Fundamental		
Primeira série	9 a 17 anos	45
Segunda série	10 a 17 anos	25
Terceira série	12 a 19 anos	44
Quarta série	13 a 26 anos	41
Quinta série	13 a 26 anos	56
Sexta série	15 a 23 anos	50
Sétima série	13 a 28 anos	19
Oitava série	16 a 26 anos	20
Ensino Médio		
Primeira série	17 a 30 anos	20
Segunda série	20 a 31 anos	20
Terceira série	22 a 32 anos	8
Atendimento Diferenciado		
Ensino Fundamental Noturno	a partir de 18 anos	150
Total		680

Fonte: INES/SEESP/MEC.

TABELA A 22 INSTITUTO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Receita Estimada
(1995)

(Em US\$)

Fonte	Aplicação	Total
Fundo Social de Emergência	Pessoal	3,437,812.50
Manutenção e Desenv. Ensino	Pessoal	1,402,353.10
Fundo Nac. Defic. Auditivo	Correntes	2,385,052.00
Fundo Nac. Desenv. Educação	Capital	168,750.00
		16,250.00
		56,409.60
fotal		7,466,627.20

Fonte: INES/SEESP/MEC

ANEXOS

TABELA A.23 INSTITUTO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Estimativa de Despesa
(1994)
(Em US\$)

Despesas	Total	%
Pessoal (Docente e Admin.)	968.58	
Salário-Família Vencimento e	6,505,540.40	
Vantagens Outras Desp.	7,738.23	
Variáveis Obrigações Patronais	682,230.89	
Subtotal	7,196,477.90	95,0
Material de Consumo	193,967.10	
Cantina Didático	248.21	
Enfermaria Esportiva	4,188.80	
Limpeza Uso Geral	2,215.01	
	1,933.44	
	9,318.77	
Subtotal	211,931.33	2,8
Material Permanente	4,721.76	
Mobiliário	6,937.96	
Máquinas		
Subtotal	11,659.72	0,0
Outras Despesas	50,922.33	
Treinamento de Pessoal	28,879.05	
Energia Elétrica	2,983.81	
Água e Esgoto	9,528.60	
Telefone	2,902.88	
Gás	9,528.60	
Combustível	2,902.88	
Xerox	20,344.96	
Conservação Máq.e Equip.		
Subtotal	163,405.83	2,2
Total	7,583,474.70	100,0

Fonte: INES/SEESP/MEC.

TABELA A 24
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Despesas Efetuadas por Subprograma
(1994)

(Em US\$)

Subprograma	Especificação	Fonte	Total
Administração Geral	Coord. e Manut. Serviços Adm.	199	2,696,157.00
Edificações Públicas	Contribuição a Fundos Construção e	112	3,548,945.50
	Recup. das Instalações	112	49,101.09
	Capacitação	112	16,814.93
Educação Compensatória	Ree.Humanos Instrumento para Ensino c	112	85,919.13
Assistência Social Geral	Pesquisa Coordenação c Manut. Ensino	112	30,273.72
	Produção Progr c Mat. Educ.	112	3,838,813.30
	Coordenação c Manut. Pesq. Prestação e	112	63,919.13
	Benefício ao Servidor Prestação e	112	54,544.32
	Benefício ao Servidor	112	109,505.44
		199	287,668.18
Total			10,781,661.74

Fonte: QDD/MEC/1994.

TABELA A.25
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Classificação das Despesas Quanto à sua Natureza
(1994)

(Em US\$)

Natureza	Total
Pessoal c Encargos Sociais	8,950,612.70
Outras Despesas Correntes	1,709,629.70
Despesas de Capital	121,419.24
Total	10,781,661.74

Fonte: QDD/MEC 1994.

TABELA A.26
MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
Despesas Educacionais
(1992-1994)

(Em US\$)

Discriminação	1992	1993	1994
Despesas com a Função Educação	30,582,837.00	28,540,640.00	416,491,470.00
Despesas com Educação Especial	99,486.09	13,958.62	329,114.03
Despesas com Material de Consumo	10,279.87	6,167.80	13,465.29
Despesas com Material Permanente	15,340.26	6,911.23	314,808.43
Despesas com Serviços de Terceiros c Encargos	3,386.38	879.59	840.31
Despesas com Investimentos cm Regime de Execução Especial	70,489.57		

TABELA A.27
SOCIEDADE PESTALOZZI DO RIO DE JANEIRO
Despesas Mensais de Pessoal
(1995)

(Em US\$)

Despesas Mensais	
Docentes	43,000.00
Técnicos	25,000.00
Administrativos	44,000.00
Auxiliares	3,000.00
Terceiros	1,000.00
Total	116,000.00

Fonte: Sociedade Pestalozzi-RJ.

TABELA A.28
ESTADO DO PARANÁ
 Distribuição dos Programas e Alunos Atendidos em
 Programas Especiais no Sistema Estadual de Ensino e em
 ONGS com Apoio do Estado
 (1993-1995)

Ano	Sist. Estadual		ONGS		Total		B/A
	Programas	Alunos(A)	Programas	Alunos(B)	Programas	Alunos	
1993	1.541	8.600	233	19.010	1.774	27.610	2,2
1994	1.660	11.435	252	20.596	1.912	32.049	1,8
1995	1.829	13.913	263	22.511	2.092	36.424	1,6

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

TABELA A.29
MUNICÍPIO DE CASCAVEL
 Distribuição da Despesa Executada na Função Educação e Cultura
 por Programa
 (1993- 1995)

(Em US\$)

Discriminação	1993	%	1994	%	1995»	%
Despesa Total(A)	29,134,142.00	1,1	42,653,279.00	0,2	50,125,756.00	0,0
Despesa na Função Educação e Cultura(B)	4,850,507.00	90,5	6,831,809.00	92,2	5,585,467.00	86,9
B/A(%)	16,6	8,4	16,0	0,0	11,1	4,2
Administração	51,892.00		13.023.00	0,4	2,478.00	8,9
Ensino Fundamental	4,388,673.00		6,297,115.00	7,2	4,851,149.00	
Ensino Superior	409,942.00		2,263.00	0,0	236,534.00	
Educação Física e Desportos			28,250.00		495,306.00	
Assistência a Educandos			490,916.00			
Educação Especial			242.00			
Total	-	100,0		100,0		100,0

Fonte: Prefeitura Municipal de Cascavel/PR.

•Execução até setembro, correspondendo a 47,3% do orçamento.

TABELA A.30
APAE DE CASCAVEL
Despesa Realizada por Principais Categorias
(1993-1994)

(Em%)

Categoria	1993	1994
Pessoal e Encargos	66,9	62,9
Serviços de Terceiros	11,9	0,1
Material de Consumo	1,9	3,9
Alimentação	0,7	0,7
Conservação e Limpeza	0,1	...
Transportes e Viagens	3,9	7,4
Oficinas	0,8	5,2
Consertos e Reparos	0,3	0,4
Cursos de Aperfeiçoamento	0,1	0,0
Material Didático e Desportivo	0,5	0,4
Instalações	1,9	0,5
Despesas Bancárias	1,4	0,4
Impostos e Taxas Federais	0,0	0,8
Outras despesas	9,7	17,3
Total	100,0	100,0
Total (US\$)	135,008.00	176,253.00

Fonte: APAE de Cascavel/PR.

TABELA A.31
APAE (DF)
 Receita Arrecadada e Despesa Realizada por
 Principais Categorias
 (Julho de 1[^]94 e Julho de 1995)

	(Em%)	
Categorias	JUL 1994	JUL 1995
<i>Receita:</i>		
Órgãos Governamentais	31,8	36,8
Oficinas	3,9	24,4
Contribuição dos Pais	22,8	19,4
Contribuição do Sócios	0,2	2,7
Campanhas	4,3	3,7
Outras Receitas	37,0	13,3
Total	100,0	100,0
Total (US\$)	6,162.00	9,169.00
<i>Despesa:</i>		
Pessoal e Encargos	2,7	28,5
Transportes	33,1	2,9
Energia Elétrica, Água, Esgoto e Telefone	6,2	10,1
Secretaria	5,0	1,0
Alimentação e Limpeza	7,6	6,1
Pagamentos aos Alunos	21,1	30,0
Oficinas	-	17,8
Manutenção	17,9	3,3
Outras Despesas	6,4	0,3
Total	100,0	100,0
Total (US\$)	6,343.00	13,998.00

Fonte: APAE-DF.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO

1. Quais são as prioridades desta gestão na Secretaria?
2. Quais são as prioridades para a Educação Especial?
3. Quais são os programas e projetos desenvolvidos?
4. Como está organizado (se for o caso) o setor de Educação Especial (departamento, coordenação, diretoria, etc.)?
5. Quais são as principais dificuldades vividas hoje pelo setor?
6. Com que organizações governamentais ou não o setor mais se relaciona? Para quê?
7. Quais os principais grupos e organizações (governamentais ou não) que apóiam o trabalho do setor?
8. Quais são os serviços oferecidos pelo setor? (indicar modalidades, número e tipo de estabelecimentos, número de alunos, faixa etária, horários de atendimento)
9. qual ou quais destes serviços têm maior prioridade?
10. Que outras organizações prestam serviços análogos na região? Quais são os seus serviços e características?
11. Quantas pessoas trabalham no setor (secretaria, escolas e instâncias intermediárias)?
Classificar por categoria (docentes, técnicos, pessoal administrativo, auxiliar), número de horas semanais de trabalho e qualificações.
12. O setor proporciona treinamento ao seu pessoal?
Quando isto aconteceu mais recentemente?
Que categorias foram beneficiadas?
Que tipos de treinamento foram proporcionados?
13. O setor participa da elaboração do orçamento da Secretaria?
Em caso positivo, quais as instâncias e os procedimentos?
Quem decide? Em que etapas?
Em caso negativo: como são atribuídos os recursos financeiros para o setor?

14. Como se tem distribuído a despesa, nos últimos três anos, por programa da Função Educação e Cultura?
Por Subprograma? Por tipo de projeto? Por tipo de atividade?

15. Quais têm sido, nos últimos três anos, as despesas do setor:

- totais?
- por Subprograma?
- por tipo de projeto?
- por tipo de atividade?
- com pessoal e encargos?
 - docentes?
 - técnicos?
 - pessoal administrativo?
 - auxiliares?
 - serviços de terceiros?
 - com material permanente?
 - com material de consumo?
 - com material didático?
 - com treinamento?
 - con. transferências (a municípios e entidades privadas)?

16. Quais são as fontes de receita do setor? (indicar montantes e proporções)

- recursos do Tesouro?
- recursos de outras fontes?
- recursos das famílias?
- recursos das comunidades?
- recursos do exterior?

Alguma vinculação de recursos? Alguma dotação especial? 417. Em termos ideais, qual deveria ser a composição das despesas do setor?

18. Em termos ideais, quais deveriam ser as fontes de receita do setor? Em que proporções?

19. Quais são as perspectivas do setor para o futuro?

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO**1 INSTITUIÇÃO:**

1.2 -LOCAL:

1.3 -IMÓVEL PRÓPRIO?

2 - ATENDIMENTO

DF () DM () DA () DV () OUTROS () *

*Descrever***3 - NÚMEROS DE SALAS**

3.1 - DIMENSÃO E ASPECTO DAS SALAS

3.2 - NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS POR TURMA

3.3 - CRITÉRIO DE AGRUPAMENTO

3.4 - FAIXAS ETÁRIAS

4 - RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

4.1 -ATENDIMENTO INDIVIDUAL

4.2 - MODALIDADE DE ATENDIMENTO

4.3 - FREQUÊNCIA DE ATENDIMENTO (quantas vezes por semana)

DF - deficiente físico DA -
deficiente auditivoDM - deficiente mental
DV - deficiente visual

5 - BANHEIROS

5.1 - ESTÃO ADAPTADOS ÀS NECESSIDADES DA CLIENTELA DA INSTITUIÇÃO?

5.2 - EM QUE CONDIÇÕES SE ENCONTRAM? (inclusive condições higiênicas)

Excelentes ()	Boas ()
Razoáveis ()	Ruins ()

6 - COZINHA/COPA

6.1 - EM QUE CONDIÇÕES SE ENCONTRAM?

Excelentes ()	Boas ()
Razoáveis ()	Ruins ()

7 - REFEITÓRIO

7.1 - EM QUE CONDIÇÕES SE ENCONTRA?

Excelentes ()	Boas ()
Razoáveis ()	Ruins ()

8 - EQUIPAMENTOS. QUAIS?

8.1 - ENCONTRAM-SE EM ESTADO ADEQUADO PARA UTILIZAÇÃO?

SIM ()	NAO ()
---------	---------

8.2 - ATENDEM ÀS NECESSIDADES?

SIM ()	NAO ()
---------	---------

9 - MATERIAL DE CONSUMO

9.1 -VARIEDADE

9.2 - UTILIZAÇÃO 9-3

- ADEQUAÇÃO

10 -OUTRAS OBSERVAÇÕES

1. Quando foi fundada a instituição? Quais os principais fatos da sua história?
2. Quais são os objetivos da instituição?
3. Quais são os serviços oferecidos? (indicar horários, quando for o caso)
4. Como a instituição está organizada? (categoria jurídico, diretoria, etc.)
5. Quais as principais dificuldades vividas hoje pela instituição?
6. Com que organizações governamentais ou não a instituição mais se relaciona? Para quê?
7. Quais as principais organizações governamentais ou não que apóiam o trabalho da instituição?
8. Que outras organizações prestam serviços análogos na região? Quais são os seus serviços e características?
9. Quantas pessoas são atendidas pela instituição? (indicar por categoria de serviço prestado, faixa etária, número de turnos e turmas, quando for o caso)
10. Quais são as prioridades da instituição no que se refere aos serviços prestados?
11. Quantas pessoas trabalham na instituição? (classificar por categoria -docente, técnico, administrativo, auxiliar), número de horas semanais de trabalho e qualificações)
12. A instituição oferece treinamento ao seu pessoal? Quando isto aconteceu mais recentemente?

Quais categorias foram beneficiadas?

Que tipos de treinamento foram proporcionados?

13- Quais são as instalações utilizadas? (número de salas de aula, salas especiais, de administração e outras)

14. Quais são os principais equipamentos utilizados?

15. A instituição elabora um orçamento?

Em caso positivo, como é feito, quem decide e com que periodicidade. Em caso negativo, como a instituição distribui os seus recursos financeiros?

16. qual é a despesa anual da instituição?

Caso não haja dados seguros: qual é a despesa mensal? (aceitar estimativas aproximadas)

Em qualquer caso, procurar classificar as despesas de acordo com os seguintes itens:

- Pessoal e encargos (distinguir registrados em carteira, não registrados em carteira e voluntários)
 - docentes
 - técnicos
 - pessoal administrativo
 - auxiliares
 - serviços de terceiros
- Material de consumo
 - de cantina
 - didático
 - de enfermaria
 - esportivo
 - de limpeza de uso geral
- Aquisição de material permanente (solicitar valores ou estimativas anuais)
 - mobiliário
 - máquinas

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ONGs

- equipamentos (didáticos e não didáticos)
 - Outras despesas
 - treinamento de pessoal
 - energia elétrica
 - água e esgoto
 - telefone
 - gás
 - combustível
 - xerox
 - conservação de máquinas e equipamentos
 - outras
17. qual é a receita anual da instituição?
Caso não haja dados seguros: qual é a receita mensal? (aceitar estimativas aproximadas)
Quais são as fontes da receita da instituição? Classificar segundo os seguintes itens:
- Convênios (instituições e valores)
 - Campanhas de arrecadação (como são planejadas e se realizam)
 - Doações em dinheiro e em espécie (pessoas físicas e jurídicas, Brasil e exterior)
 - Outras fontes
18. Em termos ideais, qual deveria ser a composição ideal das despesas da instituição?
19. Em termos ideais, quais deveriam ser as fontes de receita da instituição? Em que proporções?
20. Quais são as perspectivas da instituição para o futuro? Fornecer balanços dos últimos três anos, se possível.

PRODUÇÃO EDITORIAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Com o objetivo de expandir a oferta da educação especial no Brasil, bem como dar estímulo às inovações pedagógicas que venham a contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento, a Secretaria de Educação Especial/MEC está divulgando textos e informações para atualizar e orientar a prática pedagógica do sistema educacional. Para tanto, ela criou uma linha editorial contendo quatro séries: Institucional, Diretrizes, Atualidades Pedagógicas e Legislação, assim especificadas:

SÉRIE INSTITUCIONAL - destinada à publicação de textos oficiais com vistas à divulgação de políticas educacionais e demais produções de órgãos gestores nacionais e internacionais.

SÉRIE DIRETRIZES - visa a informar, sugerir e orientar a elaboração de planos de trabalho a serem implementados nos estados e municípios brasileiros.

SÉRIE ATUALIDADES PEDAGÓGICAS - objetiva a difusão e estímulo às inovações pedagógicas que se apresentam em muitos estados na área de educação especial, a fim de promover o intercâmbio de experiências.

SÉRIE LEGISLAÇÃO - pretende disseminar a evolução dos aspectos legais referentes às pessoas portadoras de necessidades especiais, seus direitos e deveres.



Ministério da Educação e do Desporto
Secretaria de Educação Especial
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 6º andar
70047-901 - Brasília-DF



Representação no Brasil
SAS - Quadra 5 - Bloco H - Lote 6
Ed. CNPq/IBCT - 9º andar
Caixa Postal 08563
70070-000 Brasília - DF - Brasil